

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	13
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	14
Demonstração do Valor Adicionado	15
Relatório da Administração	17
Notas Explicativas	38

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	157
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	159
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	160
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	161

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.605
Preferenciais	100.739
Total	167.344
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2010	Dividendo	15/09/2010	Ordinária		1,76285
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2010	Dividendo	15/09/2010	Preferencial		1,93914
Reunião do Conselho de Administração	03/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,41013
Reunião do Conselho de Administração	03/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,45114

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	11.396.011	11.178.345	11.948.015
1.01	Ativo Circulante	3.266.008	2.988.927	3.268.375
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	299.124	286.158	167.138
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.365.271	963.087	1.369.287
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.365.271	963.087	1.369.287
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.365.271	963.087	1.369.287
1.01.03	Contas a Receber	1.414.969	1.390.790	1.301.064
1.01.03.01	Clientes	1.308.834	1.273.250	1.140.935
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.450.945	1.426.554	1.258.126
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-343.803	-324.367	-208.209
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	201.692	171.063	91.018
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	106.135	117.540	160.129
1.01.03.02.01	Serviços prestados	11.679	20.263	22.595
1.01.03.02.02	Devedores diversos	2.447	2.152	3.494
1.01.03.02.03	Outros créditos	92.009	95.125	134.040
1.01.04	Estoques	54.504	52.991	45.831
1.01.04.01	Almoxarifado	54.504	52.991	45.831
1.01.06	Tributos a Recuperar	131.424	295.113	384.039
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	131.424	295.113	384.039
1.01.06.01.01	IR e CSLL compensáveis	57.643	230.841	25.071
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	73.781	64.272	358.968
1.01.07	Despesas Antecipadas	716	788	1.016
1.02	Ativo Não Circulante	8.130.003	8.189.418	8.679.640
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.252.296	2.280.680	2.604.491
1.02.01.03	Contas a Receber	39.167	42.729	56.207
1.02.01.03.01	Clientes	39.167	42.729	56.207
1.02.01.06	Tributos Diferidos	780.986	951.445	1.200.059
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	685.946	865.665	1.119.635
1.02.01.06.02	Outros tributos compensáveis	95.040	85.780	80.424

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	63	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.432.080	1.286.506	1.348.225
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	474.579	440.860	539.549
1.02.01.09.04	Outros créditos	85.420	164.766	192.986
1.02.01.09.05	Ativo financeiro de concessão	872.081	680.880	615.690
1.02.02	Investimentos	9.500	9.500	9.202
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.500	9.500	9.202
1.02.02.02.01	Bens e direitos para uso futuro no serviço concedido	5.437	5.437	2.876
1.02.02.02.02	Outros investimentos	4.063	4.063	6.326
1.02.03	Imobilizado	15.204	62.146	125.488
1.02.04	Intangível	5.853.003	5.837.092	5.940.459

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	11.396.011	11.178.345	11.948.015
2.01	Passivo Circulante	2.495.323	2.716.990	2.537.256
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.299	1.787	3.382
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.299	1.787	3.382
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	2.299	1.787	3.382
2.01.02	Fornecedores	978.841	829.647	808.954
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	978.841	829.647	808.954
2.01.03	Obrigações Fiscais	466.920	465.466	568.781
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	92.949	127.554	291.485
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.864	19.207	139.379
2.01.03.01.02	Cofins	50.890	51.437	44.627
2.01.03.01.03	Pis	11.049	11.167	9.689
2.01.03.01.04	Pis - Parcelamento	286	23.112	76.526
2.01.03.01.05	Outros	26.860	22.631	21.264
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	373.971	337.912	277.296
2.01.03.02.01	ICMS	332.004	337.912	277.296
2.01.03.02.02	ICMS - Sobre perdas comerciais	41.967	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	252.668	524.390	44.347
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	52.628	524.390	44.347
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	52.603	524.364	16.870
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	25	26	27.477
2.01.04.02	Debêntures	200.040	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	582.763	625.998	882.014
2.01.05.02	Outros	582.763	625.998	882.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	84.173	75.550	66.686
2.01.05.02.04	Obrigações estimadas	82.859	76.459	77.093
2.01.05.02.05	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	89.337	48.068	77.338
2.01.05.02.06	Operações de swap cambial	0	0	20.195
2.01.05.02.07	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	75.417	208.142	237.041

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.05.02.08	Cosip	66.368	41.109	25.806
2.01.05.02.09	Contas a pagar (Banco Santos)	0	0	151.200
2.01.05.02.10	Encargos de dívidas	64.664	93.198	100.497
2.01.05.02.11	Outras obrigações	119.945	83.472	126.158
2.01.06	Provisões	211.832	269.702	229.778
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	211.832	269.702	229.778
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	55.686	30.591	16.610
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	113.032	167.703	169.302
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	26.816	53.342	20.347
2.01.06.01.05	Outras	16.298	18.066	23.519
2.02	Passivo Não Circulante	5.163.331	4.739.626	5.832.406
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.426.006	1.878.529	1.870.247
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	776.046	828.529	820.247
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	775.997	828.452	820.108
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	49	77	139
2.02.01.02	Debêntures	1.649.960	1.050.000	1.050.000
2.02.02	Outras Obrigações	1.604.099	1.633.760	1.795.274
2.02.02.02	Outros	1.604.099	1.633.760	1.795.274
2.02.02.02.03	Obrigações com entidade de previdência privada	1.372.781	1.444.033	1.602.953
2.02.02.02.04	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	26.927	0	0
2.02.02.02.05	Reserva de reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.02.02.06	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	87.794	0	0
2.02.02.02.07	Contas a pagar (Banco Santos)	0	100.136	93.339
2.02.02.02.08	Fornecedores	400	0	0
2.02.02.02.09	Outras obrigações	50.112	23.506	32.897
2.02.03	Tributos Diferidos	805.221	857.015	943.850
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	805.221	857.015	943.850
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	805.221	856.968	905.430
2.02.03.01.02	Tributos a pagar	0	47	38.420

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.04	Provisões	328.005	370.322	1.223.035
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	328.005	370.322	1.223.035
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	21.011	74.068	862.528
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	254.158	254.263	249.188
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.280	0	48.870
2.02.04.01.05	Outras	38.556	41.991	62.449
2.03	Patrimônio Líquido	3.737.357	3.721.729	3.578.353
2.03.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629	1.057.629
2.03.02	Reservas de Capital	15.632	14.423	12.343
2.03.02.04	Opções Outorgadas	15.632	14.423	12.344
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	0	-1
2.03.04	Reservas de Lucros	1.055.140	988.451	712.969
2.03.04.01	Reserva Legal	211.526	155.113	98.279
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	843.614	833.338	614.690
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	35.836
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.608.956	1.661.226	1.759.576

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.697.157	8.785.637	0
3.01.01	Receita operacional líquida	9.697.157	8.785.637	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.178.129	-6.785.588	0
3.02.01	Custo com energia elétrica comprada de terceiros	-4.353.799	-4.147.986	0
3.02.02	Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-1.135.854	-976.738	0
3.02.03	Pessoal e administradores	-237.458	-203.877	0
3.02.04	Entidade de previdência privada	-167.914	-180.612	0
3.02.05	Material	-33.463	-30.893	0
3.02.06	Serviço de terceiros	-181.803	-186.067	0
3.02.07	Depreciação e amortização	-472.054	-470.784	0
3.02.08	Custo de construção	-708.708	-531.170	0
3.02.09	Outros	153.546	-49.035	0
3.02.10	Custo do serviço prestado a terceiros	-40.622	-8.426	0
3.03	Resultado Bruto	2.519.028	2.000.049	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-605.996	-722.315	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-78.721	-76.832	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-430.768	-437.621	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-96.507	-207.862	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.913.032	1.277.734	0
3.06	Resultado Financeiro	103.003	270.411	0
3.06.01	Receitas Financeiras	274.469	498.114	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-171.466	-227.703	0
3.06.02.01	Despesas financeiras	-258.590	-367.429	0
3.06.02.02	Variação monetária e cambiais líquidas	87.124	139.726	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.016.035	1.548.145	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-668.347	-391.619	0
3.08.01	Corrente	-564.331	-283.468	0
3.08.02	Diferido	-104.016	-108.151	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.347.688	1.156.526	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.347.688	1.156.526	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	7,59610	6,51870	0,00000
3.99.01.02	PN	8,35570	7,17050	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	7,59610	6,51870	0,00000
3.99.02.02	PN	8,35570	7,17050	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	1.347.688	1.156.526	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	52.900	-7.021	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.400.588	1.149.505	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.016.283	864.280	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.966.710	2.316.878	0
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.347.688	1.156.526	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização do ativo intangível de concessão e do imobilizado	499.725	497.592	0
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	-72.855	111.091	0
6.01.01.04	Baixa de vendas do ativo imobilizado	113.917	46.160	0
6.01.01.05	Tributos e contribuições sociais diferidos	104.016	108.151	0
6.01.01.06	Fundo de pensão/plano de assistência - Deliberação CVM 600	185.574	180.612	0
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-49.943	257.941	0
6.01.01.08	Receita de aplicação financeira em investimento curto prazo	-124.587	-153.237	0
6.01.01.09	Reversão Banco Santos	-106.265	0	0
6.01.01.10	Ganho de capital - Eletropaulo Telecom	-265.369	0	0
6.01.01.11	Provisão para reserva global de reversão - RGR	26.927	3.326	0
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	1.209	2.079	0
6.01.01.13	Despesa de juros (encargos de dívida)	306.673	106.637	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	49.573	-1.452.598	0
6.01.02.01	Consumidores e revendedores	-31.807	-168.427	0
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuição social	204.439	-184.086	0
6.01.02.03	Outros tributos compensáveis	-18.769	289.340	0
6.01.02.04	Serviços prestados	8.584	2.332	0
6.01.02.05	Devedores diversos	-295	1.342	0
6.01.02.06	Contas a receber - acordos	42.312	-181.093	0
6.01.02.07	Outros créditos	79.096	86.141	0
6.01.02.08	Almoxarifado	-1.513	-7.160	0
6.01.02.09	Despesas pagas antecipadamente	-3.536	228	0
6.01.02.10	Cauções e depósitos vinculados	-2.520	134.749	0
6.01.02.11	Fornecedores	149.594	14.339	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social	-15.390	-120.172	0
6.01.02.13	Tributos e contribuições sociais	16.797	70.551	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.14	Juros pagos (encargos de dívida)	-358.443	-272.960	0
6.01.02.15	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	41.269	-32.596	0
6.01.02.16	Provisão para litígios e contingências	-100.187	-812.789	0
6.01.02.17	Obrigações estimadas, folha de pagto. e outras obrigações	39.942	-272.337	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-655.285	31.594	0
6.02.01	Aquisições para os ativos financeiro e intangível de concessão	-688.044	-532.011	0
6.02.02	Alienação de investimento - Eletropaulo Telecom	308.367	0	0
6.02.03	Consumidores participação financeira	39.966	48.691	0
6.02.04	Aplicações em investimento de curto prazo	-4.514.130	-4.001.764	0
6.02.05	Resgate de investimento de curto prazo	4.198.556	4.516.678	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.348.032	-776.854	0
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.366.827	-983.902	0
6.03.02	Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	-9.151	-8.715	0
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-524.463	-30.666	0
6.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-239.506	-339.536	0
6.03.05	Ingresso de novos empréstimos	791.915	585.965	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.966	119.020	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	286.158	167.138	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	299.124	286.158	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	14.423	155.113	833.338	1.661.226	3.721.729
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	14.423	155.113	833.338	1.661.226	3.721.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.209	56.413	-1.441.018	0	-1.383.396
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.209	0	0	0	1.209
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-625.525	0	-625.525
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-72.764	0	-72.764
5.04.08	Constituição de reserva legal	0	0	56.413	-56.413	0	0
5.04.10	Pagamento de dividendos adicional proposto	0	0	0	-686.316	0	-686.316
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.347.688	52.900	1.400.588
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.347.688	0	1.347.688
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.900	52.900
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	80.152	80.152
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-27.252	-27.252
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	103.606	-105.170	-1.564
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	156.979	-159.348	-2.369
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-53.373	54.178	805
5.07	Saldos Finais	1.057.629	15.632	211.526	843.614	1.608.956	3.737.357

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	12.343	98.279	650.526	1.759.576	3.578.353
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	12.343	98.279	650.526	1.759.576	3.578.353
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.080	56.834	-1.065.043	0	-1.006.129
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.079	0	0	0	2.079
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1	0	0	0	1
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322.721	0	-322.721
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.798	0	-70.798
5.04.08	Constituição de reserva legal	0	0	56.834	-56.834	0	0
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	0	-614.690	0	-614.690
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.156.526	-7.021	1.149.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.156.526	0	1.156.526
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.021	-7.021
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-10.638	-10.638
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.617	3.617
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	91.329	-91.329	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	138.377	-138.377	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-47.048	47.048	0
5.07	Saldos Finais	1.057.629	14.423	155.113	833.338	1.661.226	3.721.729

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	14.764.807	13.069.761	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.006.228	5.404.254	0
7.01.02	Outras Receitas	7.998.756	7.395.674	0
7.01.02.01	Suprimento de energia elétrica (energia no curto prazo)	119.048	30.019	0
7.01.02.02	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	7.674.591	7.184.309	0
7.01.02.03	Remuneração do ativo financeiro	70.582	58.930	0
7.01.02.04	Outras receitas operacionais	134.535	122.416	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	708.708	531.170	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	51.115	-261.337	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.213.493	-6.532.290	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.504.785	-6.001.120	0
7.02.04	Outros	-708.708	-531.170	0
7.02.04.01	Construção de ativos próprios	-708.708	-531.170	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.551.314	6.537.471	0
7.04	Retenções	-499.725	-497.592	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-499.725	-497.592	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.051.589	6.039.879	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	274.469	498.114	0
7.06.02	Receitas Financeiras	274.469	498.114	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.326.058	6.537.993	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.326.058	6.537.993	0
7.08.01	Pessoal	566.207	635.981	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	500.067	575.055	0
7.08.01.02	Benefícios	44.939	42.641	0
7.08.01.04	Outros	21.201	18.285	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.231.663	4.507.602	0
7.08.02.01	Federais	2.572.193	1.991.452	0
7.08.02.02	Estaduais	2.634.511	2.493.389	0
7.08.02.03	Municipais	24.959	22.761	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	180.500	237.884	0
7.08.03.01	Juros	171.468	227.703	0
7.08.03.02	Aluguéis	9.032	10.181	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.291.275	1.099.692	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	72.764	70.799	0
7.08.04.02	Dividendos	1.218.511	1.028.893	0
7.08.05	Outros	56.413	56.834	0
7.08.05.01	Constituição de reserva legal	56.413	56.834	0

Relatório da Administração**Relatório da Administração 2010**
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB, com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Perfil

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&Bovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. Maior distribuidora de energia elétrica da América do Sul em faturamento, a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de 6,1 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 5.663 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura com 149 subestações (136 estações transformadoras de distribuição, 9 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de cabos aéreos e subterrâneos de distribuição e subtransmissão de mais de 45 mil quilômetros, dos quais 1.742 km são linhas de subtransmissão, 3.527 km são rede de distribuição subterrâneas e 40.064 km de rede de distribuição aérea primária e secundária.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além desses organismos, destacam-se, dentre os principais agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado; a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

O atual modelo do setor foi elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O principal marco deste modelo setorial foi a Lei nº. 10.848, de março de 2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gerenciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gerenciáveis da Companhia (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do reajuste da concessionária deduzidos do Fator-X.

Relatório da Administração

No caso da AES Eletropaulo, a cada quatro anos é realizada uma revisão tarifária, que visa a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de energia em suas respectivas áreas de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, os custos e despesas operacionais da empresa de referência, perdas regulatórias, depreciação e o custo médio ponderado de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia.

A próxima revisão tarifária da AES Eletropaulo está prevista para ocorrer dia 04 de julho de 2011 e, portanto, serão adotados os procedimentos a serem definidos oportunamente pelo órgão regulador Aneel.

No dia 08 de setembro de 2010, o regulador (Aneel) aprovou em reunião pública da diretoria a abertura de Audiência Pública 040/2011 para obter subsídios para a definição da metodologia e critérios gerais para o 3º ciclo de revisões tarifárias. A metodologia prévia proposta pelo regulador para o 3º ciclo de revisão tarifária propõe mudanças em relação à base de ativos, WACC, receitas irrecuperáveis, outras receitas, cálculo do fator X, custos operacionais, entre outras. As contribuições foram feitas através de audiência pública até o dia 10 de janeiro de 2011, porém a metodologia final ainda não foi definida.

Adicionalmente, em 11 de janeiro de 2011 foi aprovada em reunião de diretoria da ANEEL a abertura de uma audiência pública para discussão dos procedimentos a serem adotados, em caráter provisório, para as distribuidoras que serão submetidas à revisão tarifária periódica antes da aprovação da metodologia aplicável ao 3º ciclo de revisão tarifária. Segundo a proposta, essas empresas teriam a revisão aplicada 90 dias após a aprovação definitiva da Metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, retroativa às datas base das suas revisões. Além disto, eventuais diferenças dos valores de tarifas praticadas até a data serão consideradas como componente financeiro e serão incorporadas na própria revisão tarifária pelo período remanescente ou no próximo reajuste tarifário.

Reajuste Tarifário de 2010

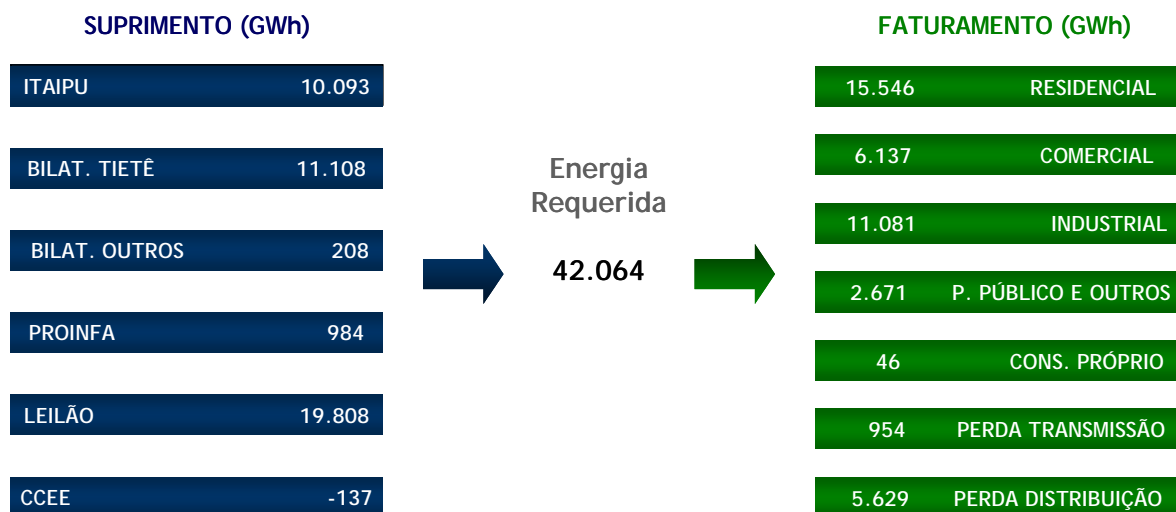
No dia 29 de Junho de 2010, a Aneel autorizou reajuste tarifário médio de 8,00% à AES Eletropaulo, aplicado em sua tarifa desde 4 de Julho de 2010, conforme publicações da Resolução Homologatória nº 1.025/2010 e Nota Técnica nº 212/2010. Este reajuste consistiu em Reajuste Base e efeitos financeiros de acordo com a composição na tabela abaixo:

Reajuste Tarifário 2010		
Parcela A	Encargos Setoriais	3,31%
	Energia Comprada	2,08%
	Encargos de Transmissão	-0,28%
	Parcela A	5,11%
Parcela B		0,87%
Reajuste Base		5,97%
CVA Total		0,63%
Custos financeiros da Parcela A		-0,13%
Subsídios Tarifários		1,53%
Reajuste Total		8,00%

Relatório da Administração

Desempenho Operacional

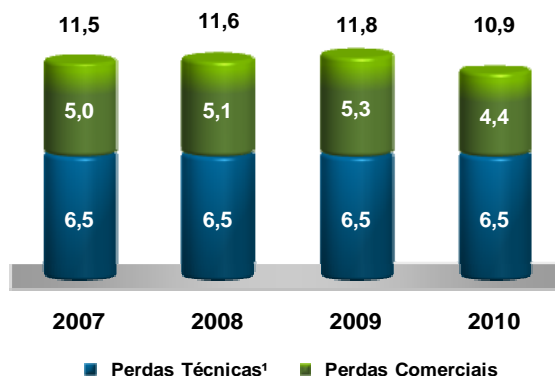
Suprimento de Energia



O resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida pelo consumo dos clientes cativos define o nível de contratação da Companhia. A AES Eletropaulo encerrou 2010 a um nível de contratação de 100,3%. Mantendo-se neste patamar, a Companhia evita penalidades por eventual déficit de energia.

Em 2010, a AES Eletropaulo acumulou sobra de 137 GWh de energia que foi vendida na CCEE a um preço médio de R\$ 191,35 / MWh, gerando uma receita de R\$ 26 milhões.

Perdas



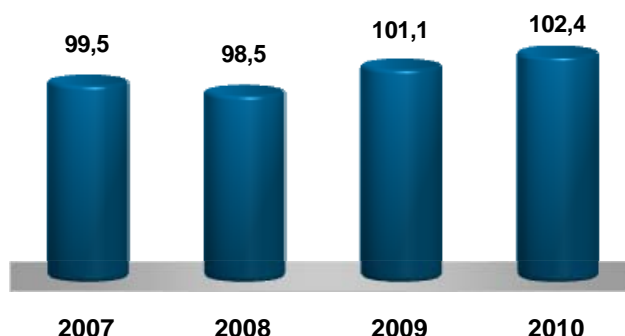
As Perdas de Distribuição são calculadas com base no "Critério de Perdas Físicas", que considera o total de suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (49.185 GWh). O total de perdas é um percentual desse montante, deduzindo-se energias retroativas faturadas relativas à recuperação de fraudes. Com base nessa metodologia, a perda física apurada nos últimos 12 meses foi de 10,9%, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (4,4%).

A redução de 0,9 ponto percentual em 2010 deve-se as iniciativas do plano de redução de perdas iniciado no ano de 2009 e consolidado em 2010. Os principais destaques foram: (i) intensificação do programa de recuperação de instalações cortadas; (ii) direcionamento das inspeções de fraude para segmentos de elevado histórico de irregularidade e maior impacto no volume de energia agregada, com aumento da taxa de assertividade nas inspeções, que atingiu 14,2% em 2010; (iii) substituição de medidores obsoletos visando à troca de medidores de vida útil superada por medidores modernos de maior precisão de calibração e leitura, dirimindo as perdas de faturamento por baixa eficiência de leitura; e (iv) regularização de ligações informais (clandestinas).

Relatório da Administração

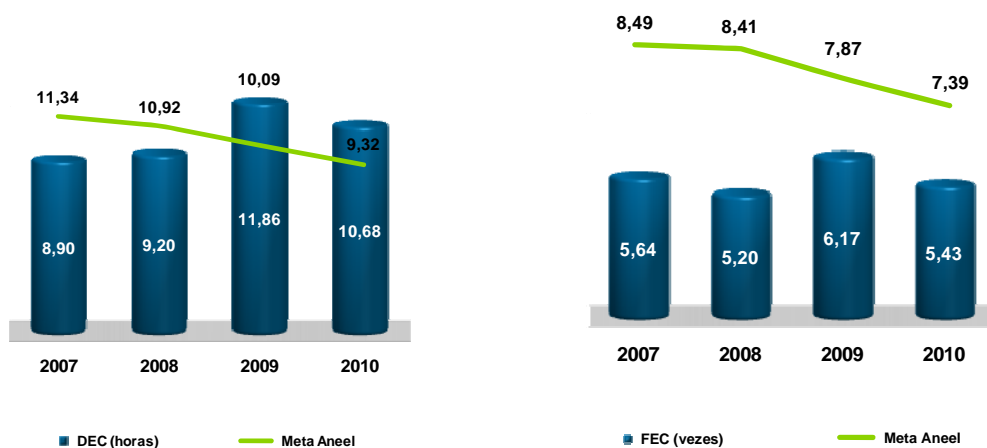
Em 2010, as iniciativas de combate as perdas mencionadas acrescentaram ao mercado faturado 558,0 GWh de energia versus 476,6 GWh em 2009, um acréscimo de 17,1%.

Arrecadação (%)



A taxa de arrecadação em 2010 foi de 102,4%, 1,3 ponto percentual maior que em 2009. O incremento na arrecadação e manutenção da taxa acima de 100% deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) recebimento de 75,5 milhões do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), que correspondeu a um incremento na arrecadação de 2009 de 0,9 p.p. comparado ao incremento de 0,6 p.p. em 2010; (ii) recebimento do acordo com a EMTU no valor de R\$14,6 milhões em dezembro; (iii) recebimento do acordo com a SPTrans no valor de R\$20,0 milhões em dezembro. Excluindo-se os efeitos não recorrentes dos acordos com a PMSP, EMTU e SPTrans, além do subsídio baixa renda que impactou o 2T10 em R\$26,7 milhões, a taxa de arrecadação da AES Eletropaulo seria de 101,4% em 2010.

Indicadores de Qualidade



► DEC Padrão ANEEL para 2010: 9,32 horas

► FEC Padrão ANEEL para 2010: 7,39 vezes

Os critérios de cálculo de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), definidos pela Aneel consideram as interrupções acima de 3 minutos e são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 31 de dezembro de 2010, os índices DEC e FEC dos últimos doze meses da AES Eletropaulo foram de 10,68 horas e 5,43 vezes, respectivamente, representando significativa melhora em relação ao ano anterior. Ambos caíram quase 10% em relação aos índices medidos nos últimos 12 meses findos em dezembro de 2009.

Relatório da Administração

Adicionalmente, desde o início de 2010, não há mais penalidade por transgressão dos limites de DEC e FEC. As eventuais transgressões serão pagas por intermédio dos indicadores DIC, FIC e DMIC, ou seja, o ressarcimento será realizado diretamente ao consumidor. A Companhia vem intensificando ações para melhorar os indicadores, dentre elas destacam-se: (i) intensificação da ação das turmas de podas, que realizaram 320 mil intervenções em árvores, montante 105% superior a 2009; (ii) ampliação da quantidade de turmas de emergência; e (iii) instalação de 282 religadores automáticos na rede de distribuição de um programa que prevê a instalação de 2.000 religadores automáticos até o final de 2011. Tais religadores têm a finalidade de proteger a rede contra qualquer anormalidade funcionando como um interruptor automático. Conseqüentemente, espera-se estabelecer uma melhor gestão da rede além da redução de interrupções na rede.

Relacionamento com Clientes

Em 2010, a AES Eletropaulo deu continuidade às ações para estreitar o relacionamento com clientes e aumentar a satisfação em relação à prestação de seus serviços. As principais ações referem-se à retomada do atendimento on-line via chat (108.866 acessos ao longo do ano), à remodelação da URA (Unidade de Resposta Audível), dando mais agilidade ao atendimento telefônico, à remodelação da rede conveniada de atendimento, ao lançamento do serviço de avisos de desligamento programado, emissão de conta e faturamento via e-mail e celular e à inauguração da primeira loja modelo da empresa, em Santo Amaro (SP).

O conceito de loja modelo reúne conforto e praticidade para os clientes. O espaço busca melhorar a qualidade do atendimento e é adaptado para atender diferentes perfis de clientes. Os que preferem agilidade e rapidez, por exemplo, podem utilizar os totens eletrônicos e telefones no espaço de auto-atendimento. Já os que precisam de solução personalizada, passam por uma triagem e conforme o tipo de serviço, são encaminhados às mesas de atendimento. Nos próximos 18 meses, a empresa deve concluir a remodelação de todas as lojas e de sua Rede Conveniada de Atendimento.

Satisfação

A AES Eletropaulo acompanha o nível de satisfação dos seus clientes anualmente por meio de pesquisas específicas direcionadas a cada um dos seus segmentos. No segmento de varejo, a Companhia utiliza a pesquisa da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), que possui 39 atributos de qualidade divididos em sete macro categorias (Fornecimento de Energia; Informação e Comunicação; Conta de Luz; Atendimento ao Cliente; Imagem da Empresa; Responsabilidade Social e Iluminação Pública).

De acordo com a pesquisa da Abradee, o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) auferido com relação aos clientes da AES Eletropaulo foi de 76,6% em 2010. Também são utilizados o Índice Aneel de Satisfação de Clientes (IASC) e uma pesquisa feita pela própria empresa com clientes que ligam para o Call Center e freqüentam as lojas e rede conveniada de atendimento.

No segmento corporativo, a empresa aplica a Pesquisa de Satisfação de Clientes Corporativos, que avalia 66 atributos agrupados em oito áreas de qualidade (Gerente de Conta; Atendimento Telefônico; Imagem; Informações e Comunicação; Qualidade do Fornecimento, Fatura e Tarifas; Serviços de Responsabilidade Social e Iluminação Pública) e identifica o nível de importância que cada cliente confere a cada um deles.

Em 2010, a empresa conquistou o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, na categoria Energia Elétrica.

Relatório da Administração

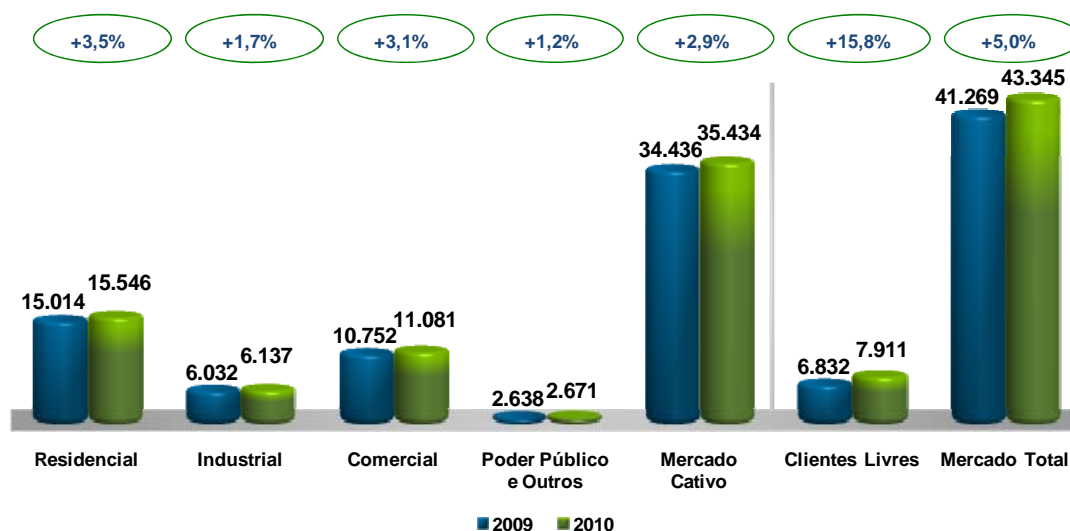
Desempenho Comercial

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou serviços. Além disso, a extensão territorial de sua concessão é a de maior concentração populacional do País.

Atividade Comercial - Mercado

O mercado total da área de concessão da AES Eletropaulo no ano de 2010 atingiu 43.345 GWh, crescimento de 5,0% ao compararmos com o ano de 2009. No mercado cativo foram distribuídos 35.434 GWh, superior em 2,9% em relação a 2009, explicado pelo bom desempenho da classe residencial e pela migração de clientes para a classe livre. Com isso, os clientes livres apresentaram 15,8% de crescimento, em função da migração e da recuperação da atividade industrial. O desempenho do mercado total da AES Eletropaulo foi inferior ao apresentado pela região Sudeste, e em relação ao mercado total do Brasil que apresentou crescimento de 7,8%. Tal evolução é decorrente da recuperação de indústrias, especialmente voltadas para exportação que haviam sido mais afetadas pela crise em 2009, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Comparação do Consumo* (GWh)



*Não considera consumo próprio

Clientes Residenciais - No ano, o consumo da classe residencial foi de 15.546 GWh, crescimento de 3,5% em relação a 2009. Esta variação é explicada pela adição de 155 mil novos clientes, alteração na taxa mínima faturável do circuito monofásico e redução nos dias de faturamento do período.

Clientes Comerciais - No ano, o total de energia distribuída para a classe foi de 11.081 GWh, acréscimo de 3,1% em relação ao ano anterior. Apesar da redução dos dias de faturamento, o aumento do consumo foi impulsionado pela economia interna favorável, como o aumento do crédito pessoal, queda da taxa de desemprego e conseqüente aumento das vendas físicas, segundo dados do IBGE.

Clientes Industriais - Mesmo com a retomada da produção industrial ao longo de 2010, onde a produção industrial de São Paulo encerrou o ano com crescimento de 10,1%, a classe cativa industrial apresentou crescimento de apenas 1,7%, impactado por menos dias de faturamento, e grande migração de clientes ao Ambiente de Contratação Livre.

Outros Clientes (consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto) - A redução dos dias de faturamentos e revisão das contas da classe iluminação pública devido ao programa de eficiência energética, corroboraram para um crescimento de 1,2% no ano de 2010.

Clientes Livres - O consumo dos clientes livres da área de concessão da AES Eletropaulo atingiu 7.911 GWh, crescimento de 15,8% ao se comparar com 2009. Em 2010, 62 unidades consumidoras migraram para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 4 unidades retornaram para Ambiente de

Relatório da Administração

Contratação Regulado (ACR). O efeito líquido da movimentação foi de 415 GWh a mais no ACL e, conseqüentemente, a redução do mesmo volume no ACR.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

Em 2010, a receita operacional bruta atingiu R\$ 14.713,7 milhões, montante 10,4% superior ao mesmo período de 2009 devido: (i) ao crescimento de 2,9% do mercado cativo entre os períodos; (ii) reajuste tarifário aplicado anualmente no mês de julho; e (iii) incremento de R\$ 177,5 milhões referente ao reconhecimento da receita de construção de acordo com as normas do IFRS e CPC. Tal receita é relacionada às obras executadas para atender aos consumidores com contrapartida no custo e dessa forma sem impacto no resultado da Companhia.

As Deduções da Receita Operacional apresentaram crescimento de 10,4% em relação ao ano de 2009, totalizando R\$ 5.016,5 milhões em 2010. Tal variação é resultado do aumento da receita de fornecimento entre os períodos considerados e de maiores encargos de CCC e CDE.

Como resultado das variações acima mencionadas, a receita operacional líquida da AES Eletropaulo totalizou R\$ 9.697,2 milhões em 2010, representando crescimento de R\$ 911,5 milhões em relação ao ano de 2009.

R\$ milhões	2009	2010	Var (%) 2010 x 2009
Receita de Fornecimento	11.892,1	12.892,2	8,4%
Outras Receitas	736,7	917,8	24,6%
Impactos IFRS na Receita Bruta	702,3	903,7	28,7%
Total Receita Bruta	13.331,1	14.713,7	10,4%
Deduções da Receita Bruta	(4.578,9)	(5.024,7)	9,7%
Impactos IFRS nas Deduções da Receita Bruta	33,4	8,1	-75,7%
Total Deduções	(4.545,5)	(5.016,5)	10,4%
Receita Líquida	8.785,6	9.697,2	10,4%

Custos e Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$ 6.745,0 milhões em 2010, montante 4,9% (R\$ 314,2 milhões) superior ao registrado em 2009, detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2009	2010	Var (%) 2010 x 2009
Parcela A	5.124,5	5.489,7	7,1%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.148,0	4.353,8	5,0%
Transmissão	976,5	1.135,9	16,3%
PMSO	1.306,0	1.255,3	-3,9%
Pessoal	699,9	647,1	-7,5%
Pessoal	519,1	479,2	-7,7%
Entidade de Previdência Privada	180,8	167,9	-7,1%
Serviços de Terceiros	321,5	406,9	26,6%
Materiais	30,4	35,8	18,0%
Outros	254,2	165,4	-34,9%
Total	6.430,5	6.745,0	4,9%

* Não inclui depreciação

Relatório da Administração

Custos Operacionais

- A despesa com energia elétrica comprada teve acréscimo de 5,0% no ano devido ao maior volume e preço médio da energia comprada.
- Em 2010, a despesa com encargos do uso da rede elétrica e transmissão foi 16,3% superior ao ano de 2009, devido principalmente aos aumentos dos custos com encargos de Rede Básica e de Serviço do Sistema (ESS).

Pessoal

Os custos e despesas de pessoal reduziram 7,5%, devido à redução dos custos com a entidade de previdência privada e de acordos e condenações trabalhistas que mais que compensaram o aumento de pessoal e encargos devido principalmente ao dissídio anual, internalização de 1,2 mil entregadores de contas e leituristas, fim do rateio das despesas da administração central e reconhecimento de assistência médica pós-emprego.

Pessoal - em R\$ milhões	2009	2010	Var (%) 2010 x 2009
Pessoal e Encargos	296,6	395,2	33,2%
Entidade de Previdência	180,8	167,9	-7,1%
Acordos e Condenações Trabalhistas	222,5	84,0	-62,3%
Total	699,9	647,1	-7,5%

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais apresentaram redução de 34,9%, totalizando R\$ 165,4 milhões em 2010, uma redução de R\$ 88,7 milhões em comparação a 2009. O principal destaque é a reversão de R\$ 86,9 milhões, referente termo firmado com a Fundação Cesp que reconheceu o dever legal e exclusivo de realizar o pagamento de benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão, oriundos destes processos.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	2009	2010	Var (%) 2010 x 2009
PCLD e Baixas	40,9	53,8	31,7%
Provisão (Reversão) para contingências	2,5	(77,3)	-3210,9%
Condenações e Acordos Judiciais	72,5	42,5	-41,4%
Demais *	138,3	146,4	5,9%
Total	254,2	165,4	-34,9%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Outras Receitas e Despesas

Em 2010, a conta de outras receitas e despesas totalizou uma despesa líquida de R\$ 539,4 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 579,6 milhões em 2009. A redução de R\$ 40,2 milhões nas despesas é explicada principalmente pela combinação dos itens a seguir:

- efeito positivo não-recorrente da liquidação financeira relativa à operação de transferência das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a Companhia Brasileira, no valor de R\$ 265,4 milhões, ocorrida em junho de 2010;
- efeito negativo não-recorrente da alienação de ativos em função dos acordos com a SPTrans e a EMTU, em 2010, no valor de R\$ 41,0 milhões;

Relatório da Administração

(iii) aumento das despesas com execuções de obras no valor de R\$ 177,5 milhões, que passaram a ser contabilizadas como outras despesas operacionais, após adoção do IFRS e do CPC 17; e

(iv) baixa de ativos no valor de R\$ 31,1 milhões realizada após a finalização do inventário dos ativos físicos e conseqüente adequação dos registros contábeis, em 2010.

EBITDA

O Ebitda em 2010 foi de R\$ 2.412,8 milhões, valor 35,9% superior ao apurado no ano de 2009. Os principais fatores para esse crescimento foram: (i) crescimento do mercado e da tarifa, (ii) impacto positivo da liquidação financeira das quotas da AES EP Telecom em R\$ 265,4 milhões e (iii) reversão de R\$ 86,9 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria.

Resultado Financeiro

Em 2010, o Resultado Financeiro foi uma receita de R\$ 103,0 milhões, inferior ao montante da receita de R\$ 270,4 milhões, verificada em 2009. Os principais motivos desta variação foram: o efeito da adesão ao Refis (Programa de Parcelamento Fiscal de Tributos Federais) em 2009, com impacto de R\$ 275,3 milhões na receita financeira, parcialmente compensado pelo impacto positivo de R\$ 106,3 milhões, em 2010, referente ao final da discussão sobre o acordo firmado com o Banco Santos.

Resultado Líquido

Em 2010, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 1.347,7 milhões, o que representa um acréscimo de R\$ 191,2 milhões. O desempenho é explicado, principalmente, pelo efeito positivo da liquidação financeira das quotas da AES EP Telecom em R\$ 175,1 milhões e do acordo com a massa falida do Banco Santos em R\$ 70,1 milhões. A adoção do IFRS correspondeu ao acréscimo de R\$ 161,5 milhões no lucro líquido de 2010 e de R\$ 93,3 milhões no resultado de 2009.

Remuneração aos Acionistas

A administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição integral da base para pagamento de dividendos (R\$ 1.541,9 milhões) do ano de 2010 na forma de dividendos, correspondentes a 114,4% do lucro líquido do ano. Essa destinação será aprovada através de Assembleia Geral no dia 29 de abril de 2011, quando ocorrerão: (i) a ratificação dos Juros sobre o capital próprio deliberado através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de dezembro de 2010, além da definição da efetiva data para pagamento; (ii) ratificação dos dividendos intermediários, referentes ao 1S10, pagos em 15 de setembro e 7 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 625,5 milhões; e (iii) aprovação da proposta de dividendos complementares, referentes ao resultado líquido do 2S10.

É importante mencionar que a base de distribuição de dividendos da Companhia de 2010 foi impactada positivamente devido à adoção do IFRS em R\$ 322,6 milhões.

O montante de dividendos complementares propostos pela administração da Companhia é de R\$ 843,6 milhões e o de JSCP de R\$ 72,8 milhões, correspondendo à R\$ 5,17 por ação ON e R\$ 5,68 por ação PN, conforme quadro abaixo.

Relatório da Administração

Dividendos 2010 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 DEZEMBRO 2010 em IFRS	1.347,7
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	121,5
Ajustes referentes à adoção do IFRS	129,2
Constituição de Reserva Legal (5%)	(56,4)
Base para distribuição de dividendos	1.541,9
Dividendos Intermediários já distribuídos	(625,5)
Juros sobre Capital Próprio já destinados	(72,8)
Dividendos complementares propostos	843,6
Saldo remanescente	-

Endividamento

Atendendo às exigências da Lei nº 11.638, a Companhia incluiu no saldo total da dívida de 2008 os contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing. Esses contratos aumentaram o saldo da dívida em R\$ 16,3 milhões em 2009 e R\$ 15,4 milhões em 2010, entretanto, para efeito de análise, esses valores não são considerados no saldo total da dívida.

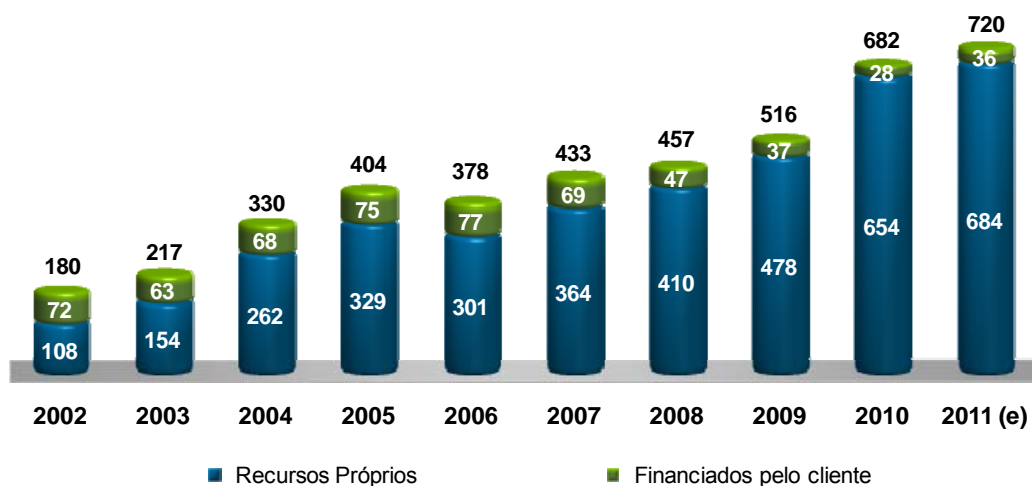
A dívida bruta da Companhia, ao final de 2010, somava R\$ 4.116,1 milhões, 4,5% superior se compararmos com a posição de 31 de dezembro de 2009 (R\$ 3.940,2 milhões). O crescimento de R\$176,0 milhões da dívida bruta refere-se a emissão de 2 debêntures, nos meses de abril e maio de 2010, no valor total de R\$ 800 milhões com o objetivo de amortizar os Bonds denominados em reais no valor de R\$ 474 milhões e financiar parte dos investimentos da Companhia para o ano.

Ao final do ano de 2010, as disponibilidades e aplicações financeiras somavam R\$ 1.664,4 milhões, R\$ 415,2 milhões superior ao mesmo período de 2009 devido, principalmente, às emissões já mencionadas acima e à liquidação financeira da venda da AES EP Telecom ocorrida no 2T10, no valor de R\$ 265,4 milhões. A dívida líquida era de R\$ 2.436,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, montante 8,9% inferior ao registrado no encerramento de 2009 (R\$ 2.674,6 milhões). O aumento das disponibilidades mais do que compensou o crescimento da dívida bruta.

O custo médio da dívida total da Eletropaulo passou de CDI + 1,35% a.a., em 31 de dezembro de 2009, para CDI + 1,10% a.a. em igual período de 2010. Essa queda é explicada pela liquidação dos Bonds em Reais, ocorrida em 28/06/2010, no valor de R\$ 474 milhões e custo de 19,13% a.a., parcialmente compensado pelo maior IGP-DI no período (-0,26% em 31/12/2009 e 0,69% em 31/12/2010). O IGP-DI corrige o saldo da dívida com a Fundação CESP.

O prazo médio da dívida passou de 7,0 anos em 31 de dezembro de 2009, para 7,2 anos em 31 de dezembro de 2010.

Investimentos



Relatório da Administração

A AES Eletropaulo investiu R\$ 682,3 milhões em 2010, montante 32,3% superior ao investido no ano anterior. Do total de investimentos de 2010, R\$ 28,1 milhões corresponderam a projetos financiados por consumidores e R\$ 654,1 milhões foram investidos com recursos próprios.

Investimentos - R\$ milhões	2009	2010	Var (%) 2010x2009
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	226,2	348,1	53,9%
Manutenção	120,7	186,4	54,4%
Recuperação de Perdas	76,1	63,8	-16,1%
Tecnologia da Informação	25,8	28,0	8,5%
Outros	29,5	27,8	-5,5%
Total (c/ recursos próprios)	478,3	654,1	36,8%
Financiado pelo cliente	37,4	28,1	-24,7%
Total	515,7	682,3	32,3%

- A Companhia projeta investir R\$ 720,0 milhões no ano de 2011, sendo R\$ 35,9 milhões financiados pelos clientes.

Principais Investimentos - 2010

Expansão do Sistema e Serviços ao Consumidor

- O investimento em serviços ao consumidor em 2010 foi de R\$ 131,6 milhões atendendo à adição de 179 mil clientes.
- Foram investidos R\$ 216,6 milhões no ano, com destaque para as obras em andamento da Linha de Transmissão Subterrânea Anhanguera - Casa Verde, e a Linha de Distribuição Subterrânea Parque Ibirapuera, objetivando a melhoria na qualidade de fornecimento de energia, atendendo aproximadamente 1,2 milhão de habitantes.

Recuperação de Perdas

- O total investido em recuperação de perdas em 2010 foi de R\$ 63,8 milhões. Foram realizadas 55,5 mil regularizações de ligações ilegais e corrigidas 35,6 mil irregularidades através de inspeções de fraude e anomalias. Além disto, foram substituídos 141,9 mil medidores obsoletos em 2010.

Manutenção

- O total investido em 2010 de manutenção foi de R\$ 186,4 milhões, atingindo 3.265 km da rede, promovendo a modernização da subtransmissão, automação do sistema elétrico, modernização do sistema subterrâneo e aquisição/substituição de equipamentos de campo.

Investimento Remunerável

O investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL No. 832, de 16/06/2009, se atualizados pelo IGPM nos reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Relatório da Administração

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Reajuste (jul/08)	Reajuste (jul/09)	Reajuste (jul/10)
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	14.994.802.454	15.223.404.824	18.139.762.293
b1) (-) Depreciação Acumulada	8.560.093.068	8.690.595.459	10.355.458.429
b2) (-) Depreciação Acumulada %	57,1%	57,1%	57,1%
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	1.001.390.250	1.016.656.885	1.211.418.500
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	5.433.319.136	5.516.152.480	6.572.885.364
e1) (+) Almoxxarifado	34.295.023	34.817.866	41.487.947
e2) (+) Ativo diferido	2.771.154	2.813.402	3.352.367
f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	5.470.385.313	5.553.783.748	6.617.725.678
g) (+) Investimento previsto no Xe	1.652.000.000	1.652.000.000	1.652.000.000
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	7.122.385.313	7.205.783.748	8.269.725.678
i) Bens 100% depreciados	1.366.930.940,37	1.387.770.404,83	1.653.626.475,25
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,13	1,15	1,21
i) Cota de Depreciação - Taxa média Anual %	4,32%	4,32%	4,32%

a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos e Moveis e Utensílios
b) Valor da depreciação acumulada
d) Valor depreciado - obrigação especial (c)
f) Valor depreciado (d) + almoxxarifado (e1) + ativo diferido (e2)
g) Investimento previsto no Xe não foi atualizado pelo IGPM

Programa de Eficiência Energética

A AES Eletropaulo destina 0,5% de sua receita operacional líquida ao Programa de Eficiência Energética, seguindo determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de recursos próprios. Em 2010, os investimentos totalizaram R\$ 80,9 milhões, sendo R\$ 18,1 milhões de recursos próprios. O Programa de Eficiência Energética da Companhia contempla o projeto Transformação de Consumidores em Clientes - regularização de ligações elétricas em comunidades baixa renda - e projetos voltados a clientes públicos e corporativos.

Projetos de eficiência energética para clientes públicos e corporativos

Além do projeto voltado a clientes de baixa renda, a AES Eletropaulo investe em projetos para clientes dos grupos comercial, industrial, poder público e de serviços. Em 2010, foram R\$ 27,4 milhões nos projetos para esses públicos, propiciando uma economia de 18.932 MWh/ano, suficiente para abastecer mais de 7 mil residências.

Nos projetos do programa de eficiência energética foram implementadas melhorias tecnológicas como a substituição de equipamentos nos sistemas de iluminação, climatização, refrigeração, força motriz e aquecimento de água.

Pesquisa e desenvolvimento

A companhia destina 0,2% de sua receita operacional líquida (ROL) ao programa de P&D atendendo à legislação do setor elétrico. Os projetos contemplam também processos técnicos, comerciais e operacionais; segurança de colaboradores e empregados terceirizados; a promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades, entre outros temas correlacionados.

Entre os projetos em andamento possui destaque o Projeto SIM - Sistema de Informações Meteorológicas; o Projeto de Comunicação Inteligente Integrado a Transformador de Distribuição - "Smart Transformer"; o Projeto de Monitoramento de Campos Magnéticos de 60HZ para Público Geral através do site Aneel; e o Projeto Smart Grid, utilizando soluções de comunicação e integração de sistemas.

Em 2010, foram investidos R\$ 41,1 milhões em 98 projetos, dos quais 19 foram concluídos durante esse mesmo ano. Para 2011 estão previstos investimentos na ordem de R\$ 39,7 milhões em projetos de P&D, em um total de 54 projetos em execução para o ano.

Relatório da Administração

Segurança

A AES Eletropaulo atende às normas de segurança previstas pela legislação brasileira e, além disto, segue as diretrizes da AES Corporation. A empresa mantém processos e treinamentos que visam a prevenção de acidentes entre seus colaboradores próprios e contratados, buscando contínua melhoria em seus índices de segurança.

Em 2010, a Companhia reduziu em 13% o número de acidentes com colaboradores próprios e contratados. Tal conquista deve-se à reestruturação da equipe de segurança em 2009, implementação dos padrões de segurança da AES Corp., projetos de formação de líderes, treinamentos semanais sobre segurança e de novos procedimentos.

A estratégia de segurança inclui ainda a busca por referências, ferramentas e tecnologias consideradas *benchmarks* de segurança entre outros setores. Um exemplo é o Cartão de Tarefas, inspirado em uma prática obrigatória da aviação que consiste em uma relação de diversos itens de segurança que precisam ser observados antes de uma tarefa ser iniciada. Houve também o crescimento no número de inspeções de equipes de campo, que passou de 1,2 mil inspeções em 2009 para 3,2 mil em 2010.

A Companhia também mantém dois comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil e o Comitê Regional AES Eletropaulo, que representam os interesses de 100% dos colaboradores.

Segurança com a População

Em 2010, a AES Eletropaulo modificou a forma de abordar o tema segurança com a população, buscando reduzir o número de acidentes e fatalidades em sua área de concessão. Assim como as demais empresas do setor de energia, a AES Eletropaulo enfrenta um grande problema social com acidentes na rede elétrica, uma vez que a maioria desses acidentes é fruto de construções irregulares, muitas vezes em comunidades de baixa renda, que não respeitam a faixa de segurança da rede elétrica.

Além da utilização de mídia de massa (em especial TV, rádio e transporte coletivo), que atingem 16,5 milhões de pessoas, a Companhia oferece palestras em escolas, associações de bairro, empresas e igrejas. Em 2010, mais de 329 mil pessoas participaram das palestras.

Como a grande maioria dos acidentes está relacionada à construção civil (obras caseiras), a AES Eletropaulo lançou a Operação Acidente Zero. Trata-se de uma blitz de segurança onde é realizada visita a obras para a disseminação de informações sobre os riscos da energia elétrica, sobre procedimentos seguros e atitudes adequadas em trabalhos realizados nas proximidades da rede. Em 2010 mais de 6,2 mil pessoas foram atingidas por essa ação, que teve continuidade em janeiro de 2011.

Entre 2007 e 2010, o número de acidentes com a população diminuiu em 53%. Em 2010, houve 23 fatalidades.

Excelência na Gestão

Em 2010, a AES Eletropaulo tornou-se a primeira companhia do setor a conquistar o Prêmio Ouro Iberoamericano de Qualidade, na categoria Empresa Privada de Grande Porte. Coordenado pelo Segib (Secretaria Geral Iberoamericana) e gerido pela Fundibeq (Fundação Iberoamericana para a Gestão da Qualidade), o prêmio é um projeto ligado à Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que reconhece a excelência de gestão das organizações premiadas. Desde 1999, mais de 70 empresas receberam a condecoração.

Relacionamento com o Público Interno

Em 2010, o desafio da AES Eletropaulo foi dar continuidade ao trabalho de integração e desenvolvimento da cultura do Grupo AES Brasil com todos os colaboradores. O foco é fazer o profissional se sentir realizado no trabalho e ter a consciência de que seu trabalho impacta o dia a dia das pessoas.

Relatório da Administração

O enfoque desse trabalho encontra-se nas políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, o estágio, o reconhecimento, cursos de idioma, e participação em cursos e seminários. Pelo programa Siga Livre, houve 3.986 movimentações, sendo 347 enquadramentos, 3.013 méritos (alterações de salário sem modificação de cargo) e 626 promoções.

Em 2010, para manter sua mão-de-obra atualizada e segura, a AES Eletropaulo investiu em uma média de 163 horas de treinamento por colaborador, número 40% maior que no ano anterior. Dentre os principais temas debatidos estiveram ética e compliance, saúde e segurança, além do desenvolvimento de lideranças.

A AES Eletropaulo encerrou o ano com 5.663 colaboradores próprios, crescimento de 30% em relação a 2009. Esse aumento deve-se em grande parte à contratação de 1,2 mil profissionais de leitura e entrega de contas que prestavam serviços de forma terceirizada. O objetivo da internalização foi atender a regulamentação para a entrega de contas. O quadro de colaboradores contratados, em dezembro de 2010, era de 7.847 profissionais.

Gestão Ambiental

A AES Eletropaulo usa como diretriz de seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA) a Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho do Grupo AES Brasil, no qual estão definidos os compromissos que devem ser assumidos por todos os colaboradores da empresa. Essa política prevê a conscientização dos colaboradores e da população, bem como investimentos em tecnologia e projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à conservação ambiental.

A AES Eletropaulo manteve a certificação ISO 14001:2004 de seu Sistema de Gestão Ambiental aplicável aos segmentos de linhas de subtransmissão, subestações, prédios administrativos, lojas próprias de atendimento ao público e Central de Operações (COE). Atualmente, 62,5% dos segmentos são certificados e a empresa busca a expansão desta marca.

Durante o ano de 2010, a AES Eletropaulo destinou R\$ 76,8 milhões em ações de Meio Ambiente, como treinamentos, melhoria de processos, novas tecnologias, avaliações por partes interessadas, investigação de potenciais passivos e remediações ambientais junto aos fornecedores.

Gestão social

Com o objetivo de desenvolver social e economicamente as comunidades onde está presente e reduzir os impactos ambientais de seu negócio, a AES Eletropaulo investe recursos próprios e incentivados em projetos sociais, eficiência energética e P&D.

Em 2010 foi investido cerca de R\$ 38,0 milhões entre recursos próprios e incentivados, destinados à projetos que promovem: a inclusão social e cidadania; a educação para o uso consciente e seguro da energia; a redução do consumo de energia; a cultura; o esporte; e a geração de renda nas comunidades de baixa renda.

Reconhecimentos

- Prêmio Ouro Ibero-Americano de Qualidade, que reconhece a excelência da gestão das empresas e organizações participantes. A empresa foi a campeã na categoria Empresa Privada de Grande Porte.
- Destaque entre as companhias mais admiradas do Brasil no ranking da 13ª edição da lista das Empresas Mais Admiradas do Brasil, da revista Carta Capital. A AES Eletropaulo foi a mais votada na categoria Fornecedores de Energia.
- Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, na categoria Energia Elétrica, da Revista Consumidor Moderno

Relatório da Administração

Governança Corporativa

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa desde 2004, e foi a sétima empresa a se comprometer com o regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa - nível 2. Seguindo as regras deste segmento, a Companhia já disponibiliza o balanço anual seguindo as normas norte-americanas; incluindo "tag along" de 100% para acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais. Além disto, as ações preferenciais passaram a ter a voto em algumas matérias, é prevista adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; e finalmente, ter pelo menos 20% de membros independentes no conselho de administração.

Pelo sexto ano consecutivo, a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da AES Corp, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras de empresas que negociam ações no mercado norte-americano.

A partir de janeiro de 2011, a Companhia passou a integrar o ICO2, índice desenvolvido pela BM&FBovespa em conjunto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), que inclui em sua carteira somente as companhias que adotam práticas transparentes com relação à suas emissões de gases efeito estufa. A AES Eletropaulo monitora e afere suas emissões de gases efeito estufa de maneira transparente, reforçando seu compromisso com as questões climáticas e de meio ambiente.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2010, foi aprovada a conversão das ações preferenciais classe A em ações preferenciais classe B. Com isso, a Companhia reforça o compromisso com as boas práticas de Governança Corporativa, conferindo a todas as ações preferenciais o direito de tag along de 100%, além de promover o aumento da liquidez das antigas ações preferenciais classe A.

A partir de 21 de dezembro de 2010, as ações preferenciais da Companhia passaram a ser negociadas na BM&F Bovespa sob código unificado (ticker) ELPL4. Desta forma, deixaram de existir os tickers ELPL5 e ELPL6 na mesma data.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2010, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ R\$ 1.057.6, milhões representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.006.740 ações (56,2% do total). Ao final do exercício, a Empresa contava com aproximadamente 62 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	0	0,0%	13.342.384	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.388	7,4%	7.434.388	4,4%
BNDES	1	0,0%	734.576	0,7%	734.577	0,4%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.570.106	91,9%	94.006.740	56,2%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Em 31/12/2010

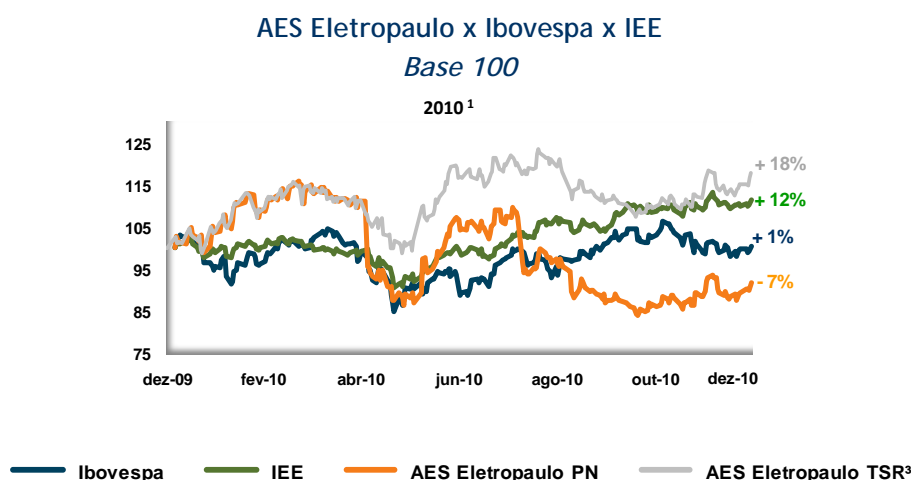
Mercado de Capitais

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). Além disso, a Companhia também possui

Relatório da Administração

ADRs negociadas no mercado de balcão norte-americano sob as regras 144A e "Reg S" (Regulamento S) sob os códigos EPUMY e ELPSY (preferenciais). Conforme mencionado na sessão governança corporativa, as ações preferenciais classe B (ELPL6) da AES Eletropaulo absorveram as ações preferenciais classe A (ELPL5) e passaram a ser negociadas sob *ticker* ELPL4, passando a ser denominada unicamente como ação preferencial. Portanto, considera-se o histórico da ELPL6 ao se tratar das ações preferências da Companhia.

Em 2010, as ações ordinárias (ELPL3) da AES Eletropaulo encerraram o ano cotadas à R\$ 30,01, queda de 9,0% enquanto as ações preferenciais (ELPL4) encerraram o ano cotadas à R\$ 32,11 com queda de 6,8%. Neste mesmo período o Ibovespa valorizou 1,0% e o IEE 12,0%. A ação preferencial da Companhia, antiga ELPL6, foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa ao longo do ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 503.158 negócios, envolvendo cerca de 179,3 milhões de ações preferenciais, com volume médio diário de R\$ 24,5 milhões no mercado à vista de 2010. Já as ações ordinárias foram negociadas 34 dos 247 pregões, com realização de 67 negócios, envolvendo cerca de 10,1 mil ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 1,7 mil. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 5,2 bilhões.



1 - Índice - 31/12/2009 = 100

2- Total Shareholder Return - retorno total ao acionista

Serviços de Auditoria Independente

A AES Eletropaulo utiliza os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. ("EYT") para auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações trimestrais. No decorrer desse exercício a EYT também foi contratada para a realização de outros trabalhos relacionados à asseguuração limitada do balanço social, emissão de carta conforto sobre emissão de debêntures e auditoria de procedimentos acordados de CVA, cujos respectivos honorários totalizaram R\$ 325 mil, representando 13% do total dos honorários de auditoria.

As políticas da Companhia vetam a contratação de seus auditores independentes para prestação de serviços que acarretem conflito de interesses ou perda de independência.

São Paulo, 23 de março de 2011.

Relatório da Administração

Balanco Social



Balanco Social Anual / 2010

Empresa: Eletropaulo Metropolitana Eletrificadora de São Paulo S.A.

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	9.697.157			8.785.637		
Resultado operacional (RO)	1.913.032			1.277.734		
Folha de pagamento bruta (FPB)	479.330			519.298		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	35.922	7,49%	0,37%	26.998	5,20%	0,31%
Encargos sociais compulsórios	101.769	21,23%	1,05%	81.816	15,76%	0,93%
Previdência privada	167.914	35,03%	1,73%	180.612	34,78%	2,06%
Saúde	30.945	6,46%	0,32%	27.457	5,29%	0,31%
Segurança e saúde no trabalho	14.002	2,92%	0,14%	9.045	1,74%	0,10%
Educação	-	0,00%	0,00%	1.387	0,27%	0,02%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.540	0,74%	0,04%	1.908	0,37%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	979	0,20%	0,01%	754	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	48.873	10,20%	0,50%	42.778	8,24%	0,49%
Outros	-	0,00%	0,00%	22.375	4,31%	0,25%
Total - Indicadores sociais internos	403.944	84,27%	4,17%	395.694	76,20%	4,50%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	21.789	1,14%	0,22%	16.228	1,27%	0,18%
Cultura	11.885	0,62%	0,12%	5.176	0,41%	0,06%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	2.350	0,12%	0,02%	975	0,08%	0,01%
Creches	1.845	0,10%	0,02%	1.914	0,15%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	2.080	0,16%	0,02%
Outros	408	0,02%	0,00%	10.538	0,82%	0,12%
Total das contribuições para a sociedade	38.277	2,00%	0,39%	36.911	2,89%	0,42%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.942.676	206,10%	40,66%	3.677.620	287,82%	41,86%
Total - Indicadores sociais externos	3.980.953	208,10%	41,05%	3.714.568	290,72%	42,28%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	9.903	0,52%	0,10%	15.885	1,24%	0,18%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	66.704	3,49%	0,69%	52.528	4,11%	0,60%
Total dos investimentos em meio ambiente	76.607	4,00%	0,79%	68.413	5,35%	0,78%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa						
<div><div>() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%</div><div>() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%</div></div>						
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	5.663			4.360		
Nº de admissões durante o período	1.643			516		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	7.847			7.191		
Nº de estagiários(as)	68			62		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.023			678		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.123			890		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,18%			20,70%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	994			633		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,10%			6,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	62			60		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	69,06			0		
Número total de acidentes de trabalho	63			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(a s)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(a s)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(a s)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(a s)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(a s)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(a s)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(a s)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(a s)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	(X) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 29.251	no Procon 5.281	na Justiça 3.288	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 67,00 %	no Procon 67,00 %	na Justiça 41%	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):						
Em 2010 :7.326.058						
Em 2009: 6.537.993						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						
71% governo 8% colaboradores(as) 18% acionistas 2% terceiros						
69% governo 10% colaboradores(as) 18% acionistas 4% terceiros						
7 - Outras Informações						

Relatório da Administração**Balanço Patrimonial E Demonstração de Resultado Regulatórios**

Em atendimento ao Despacho nº. 4.097 de 30 de dezembro de 2010, emitido pela ANEEL, abaixo apresentamos o balanço patrimonial e a demonstrações de resultados elaborados em conformidade com as normas regulatórias, bem como quadro com a conciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias:

ELETROPAULO METROPOLINA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS - ANEEL
LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

	31.12.10	31.12.09
ATIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalente de caixa	299.124	286.158
Investimento de curto prazo	1.365.271	963.087
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.465.438	1.433.743
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	57.643	230.841
Outros tributos compensáveis	73.781	64.272
Serviços prestados	11.679	20.263
Devedores diversos	2.447	2.152
Contas a receber - Acordos	201.692	171.063
Outros créditos	92.009	115.813
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(343.803)	(326.064)
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA - ativo	189.085	369.381
Almoxarifado	54.504	52.991
Despesas pagas antecipadamente	716	788
Total do circulante	3.469.586	3.384.488
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
<u>Realizável a longo prazo</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias - LP	5.268	5.156
Tributos e contribuições sociais compensáveis - LP	95.040	85.780
Tributos e contribuições sociais diferidos - ativo - LP	752.577	783.508
Cauções e depósitos vinculados	474.579	440.860
Contas a receber - Acordos - LP	183.556	256.497
Outros créditos - LP	85.420	164.766
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - LP	(144.389)	(213.768)
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA - ativo - LP	65.555	74.624
Despesas pagas antecipadamente - LP	63	-
Total realizável a longo prazo	1.517.669	1.597.423
Investimentos	9.500	9.500
Imobilizado	4.055.129	3.807.951
Total do não circulante	5.582.298	5.414.874
TOTAL DO ATIVO	9.051.884	8.799.362

Relatório da Administração

ELETROPAULO METROPOLINA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS - ANEEL
LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

<u>PASSIVO</u>	31.12.10	31.12.09
<u>CIRCULANTE</u>		
Fornecedores	978.841	829.647
Empréstimos e financiamentos	57.852	530.627
Debêntures	200.040	-
Encargos de dívidas	64.664	93.198
Custos a amortizar CP (reduzora do passivo)	(5.224)	(6.237)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.864	19.207
Outros tributos a pagar	463.056	446.259
Dividendos declarados	19.629	12.855
Juros sobre capital próprio	64.544	62.695
Obrigações estimadas	82.859	76.459
Folha de pagamento	2.299	1.787
Encargos do consumidor a recolher	89.337	48.068
Provisões para litígios e contingências	211.832	269.702
P&D, Eficiência energética e EPE	75.417	208.142
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA - passivo	237.776	146.845
Cosip	66.368	41.109
Outras obrigações	119.945	83.472
Total do circulante	2.733.099	2.863.835
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Fornecedores - LP	400	-
Empréstimos e financiamentos - LP	811.019	860.435
Debêntures - LP	1.649.960	1.050.000
Custos a amortizar LP (reduzora do passivo)	(34.973)	(31.906)
Tributos a pagar	-	47
Tributos e contribuições sociais diferidos - passivo - LP	(0)	(2.432)
Obrigações com a Fundação Cesp - LP	1.372.781	1.444.033
Encargos tarifários do consumidor a recolher - LP	26.927	-
Provisões para litígios e contingências - LP	328.005	370.322
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA - passivo - LP	163.084	97.495
Reserva de reversão	66.085	66.085
P&D, Eficiência energética e EPE	87.794	-
Contas a pagar (Banco Santos)	-	100.136
Outras obrigações - LP	50.112	23.506
Total do não circulante	4.521.194	3.977.721
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.057.629	1.057.629
Reserva de capital	15.632	14.423
Reserva legal	211.526	155.113
Proposta de distribuição de dividendos adicional	843.614	833.338
Prejuízos acumulados	(330.810)	(102.697)
Total do patrimônio líquido	1.797.591	1.957.806
TOTAL DO PASSIVO	9.051.884	8.799.362

Relatório da Administração

ELETROPAULO METROPOLINA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO REGULATÓRIAS - ANEEL
 LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

	31.12.10	31.12.09
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.785.307	8.049.899
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(4.449.384)	(4.044.055)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.177.793)	(1.065.977)
Total do custo do serviço de energia elétrica	(5.627.177)	(5.110.032)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal e Administradores	(237.458)	(203.877)
Entidade de previdência privada	(167.914)	(180.612)
Material	(33.463)	(30.893)
Serviços de terceiros	(180.094)	(187.742)
Depreciação e amortização	(324.389)	(316.563)
Outras	176.944	(43.916)
Total do custo de operação	(766.374)	(963.603)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(40.622)	(8.426)
CUSTO OPERACIONAL BRUTO	(6.434.173)	(6.082.061)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(78.721)	(81.551)
Despesas gerais e administrativas	(403.097)	(410.812)
Outras despesas operacionais	(96.507)	(209.537)
Total das despesas operacionais	(578.325)	(701.900)
TOTAL CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.012.498)	(6.783.961)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.772.809	1.265.938
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Receita financeira	288.087	547.941
Despesa financeira	(258.590)	(367.524)
Variações monetárias/cambiais - líquidas	55.003	44.233
Total	84.500	224.650
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.857.309	1.490.588
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(157.072)	(130.938)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(407.259)	(152.530)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	(11.951)	29.080
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	(38.099)	(117.662)
TOTAL	(614.380)	(372.050)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.242.929	1.118.538

Relatório da Administração

Conciliação do lucro do líquido e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	31.12.10	31.12.09
Lucro líquido regulatório - ANEEL	1.242.929	1.118.538
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	357.460	243.706
Registro do ativo financeiro e do ativo intangível ICPC 01	(198.734)	(186.149)
Receita de construção	708.708	531.170
Custo de construção	(708.708)	(531.170)
Impostos diferidos	(53.967)	(19.569)
Lucro líquido societário - de acordo com o IFRS	1.347.688	1.156.526
	31.12.10	31.12.09
Patrimônio líquido regulatório - ANEEL	1.797.591	1.957.806
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	83.463	(152.461)
Registro do ativo financeiro e do ativo intangível ICPC 01	1.856.303	1.916.384
Patrimônio líquido societário - de acordo com o IFRS	3.737.357	3.721.729

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia, que por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (AES Corp. sediada nos Estados Unidos). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Lourenço Marques, 158 - Vila Olímpia - São Paulo.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº 26, faturou 43.345 GWh no exercício de 2010 e 41.269 GWh no exercício de 2009, atendendo a aproximadamente 6,1 milhões de clientes em dezembro de 2010 (informações não auditadas).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

2. Resumo das Práticas Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de fevereiro de 2011.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e o balanço patrimonial levantado em 1º de janeiro de 2009, compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e normas complementares emitidas pela CVM.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico, bem como reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo na data de transição.

2.2. Base de preparação e apresentação

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial levantado em 1º. de janeiro de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data, estão sendo reapresentadas com os ajustes necessários para estarem em acordo com as normas internacionais de contabilidade, e práticas contábeis adotadas no Brasil atualmente vigentes, de forma a permitir sua comparabilidade com as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram reapresentadas em determinadas rubricas em relação às informações originalmente divulgadas, com o intuito de propiciar a comparabilidade em relação às demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em função da alteração da forma de apresentação da demonstração de resultado a partir do final do exercício de 2009.

A reconciliação do patrimônio líquido, do resultado e dos fluxos de caixa, bem como a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade estão demonstradas na nota nº 3.

Em função do ofício de encerramento da ANEEL de 2010, o qual definiu uma nova classificação para se registrar o subsídio baixa renda. A Companhia efetuou a reclassificação dos valores divulgados relacionados a esse item em 31 de dezembro de 2009, da rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica para a rubrica de Outras Receitas Operacionais.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram auditados.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**2.3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das Demonstrações Contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos ou perdas de variações dos ativos e passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, exceto os de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção qualificáveis de acordo com o CPC 20 (IAS 23), os quais são inclusos no custo desses ativos. Ativos em construção qualificáveis são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para serem colocados em condições de uso ou de venda.

2.4. Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los num curto espaço de tempo, exceção feita aos ativos financeiros de concessão, os quais são classificados no ativo não circulante.

2.4.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, contratados nas aplicações financeiras, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.2. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber

A Companhia classifica os saldos de Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva (“custo amortizado”), por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres e o desconto da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição TUSD, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

2.4.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores/Acordos

- a) classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- b) classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- c) classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Serviços Prestados/Outros Créditos

d) Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia inclui no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa as faturas vencidas em períodos inferiores aos acima estabelecidos para os consumidores enquadrados nos critérios “a” a “d”, acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas pela Administração de difícil recebimento.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento dos Termo de Confissão de Dívida - TCD - inadimplentes, são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em perda.

Os recebimentos de créditos que foram baixados das contas a receber originais, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito na rubrica de Outras Despesas Operacionais.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentados nas notas explicativas correspondentes às contas do ativo que os originaram - notas nº 5, 6, 8 e 9.

2.4.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro registrado nas suas demonstrações contábeis e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

2.5. Almoxarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os materiais destinados às construções de itens do ativo imobilizado da Companhia são classificados como imobilizações em curso.

2.6. Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível de concessão)

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

No momento da segregação dos ativos financeiros e intangíveis, a Administração da Companhia concluiu que era impraticável a aplicação da ICPC 01 (IFRIC 12) de forma retroativa. Esta decisão foi tomada pela Administração pelo fato de a Companhia não possuir as informações necessárias para o reprocessamento dos saldos dos ativos vinculados a infraestrutura do serviço público. Diante deste fato, a Administração da Companhia, por meio de Reunião do Conselho de Administração, aprovou a utilização dos saldos contábeis para efetuar a bifurcação dos saldos do ativo financeiro e do ativo intangível na data de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade. A Companhia utilizou a base de remuneração regulatória (*) para apurar o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível a diferença entre o saldo do ativo financeiro e o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação. Cabe ressaltar que, não foram identificados saldos irrecuperáveis de ativos vinculados à concessão e também não foram gerados ganhos e perdas no momento da bifurcação do ativo vinculado à concessão.

(*) Base de remuneração regulatória: base de ativos definida e valorizada de acordo com os critérios estabelecidos pela ANEEL e inclui todos os ativos que são necessários para realização dos serviços das concessionárias.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos classificados como financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infra-estrutura do serviço público.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda e a remuneração financeira de tais ativos ocorre a cada período, por meio do chamado WACC regulatório (custo médio ponderado de capital), que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia. Os ativos financeiros foram classificados como disponível para venda, em função da Companhia ter utilizado a base de remuneração regulatória para apurar o saldo do ativo financeiro. Na classificação do ativo financeiro a Companhia levou em consideração que sua mensuração ocorre de um valor fixo, pois de acordo com as normas regulatórias está sujeito a ajustes periódicos a valor de mercado, concluindo que a classificação adequada é como disponível para venda. Este ativo financeiro também é atualizado pelo valor justo em contrapartida à rubrica de outros resultados abrangentes – ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A Companhia atualiza o valor justo desse ativo com base na variação do IGPM. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para 2011), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Os ativos intangíveis foram mensurados pelo “método do valor residual” na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à transição e eram mensurados com base nos mesmos critérios do ativo imobilizado descritos abaixo. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o que inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos da concessão são depreciados/amortizados pelo método linear seguindo os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009. Atualmente, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 4,7% ao ano. Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, a Companhia teve um impacto adicional de amortização no resultado de 2010 no montante de R\$ 102.718, e de R\$ 115.902 no resultado de 2009.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo intangível de concessão em curso, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível de concessão em curso até a data em que o ativo estiver disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados no exercício de 2009 e 2010, estão apresentados na nota nº 31.

2.7. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo na data de sua aquisição ou construção. Após o seu reconhecimento inicial o ativo imobilizado é depreciado de forma linear, à exceção de terrenos que não são depreciados.

A Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado, até a data em que o ativo estiver disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado ao qual foram incorporados.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, à taxa média anual de depreciação de 7% em 2010 e de 6% em 2009.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

2.8. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.9.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados subsequentemente pelo método do custo amortizado através da utilização da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados como despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento que é registrada no ativo intangível.

2.10.1. Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.10.2. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existente, são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia não havia identificado nenhum derivativo embutido em seus contratos.

2.11. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – a partir de 2010 pela modalidade de substituição tributária, ou seja, o ICMS deixou de ser recolhido pela Companhia, e em 2009 18% incidentes sobre as vendas;
- Imposto sobre Serviços – 5% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidosImposto de renda e contribuição social corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.14 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários - nota nº 17.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais, ao final de cada período.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

2.15 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

2.16 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis da Companhia, não havia ajustes significativos derivados dos ajustes a valor presente.

2.18 Distribuição de dividendos

A Companhia registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do final do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembléia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia e de suas controladas. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em acordo com a Lei das S.A., são divulgados nas notas explicativas.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição.

2.19 Pagamentos baseados em ações

A AES Corp., mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições pre-estabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp. são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. adquiridos pelos funcionários da Companhia e suas controladas. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações para ou no exercício das opções pelos colaboradores. Ainda de acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), após o aporte dos recursos, a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações dos Resultados. Em atendimento à Deliberação CVM nº. 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas Demonstrações dos Resultados, está apresentada na nota nº 26. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

2.20.1. Receita de Prestação de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.20.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.20.3 Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infra-estrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão e que as construções e melhorias, são substancialmente, executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infra-estrutura para alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. A Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

2.21 Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (*arrendamento mercantil financeiro*) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, calculado com base na taxa de juros implícita no arrendamento ou com base na taxa incremental de financiamento da Companhia. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário, quando aplicável, são adicionados como parte do custo do ativo. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os juros são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22 Taxas regulamentares**a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras relativa aos sistemas interligados com dupla destinação e que tem o objetivo de: pagar as despesas com o combustível usado nas geradoras térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.23 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

2.24 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.25 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das Demonstrações Contábeis, a Companhia efetua diversas estimativas, as quais foram determinadas com base em julgamento da Administração e, quando necessário, com base em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenda como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

A condição financeira e os resultados das operações da Companhia frequentemente requerem o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados efetivos podem ser distintos daqueles estimados em razão da ocorrência de variáveis, premissas ou condições diferentes ou novas em relação àquelas estimadas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia formou seu julgamento sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

2.25.1 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais, ao final de cada período.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.25.2 Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Os ativos da concessão são depreciados/amortizados pelo método linear seguindo os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009. Atualmente, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 4,7% ao ano.

2.25.3 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota 2.7, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

2.25.4 Provisão para litígios e contingências

As provisões para litígios e contingências são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base em relatórios preparados pelos seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base nas informações disponíveis na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. Periodicamente, a Companhia efetua uma revisão dessa avaliação à luz de novas informações surgidas.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.25.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perda por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

2.25.6 Impostos diferidos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para prováveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.25.7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota nº 2.4.3.

2.25.8 Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota nº 2.6.

2.26 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641 de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.27 Demonstração do Resultado

A demonstração do resultado está apresentada por função, e a natureza das despesas e receitas operacionais está demonstrada na demonstração do valor adicionado – DVA.

3. Transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC**3.1 Transição para o IFRS****a) Aplicação do CPC 37 (R1) (IFRS 1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade**

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Estas demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com o CPC 37 (R1) (IFRS 1).

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 (data de transição adotada pela Companhia) foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1) (IFRS 1). A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva de Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Também foram efetuados outros ajustes requeridos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e que não estão descritos nas isenções previstas do CPC 37 (R1) (IFRS 1) (Nota nº 3.1.c). Com a aplicação do CPC 37 (R1) (IFRS 1), as demonstrações contábeis da Companhia passam a ser apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – *International Financial Report Standards*.

b) Isenções da aplicação retrospectiva selecionadas pela Companhia

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias e adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva:

- i) **Isenção para uso do custo atribuído para o ativo imobilizado:** A Companhia optou por reprocessar os saldos dos ativos imobilizados (ativos não vinculados à concessão) não alcançados pelo ICPC01 (IFRIC 12). Os ativos não vinculados à concessão objeto da reavaliação registrada em 2007 tiveram seu custo mantido de acordo como laudo de avaliação e os que não foram objeto de reavaliação em 2007, foram ajustados pela correção monetária referente aos anos de 1996 e 1997 (até dezembro de 1995 era adotada a prática de correção monetária de balanços no Brasil e a partir de janeiro de 1998, o Brasil deixou de ser considerado como um país de economia hiperinflacionária). O uso do custo atribuído no ativo imobilizado resultou em um incremento de R\$ 1.315 registrado naquela conta, em contra partida de lucros acumulados.
- ii) **Isenção para arrendamento:** A Companhia optou por não aplicar a isenção prevista no CPC 37 (R1) (IFRS 1) em relação aos arrendamentos, visto que todos os contratos de arrendamento estavam registrados de acordo nas práticas contábeis anteriores, já em conformidade com o CPC 06 (R1) (IAS 17).

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- iii) **Isenção para mensuração dos benefícios a empregados:** De acordo com as avaliações preliminares, a Companhia aplicou a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrará os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido. A aplicação da isenção resultou em uma redução das obrigações atuariais no montante de R\$521.412 (R\$ 258.385 no circulante e R\$ 263.027 no não circulante). Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (IAS 19) Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição serão reconhecidos de acordo com o método do corredor.
- iv) **Isenção relativa a contratos de concessão:** de acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12) a infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica (ativos vinculados à concessão) não deve ser apresentada como ativo imobilizado. A infra-estrutura existente e as futuras melhorias ou expansões devem ser apresentadas como um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. O ativo financeiro corresponde à parcela que representa um direito incondicional de receber caixa. O ativo intangível corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelo uso da infra-estrutura. No registro da construção das futuras melhorias e expansões da infra-estrutura devem ser aplicados os critérios do CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção, registrando-se o custo correspondente à construção no resultado e a receita pelo método do percentual de conclusão. Ainda de acordo com essa interpretação, os custos de empréstimos poderão ser contabilizados no ativo intangível durante a fase de construção da infra-estrutura. A Companhia bifurcou a infra-estrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica na data de transição, resultando na criação na conta de ativo financeiro (não circulante) no montante de R\$ 615.690 e no aumento do ativo intangível no montante de R\$ 5.683.530, e a redução dos saldos do ativo imobilizado no montante de R\$ 6.299.220, na data de transição.
- v) **Isenções não aplicáveis:** As demais isenções previstas no CPC 37 (R1) (IFRS 1) não são aplicáveis e ou não foram utilizadas pela Companhia.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outros ajustes requeridos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e que não estão descritos nas isenções previstas do CPC 37 (R1) (IFRS 1)

vi) Custo emissão de dívidas: A Companhia registrou os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como na emissão de debêntures e outros instrumentos em conta redutora do passivo, na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. A aplicação desse pronunciamento resultou em uma redução dos passivos de empréstimos e financiamentos de R\$ 29.786 (R\$ 6.083 no passivo circulante e R\$ 23.703 no passivo não circulante), e uma redução das despesas pagas antecipadamente de R\$ 7.658 (R\$ 1.371 no ativo circulante e R\$ 6.287 no ativo não circulante), na data da transição.

vii) Derivativos: A Companhia analisou os contratos vigentes na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, e não foram identificados derivativos embutidos nestes contratos.

viii) Ativos e passivos regulatórios: Para fins de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, a Companhia reverteu os saldos dos ativos e passivos regulatórios, em função de orientação emitida pelo IASB a respeito desse tema, sobre o qual entende-se que a realização dos ativos e passivos regulatórios dependem de evento futuro incerto. A aplicação desta reversão resultou em uma redução dos ativos no montante de R\$ 574.351, representado por i) Consumidores, concessionárias e permissionárias: redução de R\$ 73.632, sendo R\$ 65.681 no circulante e R\$ 7.951 no não circulante; ii) Compensação de variação de parcela A: redução de R\$ 501.920, sendo R\$ 349.550 no circulante e R\$ 152.370 no não circulante; e iii) Outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa: aumento R\$ 1.201 no circulante. A aplicação desta reversão resultou também na redução da Compensação de variação de parcela A registrada no passivo no montante de R\$ 100.251, sendo R\$ 96.141 no circulante e R\$ 4.110 no não circulante, tendo como contra partida a conta de lucros acumulados no montante de R\$ 474.100 (R\$ 312.906 líquido dos tributos diferidos) na adoção inicial.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- ix) Tributos diferidos sobre a mais valia:** o item 40 do ICPC 10 (IAS 16, IAS 40 e IFRS 1) requer o registro de impostos diferidos passivos sobre a mais valia de terrenos registrada em data anterior à adoção inicial dos CPCs. As práticas contábeis brasileiras anteriores não requeriam o registro de impostos diferidos sobre a mais valia de terrenos. Na data de transição, 1º de janeiro de 2009, a Companhia registrou um passivo fiscal diferido de R\$ 384.755, sobre o saldo da reavaliação de terrenos, sendo a débito na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido e um crédito na conta de imposto de renda e contribuição social diferidos não circulante.
- x) Eventos subsequentes:** Na data de transição, a Companhia reverteu parcela do saldo da rubrica Dividendos a Pagar para a rubrica de Dividendos no patrimônio líquido, no montante de R\$ 614.690, correspondentes aos dividendos cujo pagamento não havia sido aprovado pelos acionistas ou outros órgãos da Administração da Companhia antes da data-base das Demonstrações Contábeis.
- xi) Isenção para transações com pagamento baseados em ações:** A Companhia optou por registrar as despesas incorridas até a data de transição, no montante de R\$ 12.344, na conta de reserva de capital no patrimônio líquido em contrapartida da conta de “opções de ações outorgadas” na reserva de capital, de forma a não provocar efeito no patrimônio líquido. De acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11) a referida reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital em favor do acionista controlador, quando as ações forem entregues ou as opções exercidas.
- xii) Isenção para reconhecimento da receita:** A Companhia revisou o processo de reconhecimento da receita da venda de alguns bens, observando se os riscos e benefícios destas propriedades vendidas foram transferidos para o comprador, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 30 (IAS 18) Receitas. Em consequência, alguns bens voltaram a compor o saldo da rubrica de Outros créditos – bens destinados a venda no ativo não circulante, no montante de R\$ 40.000, em razão de ter sido constatado que a Companhia mantinha ainda algum envolvimento com o referido ativo.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

xiii) Tributos diferidos – Na data de transição a Companhia registrou tributos diferidos ativos não circulantes, no montante total de R\$ 401.802 tendo, como contra partida o patrimônio líquido. Adicionalmente, foi efetuada a reclassificação dos saldos dos tributos diferidos ativos circulantes e não circulante, tributos diferidos passivos circulantes e não circulantes, para a rubrica de tributos diferidos ativos não circulantes. Esta reclassificação foi no montante de R\$ 297.730 de redução no ativo circulante, aumento de R\$ 246.049 no ativo não circulante, redução de R\$ 30.475 no passivo circulante, e aumento de R\$ 380.596 no passivo não circulante.

d) Demonstração dos impactos da transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC

De acordo com a aplicabilidade do CPC 37 (IFRS 1), a Companhia apresenta abaixo as conciliações dos impactos da transição para os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC:

- i) A reconciliação do balanço patrimonial e do patrimônio líquido na data de transição - 1º de janeiro de 2009;
- ii) A reconciliação do balanço patrimonial e do patrimônio líquido no último exercício apresentado - 31 de dezembro de 2009;
- iii) A reconciliação da demonstração do resultado e da demonstração dos fluxos de caixa - 31 de dezembro de 2009.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC - 1º de janeiro de 2009.

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
ATIVO				
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	167.138	-		167.138
Investimentos de curto prazo	1.369.287	-		1.369.287
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.323.807	(65.681)	viii	1.258.126
Tributos compensáveis	384.039	-		384.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos	297.730	(297.730)	xiii	-
Serviços prestados	22.595	-		22.595
Devedores diversos	3.494	-		3.494
Contas a receber - acordos	91.018	-		91.018
Outros créditos	150.205	(16.165)	viii, xii	134.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(209.576)	1.367	viii	(208.209)
Almoxarifado	45.831	-		45.831
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	349.550	(349.550)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	2.387	(1.371)	vi	1.016
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	3.997.505	(729.130)		3.268.375
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7.951	(7.951)	viii	-
Tributos compensáveis	80.424	-		80.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	873.586	246.049	xi, xii, viii	1.119.635
Cauções e depósitos vinculados	539.549	-		539.549
Contas a receber - acordos	128.192	-		128.192
Outros créditos	152.986	40.000	xii	192.986
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.985)	-		(71.985)
Ativo financeiro de concessão	-	615.690	iv	615.690
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	152.370	(152.370)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	6.287	(6.287)	vi	-
Investimento	9.202	-		9.202
Imobilizado	6.423.393	(6.297.905)	i, iv	125.488
Intangível	256.929	5.683.530	iv	5.940.459
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.558.884	120.756		8.679.640
TOTAL DO ATIVO	12.556.389	(608.374)		11.948.015

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
PASSIVO				
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	808.954	-		808.954
Empréstimos e financiamentos	50.430	-		50.430
Encargos de dívidas	100.497	-		100.497
Custos a amortizar	-	(6.083)	vi	(6.083)
Tributos a pagar	568.781	-		568.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.475	(30.475)	xiii	-
Dividendos declarados	620.711	(614.690)	x	6.021
Juros sobre capital próprio	60.665	-		60.665
Obrigações com entidade de previdência privada	258.385	(258.385)	iii	-
Obrigações estimadas	77.093	-		77.093
Folha de pagamento	3.382	-		3.382
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	77.338	-		77.338
Operações de swap cambial	20.195	-		20.195
Provisões para litígios e contingências	229.778	-		229.778
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	237.041	-		237.041
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	25.806	-		25.806
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	96.141	(96.141)	viii	-
Contas a pagar (Banco Santos)	151.200	-		151.200
Outras obrigações	126.158	-		126.158
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	3.543.030	(1.005.774)		2.537.256
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos	843.950	-		843.950
Debêntures	1.050.000	-		1.050.000
Custos a amortizar	-	(23.703)	vi	(23.703)
Tributos a pagar	38.420	-		38.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	524.834	380.596	ix, vi, iii, i, xii	905.430
Obrigações com entidade de previdência privada	1.865.980	(263.027)	iii	1.602.953
Provisões para litígios e contingências	1.223.035	-		1.223.035
Reserva de reversão	66.085	-		66.085
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	4.110	(4.110)	viii	-
Contas a pagar (Banco Santos)	93.339	-		93.339
Outras obrigações	4.782	28.115	xii	32.897
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.714.535	117.871		5.832.406
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social	1.057.629	-		1.057.629
Reserva capital	-	12.344	xi	12.344
Ações em tesouraria	(1)	-		(1)
Reserva legal	98.279	-		98.279
Outros resultados abrangentes	2.142.917	(383.341)	ix	1.759.576
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	614.690	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii, x	614.690
Lucros acumulados	-	35.836		35.836
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.298.824	279.529		3.578.353
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.556.389	(608.374)		11.948.015

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Reconciliação do patrimônio líquido da Companhia na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC – 1º de janeiro de 2009.

Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriores a adoção dos CPCs	Nota 3.1	3.298.824
Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC		
Tributos sobre reavaliação de terrenos - ICPC 10	ix	(384.755)
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	vi	22.128
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	iii	521.412
Contab. proposta pago dividendos - ICPC 08	x	614.690
Receitas - CPC 30/IAS 18	xii	(4.114)
Imobilizado - IGP 96/97	i	1.315
Ativos e passivos regulatórios	viii	(474.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(18.461)
Outros		1.414
		279.529
Patrimônio Líquido de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC		3.578.353

3.4. Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC - 31 de dezembro de 2009.

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	286.158	-		286.158
Investimentos de curto prazo	963.087	-		963.087
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.433.743	(7.189)	viii	1.426.554
Tributos compensáveis	295.113	-		295.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	240.031	(240.031)	xiii	-
Serviços prestados	20.263	-		20.263
Devedores diversos	2.152	-		2.152
Contas a receber - acordos	171.063	-		171.063
Outros créditos	131.814	(36.689)	viii, xii	95.125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(326.064)	1.697	viii	(324.367)
Almoxarifado	52.991	-		52.991
Compensação de variação itens da parcela A - CVA	369.380	(369.380)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	2.159	(1.371)	vi	788
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	3.641.890	(652.963)		2.988.927
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5.156	(5.156)	viii	-
Tributos compensáveis	85.780	-		85.780
Imposto de renda e contribuição social diferidos	714.587	151.078	xi, xii, viii	865.665
Cauções e depósitos vinculados	440.860	-		440.860
Cauções a receber - acordos	256.497	-		256.497
Outros créditos	141.321	23.445	vi, xii	164.766
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(213.768)	-		(213.768)
Ativo financeiro de concessão	-	680.880	iv	680.880
Compensação de variação dos itens da Parcela A-CVA	74.624	(74.624)	viii	-
Investimento	9.500	-		9.500
Imobilizado	6.518.041	(6.455.895)	i, iv	62.146
Intangível	180.902	5.656.190	iv	5.837.092
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.213.500	(24.082)		8.189.418
TOTAL DO ATIVO	11.855.390	(677.045)		11.178.345

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
PASSIVO				
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	829.647	-		829.647
Empréstimos e financiamentos	530.627	-		530.627
Encargos de dívidas	93.198	-		93.198
Custos a amortizar	-	(6.237)	vi	(6.237)
Tributos a pagar	465.466	-		465.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.196	(37.196)	xiii	-
Dividendos declarados	699.171	(686.316)	x	12.855
Juros sobre capital próprio	62.695	-		62.695
Obrigações com entidade de previdência privada	84.839	(84.839)	iii	-
Obrigações estimadas	76.459	-		76.459
Folha de pagamento	1.787	-		1.787
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	48.068	-		48.068
Provisões para litígios e contingências	269.702	-		269.702
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	208.142	-		208.142
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	41.109	-		41.109
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	146.845	(146.845)	viii	-
Outras obrigações	83.472	-		83.472
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	3.678.423	(961.433)		2.716.990
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos	860.435	-		860.435
Debêntures	1.050.000	-		1.050.000
Custos a amortizar	(14.440)	(17.466)	vi	(31.906)
Tributos a pagar	47	-		47
Imposto de renda e contribuição social diferidos	477.302	379.666	ix, vi, iii, i, xii	856.968
Obrigações com entidade de previdência privada	1.880.681	(436.648)	iii	1.444.033
Provisões para litígios e contingências	370.322	-		370.322
Reserva de reversão	66.085	-		66.085
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	97.496	(97.496)	viii	-
Contas a pagar (Banco Santos)	100.136	-		100.136
Outras obrigações	7.629	15.877	xii	23.506
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.895.693	(156.067)		4.739.626
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social	1.057.629	-		1.057.629
Reserva capital	-	14.423	xi	14.423
Ações em tesouraria	-	-		-
Reserva legal	155.113	-		155.113
Outros resultados abrangentes	2.068.532	(407.306)	ix	1.661.226
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	833.338	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii, x	833.338
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.281.274	440.455		3.721.729
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.855.390	(677.045)		11.178.345

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

3.5. Reconciliação do patrimônio líquido da Companhia para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC - 31 de dezembro de 2009.

Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriores a adoção dos CPCs	Nota 3.1	3.281.274
Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC		
Ajuste de avaliação patrimonial - ICPC 01/IFRIC 12	iv	(33.568)
Tributos sobre reavaliação de terrenos - ICPC 10	ix	(366.716)
Atualização do ativo financeiro de concessão - OCPC 05	iv	(10.638)
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	vi	17.416
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	iii	521.487
Contab. proposta pagto dividendos - ICPC 08	x	686.316
Contrato de concessão - ICPC 01	iv	(82.334)
Receitas - CPC 30/IAS 18	xii	(3.515)
Imobilizado - IGP 96/97	i	1.195
Ativos e passivos regulatórios	viii	(231.001)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(58.187)
		440.455
Patrimônio Líquido de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC		3.721.729

3.6. Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC - 31 de dezembro de 2009.

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.049.899	735.738	iv, viii	8.785.637
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica				
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(4.044.055)	(103.931)	viii	(4.147.986)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.065.977)	89.239	viii	(976.738)
Custo de Operação				
Pessoal e administradores	(201.798)	(2.079)	xi	(203.877)
Entidade de previdência privada	(180.687)	75	iii	(180.612)
Material	(30.893)			(30.893)
Serviços de terceiros	(187.885)	1.818	viii	(186.067)
Depreciação e amortização	(354.807)	(115.977)	i, ix	(470.784)
Despesa de construção	-	(531.170)	iv	(531.170)
Outras	(61.297)	12.262	vi	(49.035)
	(6.127.399)	(649.763)		(6.777.162)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(8.426)			(8.426)
CUSTO OPERACIONAL BRUTO	(6.135.825)	(649.763)		(6.785.588)
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(76.832)			(76.832)
Despesas gerais e administrativas	(437.621)			(437.621)
Outras despesas operacionais	(207.862)			(207.862)
	(722.315)	-		(722.315)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.858.140)	(649.763)		(7.507.903)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.191.759	85.975		1.277.734
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receitas financeiras	547.941	(49.827)	viii	498.114
Despesas financeiras	(362.669)	(4.760)	vi, viii	(367.429)
Variações monetárias e cambiais líquidas	43.634	96.092	viii	139.726
	228.906	41.505		270.411
RESULTADO OPERACIONAL	1.420.665	127.480		1.548.145
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.420.665	127.480		1.548.145
Contribuição social	(130.938)			(130.938)
Imposto de renda	(152.530)			(152.530)
Contribuição social diferida	32.939	(9.039)	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	23.900
Imposto de renda diferido	(106.942)	(25.109)	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(132.051)
	(357.471)	(34.148)		(391.619)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.063.194	93.332		1.156.526

Lucro líquido do exercício de acordo com as práticas contábeis no Brasil, anteriore a adoção dos CPCs	1.063.194
Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC	
Tributos sobre reavaliação de terrenos - ICPC 10	18.039
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	(4.712)
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	75
Contrato de Concessão - ICPC 01	(109.382)
Receitas - CPC 30/IAS 18	599
Pagamento baseado em ações ICPC 05	(2.079)
Imobilizado - IGP 96/97	(120)
Ativos e passivos regulatórios	243.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.187)
	93.332
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidos pelo CPC	1.156.526

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Reconciliação do fluxo de caixa da Companhia para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC - 31 de dezembro de 2009.

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Reapresentado
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	1.063.194	93.332	1.156.526
Depreciação e amortização do ativo intangível de concessão e do imobilizado	381.615	115.977	497.592
Variação monetária/cambial	111.091	-	111.091
Baixa de bens do ativo imobilizado	46.160	-	46.160
Tributos e contribuições sociais diferidos	74.003	34.148	108.151
Fundo de pensão/plano de assistência - Deliberação CVM 371/600	180.612	-	180.612
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	256.244	1.697	257.941
Variação de valores de itens da Parcela A	124.164	(124.164)	-
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(153.237)	-	(153.237)
Provisão para reserva global de reversão - RGR	3.326	-	3.326
Ações e opções de ações outorgadas	2.079	-	2.079
Despesa de juros (encargos de dívida)	101.877	4.760	106.637
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante:			
Consumidores e revendedores	(161.238)	(7.189)	(168.427)
Imposto de renda e contribuição social	(184.086)	-	(184.086)
Outros tributos compensáveis	289.340	-	289.340
Serviços prestados	2.332	-	2.332
Devedores diversos	1.342	-	1.342
Contas a receber - acordos	(181.093)	-	(181.093)
Outros créditos	85.265	876	86.141
Almoxarifado	(7.160)	-	(7.160)
Compensação de variação da Parcela A	119.437	(119.437)	-
Despesas pagas antecipadamente	228	-	228
Cauções e depósitos vinculados	134.749	-	134.749
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante:			
Fornecedores	14.339	-	14.339
Imposto de renda e contribuição social	(120.172)	-	(120.172)
Tributos e contribuições sociais	70.551	-	70.551
Juros pagos (encargos de dívida)	(272.960)	-	(272.960)
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	(32.596)	-	(32.596)
Provisões para litígios e contingências	(812.789)	-	(812.789)
Obrigações estimadas, folha de pagamento e outras obrigações	(272.337)	-	(272.337)
Total das atividades operacionais	864.280	-	864.280
Atividades de investimentos:			
Aquisições para os ativos financeiro e intangível de concessão	(532.011)	-	(532.011)
Consumidores participação financeira	48.691	-	48.691
Aplicações em investimento de curto prazo	(4.001.764)	-	(4.001.764)
Resgate de investimento de curto prazo	4.516.678	-	4.516.678
Total das atividades de investimentos	31.594	-	31.594
Atividades de financiamento:			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(983.902)	-	(983.902)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(8.715)	-	(8.715)
Pagamento de empréstimos	(30.666)	-	(30.666)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(339.536)	-	(339.536)
Ingresso de novos empréstimos	585.965	-	585.965
Total das atividades de financiamento	(776.854)	-	(776.854)
Variação no caixa líquido da Companhia:	119.020	-	119.020
Saldo no início do período	167.138	-	167.138
Saldo no final do período	286.158	-	286.158

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia avaliou os eventuais impactos destes novos pronunciamentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativos em suas demonstrações contábeis consolidadas.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto significativos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Essa interpretação não teve impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas.
- Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011, são elas:
 - IFRS 3 – Combinação de negócios.
 - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
 - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativos em suas demonstrações contábeis consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impactos significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e Equivalente de Caixa e Investimentos de Curto Prazo**Caixa e equivalentes de caixa:**

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Numerário Disponível	14.674	10.476	5.509
Numerário em Trânsito	29.388	78.472	49.155
CDB-DI (I)	106.157	-	103.571
Operação Compromissada (I)	148.905	197.210	8.903
	299.124	286.158	167.138

Investimentos de curto prazo:

Tipo de Operação	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
CDB-DI (I)	511.821	406.530	623.429
Operação Compromissada (I)	833.950	464.908	724.303
Títulos Públicos (II)	19.070	91.649	21.555
Fundo de Investimento	430	-	-
	1.365.271	963.087	1.369.287

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa.

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (*) foram remunerados, em média, a 101,82% do CDI durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (102,48% em 2009), e têm características de liquidez imediata. A Companhia classifica como equivalentes de caixa os CDBs e as operações compromissadas, cujo vencimento originalmente contratado é inferior ou igual a noventa dias na data de sua aquisição. As transações com prazo para o vencimento superior a noventa dias são classificadas como investimento de curto prazo.
- (II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC e têm características de liquidez imediata.

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não mantinha linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia ofereceu como garantia parte de seus depósitos bancários no montante de R\$ 39.717. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

2010						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	182.802	221.057	63.279	467.138	(135.260)	331.878
Industrial	38.565	32.804	47.410	118.779	(43.588)	75.191
Comercial	131.227	54.730	37.651	223.608	(42.513)	181.095
Rural	80	76	19	175	(2)	173
Poder público:						
Federal	2.646	1.748	260	4.654	(476)	4.178
Estadual	8.585	1.229	2.260	12.074	(128)	11.946
Municipal	13.671	2.754	4.167	20.592	(8.022)	12.570
Iluminação pública	14.330	1.192	1.209	16.731	(1.042)	15.689
Serviço público	10.811	11.409	1.921	24.141	(2.454)	21.687
Total - Faturado	402.717	326.999	158.176	887.892	(233.485)	654.407
Não Faturado	523.877	-	-	523.877	-	523.877
Não Faturado - Pis/Cofins	35.826	-	-	35.826	-	35.826
Total	962.420	326.999	158.176	1.447.595	(233.485)	1.214.110
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	3.272	-	-	3.272	-	3.272
Encargos de Uso da Rede	78	-	-	78	-	78
Total	3.350	-	-	3.350	-	3.350
Total - CIRCULANTE	965.770	326.999	158.176	1.450.945	(233.485)	1.217.460

2009						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	236.355	191.863	53.728	481.946	(106.154)	375.792
Industrial	59.675	26.492	55.711	141.878	(37.567)	104.311
Comercial	179.149	43.604	35.852	258.605	(47.432)	211.173
Rural	118	53	16	187	(3)	184
Poder público:						
Federal	1.948	1.037	188	3.173	(395)	2.778
Estadual	8.322	1.577	221	10.120	(124)	9.996
Municipal	15.147	769	6.057	21.973	(6.270)	15.703
Iluminação pública	14.126	465	1.912	16.503	(1.507)	14.996
Serviço público	21.796	12	4.691	26.499	(5.631)	20.868
Total - Faturado	536.636	265.872	158.376	960.884	(205.083)	755.801
Não Faturado	461.109	-	-	461.109	-	461.109
Total	997.745	265.872	158.376	1.421.993	(205.083)	1.216.910
Concessionárias e permissionárias:						
Encargos do uso da rede	1.239	-	-	1.239	-	1.239
Energia no curto prazo - CCEE	3.322	-	-	3.322	-	3.322
Total	4.561	-	-	4.561	-	4.561
Total - CIRCULANTE	1.002.306	265.872	158.376	1.426.554	(205.083)	1.221.471

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Em 1º de janeiro de 2009					Saldo líquido
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	205.704	161.016	44.534	411.254	(79.192)	332.062
Industrial	63.572	26.581	36.002	126.155	(37.476)	88.679
Comercial	133.953	49.228	40.229	223.410	(36.622)	186.788
Rural	207	384	54	645	(13)	632
Poder público:						
Federal	1.448	804	336	2.588	(383)	2.205
Estadual	6.552	3.512	432	10.496	(131)	10.365
Municipal	3.533	903	2.023	6.459	(5.159)	1.300
Iluminação pública	11.588	1.699	1.654	14.941	(1.556)	13.385
Serviço público	8.875	31	6.385	15.291	(5.224)	10.067
Total - Faturado	435.432	244.158	131.649	811.239	(165.756)	645.483
Não Faturado	438.879	-	-	438.879	-	438.879
Não Faturado - Pis/Cofins	52	-	-	52	-	52
Total	874.363	244.158	131.649	1.250.170	(165.756)	1.084.414
Concessionárias e permissionárias:						
Encargos do uso da rede	805	-	-	805	-	805
Energia no curto prazo - CCEE	7.151	-	-	7.151	-	7.151
Total	7.956	-	-	7.956	-	7.956
Total - CIRCULANTE	882.319	244.158	131.649	1.258.126	(165.756)	1.092.370

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infra-estrutura da concessão.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vencidos.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros Tributos Compensáveis

A composição dos outros tributos compensáveis é como segue:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.545	3.092	2.860
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	51.133	42.183	38.356
Cofins	16.209	14.867	14.602
Pis	3.514	3.749	3.677
Finsocial	-	-	299.092
Outros	380	381	381
Subtotal	73.781	64.272	358.968
INSS auxílio doença nota nº 10	(1.963)	(1.963)	(1.951)
Saldo líquido de PCLD	71.818	62.309	357.017
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Pis - Crédito tributário	58.495	56.681	54.724
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	36.545	29.099	25.700
Subtotal	95.040	85.780	80.424
Total Geral	168.821	150.052	439.392

7. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Balanco Patrimonial			Resultado	
	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009	2010	2009
a) O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:					
Provisão de benefício a empregados	331.824	364.946	397.629	(33.122)	(32.683)
Provisão para contingências	200.317	209.492	412.926	(9.175)	(203.434)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	165.070	181.269	93.457	(16.199)	87.812
Reversão dos Ativos e Passivos Regulatórios para fins de CPC	(42.996)	78.540	161.194	(121.536)	(82.654)
Ajustes de avaliação patrimonial	(805.221)	(856.968)	(905.430)	51.747	48.462
Outros	31.731	31.418	54.429	24.269	74.346
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos				(104.016)	(108.151)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(119.275)	8.697	214.205		
	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009		
No Ativo Não Circulante	685.946	865.665	1.119.635		
No Passivo Não Circulante	(805.221)	(856.968)	(905.430)		
	(119.275)	8.697	214.205		

Movimentação do imposto diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.697
Impacto no resultado	(104.016)
Impacto no patrimônio líquido	(23.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(119.275)

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia que possui tributos diferidos ativos registrados deve elaborar estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a realização desses tributos diferidos ativos. A Companhia elaborou esse estudo técnico, o qual foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia. A Companhia revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração Companhia.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a Companhia estima a realização dos créditos nos seguintes exercícios:

	2010		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
b) Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2011	180.001	64.800	244.801
2012	114.076	41.068	155.144
2013	70.386	25.339	95.725
2014	73.604	26.497	100.101
2015	66.305	23.870	90.175
	504.372	181.574	685.946

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

8. Contas a Receber - Acordos

A composição do saldo do contas a receber – acordos é como segue:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Termo de confissão de dívida:			
Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	75.454	75.454	-
Prefeituras municipais diversas	29.086	24.851	23.837
Consumidores	97.051	69.720	65.403
Outros	101	1.038	1.778
Subtotal	201.692	171.063	91.018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 10	(75.454)	(75.454)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 10	(10.150)	(11.528)	(16.871)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 10	(18.600)	(15.818)	(13.447)
Saldo Líquido de PCLD	97.488	68.263	60.700
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Termo de confissão de dívida:			
Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	75.454	150.907	-
Prefeituras municipais diversas	91.158	92.685	112.905
Consumidores	16.944	12.879	14.523
Outros	-	26	764
Subtotal	183.556	256.497	128.192
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 10	(75.453)	(150.907)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 10	(98)	(484)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 10	(68.193)	(61.494)	(69.726)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 10	(645)	(883)	(2.259)
Saldo Líquido de PCLD	39.167	42.729	56.207

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- (i) Refere-se a Acordo para Novação e Pagamento de Dívidas e Outras Avenças entre a Companhia e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo o pagamento deveria ser efetuado em quatro parcelas, sendo R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75.454, vencendo, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012.

Em 30 de julho de 2009, a Companhia e a Prefeitura pactuaram, mediante assinatura de aditivo ao Acordo, a prorrogação do pagamento da primeira parcela para o dia 10 de agosto de 2009.

Em 30 de julho de 2010 a Prefeitura realizou o pagamento de aproximadamente 50% da segunda parcela. Em 4 de agosto de 2010, a Companhia e a Prefeitura formalizaram um instrumento aditivo ao Acordo, postergando o prazo de pagamento do saldo remanescente da 2ª parcela, o qual ocorreu em 25 de novembro de 2010.

9. Outros Créditos

A composição do saldo de outros créditos é como segue:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	23.681	22.824	20.652
Programa Baixa Renda	13.668	22.124	33.681
Eletrobrás - Bônus Itaipu	-	-	7.156
Alienação de bens e direitos	9.257	10.172	10.810
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	464	225	915
Financiamento à Cesp	383	400	892
Cauções e Depósitos Vinculados	39.887	31.794	55.296
Outros	4.669	7.586	4.638
Total	92.009	95.125	134.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos - Diversos - nota nº 10	(246)	(246)	-
	91.763	94.879	134.040
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota nº 33 e (i)	-	42.998	42.998
Alienação de Bens e Direitos	45.312	76.245	92.682
Programa Reluz - PMSBP	1.408	14.128	23.175
Programa Reluz - PMSBC	3.728	535	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	26.255	25.362	24.853
Financiamento à Cesp	4.161	4.748	6.910
Outros	4.556	750	2.368
Total	85.420	164.766	192.986

- (i) A ANEEL, através do Ofício nº 561/2005-SFF, exigiu a segregação da participação acionária detida pela Companhia na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º da Lei nº 10.848/2004, pela qual é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica deter participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista o acima exposto, a Eletropaulo firmou, em 15 de setembro de 2005, o contrato de compra e venda de 39.609.942 quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), para a AES Transgás Empreendimentos S.A. (atualmente Companhia Brasileira de Energia). Essa transação foi aprovada pelos Conselhos de Administração da Companhia e Companhia Brasileira de Energia em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do Despacho nº 1.363, de 28 de setembro de 2005.

Em 2 de junho de 2010, o Conselho de Administração da Companhia e da Companhia Brasileira de Energia, aprovaram a liquidação financeira, com base no valor determinado por avaliador independente, e o termo de quitação referente à aquisição das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda.

O contrato de compra e venda previa o ajuste do preço de aquisição e a consequente liquidação financeira de acordo com o valor econômico da Eletropaulo Telecomunicações Ltda., apurado com base no critério do fluxo de caixa descontado, conforme laudo de avaliação elaborado por avaliador independente. O preço de aquisição, no valor de R\$ 296.307, o qual foi atualizado pela SELIC desde 31 de dezembro de 2009 até a data do efetivo pagamento em 24 de junho de 2010, resultando no valor de R\$ 308.367. Em consequência, a Companhia registrou, no semestre findo em 30 de junho de 2010, um ganho de R\$ 265.369 na rubrica outras receitas operacionais.

O impacto no lucro líquido da Eletropaulo no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 175.143.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de Origem	Saldo Em 1º de janeiro de 2009	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 2009	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 2010
CIRCULANTE									
Consumidores - nota nº 5	165.756	187.027	-	(147.700)	205.083	387.478	(149.794)	(209.282)	233.485
Serviços Prestados	10.184	6.147	(1.949)	(107)	14.275	(2.460)	(5.142)	(2.768)	3.905
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 8	16.871	25.623	(28.186)	(2.780)	11.528	(16)	(838)	(524)	10.150
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 8	13.447	2.371	-	-	15.818	4.050	(1.268)	-	18.600
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 8	-	75.454	-	-	75.454	75.454	(75.454)	-	75.454
INSS - Auxílio Doença - nota nº 6	1.951	12	-	-	1.963	-	-	-	1.963
Outros Créditos - nota nº 9	-	246	-	-	246	-	-	-	246
Total	208.209	296.880	(30.135)	(150.587)	324.367	464.506	(232.496)	(212.574)	343.803
NÃO CIRCULANTE									
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 8	-	484	-	-	484	(386)	-	-	98
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 8	-	150.907	-	-	150.907	(75.454)	-	-	75.453
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 8	69.726	-	(8.232)	-	61.494	18.791	(11.913)	(179)	68.193
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 8	2.259	-	(1.376)	-	883	(238)	-	-	645
Total	71.985	151.391	(9.608)	-	213.768	(57.287)	(11.913)	(179)	144.389
Total Geral	280.194	448.271	(39.743)	(150.587)	538.135	407.219	(244.409)	(212.753)	488.192

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os critérios definidos pelo poder concedente - ANEEL. (nota nº 2.4.3)

11. Contratos de Concessão Público - Privado

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>Ativo financeiro</u>			
Ativo financeiro de concessão	872.081	680.880	615.690
<u>Intangível</u>			
Ativo intangível de concessão - nota nº 13	5.853.003	5.837.092	5.940.459
Total contratos de concessão público - privado	6.725.084	6.517.972	6.556.149

O ICPC 01 (IFRIC 12) (Contratos de concessão) estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão (Nota 2.6). De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infra-estrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Características do Contrato de Concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão, determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL manifestar-se-á até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ativos dados como garantia

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12. Imobilizado

No grupo do ativo imobilizado, são apresentados os bens da Companhia que não estão no escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), sendo eles:

Descrição	Taxas médias anuais de depreciações	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<u>Em Serviço</u>				
<u>Custo histórico</u>				
Terrenos		-	4.758	4.758
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	-	763	763
Máquinas e Equipamentos	4%	-	86.219	78.893
Móveis e Utensílios	15%	-	84	46
Total custo histórico		-	91.824	84.460
<u>Depreciação e amortização</u>				
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		-	(485)	(466)
Máquinas e Equipamentos		-	(45.757)	(39.928)
Móveis e Utensílios		-	(8)	(2)
Total depreciação e amortização		-	(46.250)	(40.396)
Total em Serviço		-	45.574	44.064
Arrendamento Financeiro		15.204	16.572	81.424
Total do imobilizado		15.204	62.146	125.488

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado em serviço e a depreciação e a amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, segue:

	Terrenos	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro	Total
<u>Custo histórico</u>						
Saldo em 1º de janeiro de 2009	4.758	763	78.893	46	84.228	168.688
Adição	-	-	7.326	38	16.235	23.599
Baixas (*)	-	-	-	-	(78.878)	(78.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.758	763	86.219	84	21.585	113.409
Adição	-	-	-	-	4.159	4.159
Baixas (**)	(4.758)	(763)	(86.219)	(84)	(752)	(92.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	24.992	24.992

	Terrenos	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro	Total
<u>Depreciação e amortização</u>						
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(466)	(39.928)	(2)	(2.804)	(43.200)
Adições/Baixas	-	(19)	(5.829)	(6)	(2.209)	(8.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(485)	(45.757)	(8)	(5.013)	(51.263)
Adições	-	(17)	(2.656)	(13)	(5.505)	(8.191)
Baixas (**)	-	502	48.413	21	730	49.666
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	(9.788)	(9.788)

(*) Em 2009, a baixa no grupo de máquinas e equipamentos está relacionada principalmente à baixa do leasing referente aos contratos de conexão e transmissão (nota nº 16 – a10).

(**) As baixas de imobilizado correspondem a transferência de ativos conforme acordos entre SPTrans e Companhia e EMTU e Companhia, ambos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 2 de setembro de 2010.

As vidas úteis utilizadas pela Companhia seguem as determinações da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009.

As informações referentes aos contratos de arrendamentos financeiros estão descritas na nota nº 16.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

Descrição	2010	2009	Em 1º de janeiro de
<u>Ativo intangível de concessão</u>			
Ativo intangível	6.475.302	6.275.838	5.940.459
Amortização Acumulada	(622.299)	(438.746)	-
Total do ativo intangível de concessão - nota nº 11	<u>5.853.003</u>	<u>5.837.092</u>	<u>5.940.459</u>

O saldo do intangível refere-se substancialmente aos ativos intangíveis de concessão, que são reconhecidos na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos. Este ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A movimentação do ativo intangível de concessão é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldo em 1º de janeiro de 2009	254.230	(39.012)	6.240.771	(515.530)	5.940.459	-	5.940.459
Adições	531.170	(48.691)	476.922	(52.898)	906.503	(515.097)	391.406
Baixas	-	-	(94.262)	-	(94.262)	49.308	(44.954)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	27.043	27.043
Transferência	(529.760)	52.898	-	-	(476.862)	-	(476.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	255.640	(34.805)	6.623.431	(568.428)	6.275.838	(438.746)	5.837.092
Adições	708.708	(39.961)	524.364	(57.257)	1.135.854	(521.433)	614.421
Baixas	-	-	(362.680)	-	(362.680)	307.932	(54.748)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	29.948	29.948
Transferência	(630.966)	57.257	-	-	(573.709)	-	(573.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>333.382</u>	<u>(17.509)</u>	<u>6.785.114</u>	<u>(625.685)</u>	<u>6.475.302</u>	<u>(622.299)</u>	<u>5.853.003</u>

Notas Explicativas ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é como segue:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>Suprimento e Transmissão:</u>			
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	148.202	159.423	198.574
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota nº 24	181.185	186.511	188.458
Contratos bilaterais - AES Uruguiana	-	-	2.905
Contratos bilaterais - outros	548	1.105	877
Energia no curto prazo - CCEE	20.492	4.305	4.768
Energia livre - Outros	55.958	28.345	19.036
Uso de rede básica	89.789	97.841	87.305
Encargos do serviço do sistema - CCEE	46.000	9.961	28.718
Conexão à rede básica	7.614	7.565	7.855
Transmissão	8.987	8.578	8.303
Uso do sistema de distribuição	2.236	2.028	2.287
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.446	2.793	2.578
Leilão - CCEAR	236.019	181.604	149.531
Subtotal	799.476	690.059	701.195
Materiais e Serviços	179.365	139.588	107.759
Total	978.841	829.647	808.954
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Outros	400	-	-
Total	400	-	-

15. Outros Tributos a Pagar

A composição dos saldos de outros tributos a pagar é como segue:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	332.004	337.912	277.296
ICMS sobre perdas comerciais (i)	41.967	-	-
Cofins	50.890	51.437	44.627
Pis	11.049	11.167	9.689
PIS - Parcelamento	286	23.112	76.526
Outros	26.860	22.631	21.264
Total	463.056	446.259	429.402
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
PIS - Parcelamento	-	-	37.848
Outros	-	47	572
Total	-	47	38.420

- (i) ICMS sobre perdas comerciais: O Decreto Estadual nº 55.421, de 10 de fevereiro de 2010, introduziu a obrigação das distribuidoras de energia de apurarem o ICMS sobre o montante das perdas comerciais mensalmente verificadas. Entende-se como perdas comerciais, a diferença entre o montante de energia elétrica regularmente faturada e o montante da energia elétrica contratada pela distribuidora, descontando o montante de energia elétrica relacionado às perdas técnicas.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SIESP, ajuizou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos feitos do Decreto nº 55.421/2010, que determina a incidência do ICMS sobre a energia elétrica objeto de furto.

Em maio de 2010, foi deferida a liminar pleiteada para suspender o pagamento do ICMS exigido sobre as perdas comerciais, cujo primeiro vencimento ocorreria no dia 31 de maio de 2010. Aguarda-se decisão de 1ª instância.

Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o montante de R\$ 41.967 (atualizados até 31 de dezembro de 2010). A Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 41.967, referente ao ICMS sobre perdas comerciais.

16. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

- a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
ENCARGOS DE DÍVIDAS			
Moeda estrangeira	1	2	3
Moeda nacional	64.663	93.196	100.494
Total	64.664	93.198	100.497
PRINCIPAL - CIRCULANTE			
Moeda estrangeira	25	26	27.477
Moeda nacional	252.643	524.364	16.870
Total	252.668	524.390	44.347
PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE			
Moeda estrangeira	49	77	139
Moeda nacional	2.425.957	1.878.452	1.870.108
Total	2.426.006	1.878.529	1.870.247
Total geral	2.743.338	2.496.117	2.015.091

Moeda Estrangeira		2010				
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	1	25	49

Moeda Estrangeira		2009				
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	2	26	77

Moeda Estrangeira		Em 1º de janeiro de 2009				
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	-	27.442	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	3	35	139
				3	27.477	139

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2010							
Moeda Nacional	Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Custo de transação a amortizar	
Instituições Financeiras / Credores			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures							
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	11.044	-	250.000	(727)	(5.639)
Debêntures - 10ª Emissão - a.5	2013	CDI+2,07	19.974	200.040	399.960	(3.225)	(3.319)
Debêntures - 11ª Emissão - a.6	2018	CDI+1,86	4.084	-	200.000	(99)	(898)
Debêntures - 12ª Emissão - a.8	2014	CDI+1,50	11.516	-	400.000	-	(2.649)
Debêntures - 13ª Emissão - a.9	2020	CDI+1,90	6.310	-	400.000	-	(7.120)
Subtotal			52.928	200.040	1.649.960	(4.051)	(19.625)
Empréstimos e Financiamentos							
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	754	2.639	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.4	2015	CDI+2,51	3.956	50.000	200.000	(1.173)	(2.386)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.7	2019	CDI+2,00	7.504	-	600.000	-	(12.962)
Outros			275	-	-	-	-
Subtotal			11.735	50.754	802.639	(1.173)	(15.348)
Leasing							
Arrendamento mercantil - a.10	10,9		-	7.073	8.331	-	-
Subtotal			-	7.073	8.331	-	-
Total			64.663	257.867	2.460.930	(5.224)	(34.973)

2009							
Moeda Nacional	Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Custo de transação a amortizar	
Instituições Financeiras / Credores			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures							
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	9.299	-	250.000	(634)	(6.366)
Debêntures - 10ª Emissão - a.5	2013	CDI+2,07	16.589	-	600.000	(3.142)	(6.544)
Debêntures - 11ª Emissão - a.6	2018	CDI+1,86	3.363	-	200.000	(87)	(996)
Subtotal			29.251	-	1.050.000	(3.863)	(13.906)
Empréstimos e Financiamentos							
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	37	514	-	-
Euro Real Bonds	2010	19,5	50.369	474.060	-	(1.030)	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.4	2015	CDI+2,51	3.967	50.000	250.000	(1.344)	(3.560)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.7	2019	CDI+2,00	9.334	-	600.000	-	(14.440)
Outros			275	-	-	-	-
Subtotal			63.945	524.097	850.514	(2.374)	(18.000)
Leasing							
Arrendamento mercantil - a.10	10,9		-	6.504	9.844	-	-
Subtotal			-	6.504	9.844	-	-
Total			93.196	530.601	1.910.358	(6.237)	(31.906)

Em 1º de janeiro de 2009							
Moeda Nacional	Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Custo de transação a amortizar	
Instituições Financeiras / Credores			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures							
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	13.853	-	250.000	(553)	(7.000)
Debêntures - 10ª Emissão - a.5	2013	CDI+2,07	25.387	-	600.000	(2.777)	(9.686)
Debêntures - 11ª Emissão - a.6	2018	CDI+1,86	4.827	-	200.000	(77)	(1.084)
Subtotal			44.067	-	1.050.000	(3.407)	(17.770)
Empréstimos e Financiamentos							
RELUZ - Eletrobrás - a.1	2009	5	-	8.917	-	-	-
Euro Real Bonds - a.3	2010	19,5	50.369	-	474.060	(1.324)	(1.030)
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.4	2015	CDI+2,51	5.783	-	300.000	(1.352)	(4.903)
Outros			275	-	-	-	-
Subtotal			56.427	8.917	774.060	(2.676)	(5.933)
Leasing							
Arrendamento mercantil - a.10	10,9		-	14.036	69.751	-	-
Total			100.494	22.953	1.893.811	(6.083)	(23.703)

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os recursos obtidos por meio da emissão da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

Os recursos obtidos com a 10ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 8ª Emissão Debêntures.

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures, foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição pela Companhia, no curso regular de seus negócios.

Notas Explicativas ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação às CCB's com o Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela Companhia para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão da Companhia ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

Os recursos captados com a emissão da 12ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010.

Os recursos captados com a emissão da 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o Ebitda ajustado(*) e (ii) Ebitda sobre despesa financeira caixa. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

(*) O EBITDA Ajustado é o EBITDA acrescido de (i) todo caixa recebido atribuível ao reajuste tarifário extraordinário; (ii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificados na conta de “custo de operação” relacionados aos contratos de Confissão de Dívida e Reserva Matemática, que são contratos com a Fundação CESP, (iii) todo caixa recebido atribuível ao reajuste tarifário extraordinário de acordo com a Medida Provisória 14 de 21 de dezembro de 2001 (Lei número 10.438, datado de 26 de abril de 2002) e (iv) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de custo de operação.

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ – Eletrobrás, possuem como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros, passaram a ser apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a.1) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás.
- a.2) Debêntures (não conversíveis) - 9ª Emissão - emissão de R\$ 250.000 em debêntures no mercado local com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 13 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalente a 30% cada uma e em 2017 equivalentes a 10% do montante total emitido.
- a.3) Euro Real Bonds - emissão de R\$ 474.060 em títulos no mercado externo denominados em reais com pagamento único de principal no vencimento e taxa de juros de 19,125% ao ano, sendo os juros pagos semestralmente.
- a.4) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., no montante principal de R\$ 300.000. Empréstimo com remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo pagas parcelas anuais, iguais e sucessivas a partir de 2010.
- a.5) Debêntures (não conversíveis) - 10ª Emissão - emissão de R\$ 600.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 6 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 0,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do quarto ano.
- a.6) Debêntures (não conversíveis) - 11ª Emissão - emissão de R\$ 200.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 11 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano e pagamento de principal no 9º e 11º anos.
- a.7) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., no montante principal de R\$ 600.000 com remuneração semestral de CDI + 1,50% ao ano, com prazo final de 120 meses, sendo que serão pagas parcelas anuais, sendo 5% (R\$ 30.000) no 3º e 4º anos, 10% (R\$ 60.000) no 5º e 6º anos, 20% (R\$ 120.000) no 7º, 8º e 9º anos e 10% (R\$ 60.000) no 10 ano a partir do 36º mês, inclusive.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a.8) Debêntures (não conversíveis) - 12ª Emissão - Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, aprovou-se a realização da Décima Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada com as seguintes condições:

- Quantidade de debêntures: 400.000 (quatrocentas mil) debêntures;
- Valor Unitário: R\$ 1 (mil reais) cada;
- Valor Total da emissão: R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais);
- Prazo de Vencimento: 4 (quatro) anos, a partir da data de emissão.

Estas debêntures têm as seguintes características:

- a) preço e forma de integralização em moeda nacional, pelo valor nominal unitário, acrescido de remuneração, que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário a partir da data de emissão;
 - b) a taxa de juros aplicável será equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, com base em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano;
 - c) a taxa de juros aplicável será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento;
 - d) O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 12ª Emissão.
- a.9) Debêntures - 13ª Emissão - Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, aprovou-se a realização da Décima Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada com as seguintes condições:

- Quantidade de debêntures: 400 (quatrocentas) debêntures;
- Valor Unitário: R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada;
- Valor Total da emissão: R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais);
- Prazo de Vencimento: 10 (dez) anos, a partir da data de emissão.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Estas debêntures têm as seguintes características:

- a) preço e forma de integralização em moeda nacional, pelo valor nominal unitário, acrescido de remuneração, que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário a partir da data de emissão;
 - b) a taxa de juros aplicável será equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, com base em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano;
 - c) a taxa de juros aplicável será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento;
 - d) O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 13ª Emissão.
- a10) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2010, registrados pela Companhia era de R\$ 15.404 (R\$ 16.348 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 83.787 em 1º de janeiro de 2009) no passivo, e R\$ 15.204 (R\$ 16.572 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 81.424 em 1º de janeiro de 2009) no ativo. Este arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$ 7.073 até um ano e R\$ 8.331 até cinco anos, não havendo pagamento acima de 5 anos. Os pagamentos de arrendamento mercantil foram de R\$ 13.460 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Em meados de 2009, a Companhia contratou especialista para analisar a classificação de contratos de conexão e transmissão como arrendamento mercantil financeiro. A conclusão do estudo elaborado foi de que os contratos de conexão e transmissão não se caracterizavam como arrendamento mercantil financeiro por não transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios. Dessa forma, em junho de 2009, a Companhia efetuou a reversão do registro de arrendamento mercantil financeiro passando a tratar esses contratos como arrendamentos operacionais.

A garantia do arrendamento mercantil é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 15.204 em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 16.572 em 31 de dezembro de 2009.

- b) Os valores relativos ao principal de empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

b1) Moeda estrangeira

	2010			2009			Em 1º de janeiro de 2009		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	44	74	100,00	59	103	100,00	74	173	0,63
Taxa Variável (*)	-	-	-	-	-	-	11.743	27.443	99,37
Total	44	74	100,00	59	103	100,00	11.817	27.616	100,00

(*) Indexada a Libor

b2) Moeda nacional

	2010		2009		Em 1º de janeiro de 2009	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
CDI	2.659.803	99,30	1.912.887	79,61	1.322.568	73,18
Taxa fixa	18.797	0,70	489.929	20,39	564.410	26,82
Total	2.678.600	100,00	2.402.816	100,00	1.886.978	100,00

- c) Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	Custo de transação a amortizar
	US\$ mil	R\$	R\$	R\$
2012	15	25	289.064	(10.758)
2013	15	24	300.733	(6.558)
2014	-	-	530.755	(4.897)
2015	-	-	225.377	(4.178)
2016	-	-	335.000	(3.544)
2017	-	-	225.000	(2.630)
2018	-	-	374.999	(1.745)
após 2018	-	-	180.002	(663)
	30	49	2.460.930	(34.973)

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de transação são considerados no cálculo da taxa efetiva de juros e são apropriados ao resultado de cada exercício de acordo com a mesma.

- d) A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
	R\$	R\$	R\$	%	%	%
US\$ (Ptax)	1,6662	1,7412	2,3370	(4,30)	(25,49)	31,94
TR (*)	-	-	-	0,69	0,71	1,63
IGP-M (*)	-	-	-	11,32	(1,71)	9,81
Selic (**)	-	-	-	10,66	8,65	13,67
CDI (**)	-	-	-	10,64	8,55	13,62

(*) Ao ano.

(**) Índice do último dia do ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

	2009	Ingressos e Transferências	Provisão	Amortização	Variação Cambial	Pagamento	2010
CIRCULANTE							
Principal	524.390	254.701	-	1.013	(2.974)	(524.462)	252.668
Encargos de Dívida	93.198	-	329.908	-	-	(358.442)	64.664
NÃO CIRCULANTE							
Principal	1.878.529	539.880	-	7.599	(2)	-	2.426.006
	2.496.117	794.581	329.908	8.612	(2.976)	(882.904)	2.743.338

17. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação Cesp é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009, que revogou a Deliberação CVM nº 371/2000.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério de corredor). O ganho ou perda atuarial líquido acima do maior valor entre 10% da obrigação do benefício e 10% do valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, enquanto que o custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% de sua remuneração. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado na data de suas privatizações, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

17.1 A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e Passivos atuariais:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Valor presente das obrigações atuariais	9.085.610	8.094.509	7.360.857
Valor justo dos ativos do plano	(7.094.037)	(6.296.102)	(5.757.904)
Ganho (Perda) atuarial	(618.792)	(354.374)	-
Total registrado	1.372.781	1.444.033	1.602.953

17.2 A movimentação do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é demonstrada a seguir:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	8.094.509	7.360.857	6.968.689
Custo dos serviços correntes	16.020	12.658	12.365
Custo dos juros	831.062	848.390	769.204
Benefícios pagos	(675.122)	(651.797)	(623.733)
Efeito de transferências de passivo	-	-	(4.039)
Perda atuarial	819.141	524.401	238.371
Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	9.085.610	8.094.509	7.360.857

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17.3 A movimentação do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são demonstradas a seguir:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Valor dos ativos do plano no início do ano	6.296.102	5.757.904	5.624.097
Contribuição do empregador	237.391	339.536	227.683
Contribuições dos empregados	5.378	34.524	32.835
Impacto decorrente de fusões de planos	(4.089)	-	-
Ganho (Perda) atuariais nos do plano	556.497	170.028	-
Efeito de transferências de ativo	-	-	(2.827)
Rendimento efetivo dos ativos do plano	683.257	680.432	528.828
Benefícios pagos	(680.499)	(686.322)	(652.712)
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	7.094.037	6.296.102	5.757.904

17.4 As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

	2010	2009
Custo dos serviços correntes	16.020	12.658
Custo dos juros	831.062	848.390
Rendimento esperado dos ativos do plano	(683.257)	(680.432)
Impacto decorrente de Passivo/Ativo Atuarial da Eletropaulo Telecom	4.089	-
Outros	-	(4)
Total da despesa nos exercícios	167.914	180.612

17.5 As despesas (receitas) projetadas para o exercício de 2011 são os seguintes:

	2011
Custo dos serviços correntes	14.663
Custo dos juros	873.037
Rendimento esperado dos ativos do plano	(774.707)
Total da despesa projetada para o exercício	112.993

17.6 A composição dos investimentos do plano por segmento, com base nas políticas é a seguinte:

	Distribuição dos investimentos			Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar
	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009	
Renda Fixa	74,16%	74,78%	76,24%	até 100%
Renda Variável	21,82%	21,18%	19,75%	até 50%
Empréstimos a Participantes	1,80%	1,85%	1,98%	até 15%
Imóveis	2,23%	2,19%	2,03%	até 11%
Total	100%	100%	100%	

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17.7 As premissas atuariais utilizadas pela Companhia para o exercício de 2010 são as seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009	Em 1º de janeiro de 2009
Premissas econômicas:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,98% a.a.	10,76% a.a.	12,06% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,26% a.a.	11,30% a.a.	12,20% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,08% a.a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço + 1)	0,30 / (tempo de serviço + 1)	0,30 / (tempo de serviço + 1)

17.8 A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (“SPC”), na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos:			
Confissão de dívida IIa (i)	391.186	364.922	418.052
Confissão de dívida IIb (ii)	194.448	189.417	216.951
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.957.273	1.899.505	2.386.001
Total do Contrato	2.542.907	2.453.844	3.021.004
Parcela não registrada (*)	(1.170.126)	(1.009.811)	(1.418.051)
Total Registrado	1.372.781	1.444.033	1.602.953

A movimentação contábil do passivo registrado (circulante e não circulante) é como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	1.444.033	1.602.953
Despesa do período	167.914	180.612
Pagamentos de contribuições	(239.166)	(339.532)
Saldo final	1.372.781	1.444.033

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 1.170.126 (R\$ 1.009.811 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.418.051 em 1º de janeiro de 2009) é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 600/2009 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação Cesp, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.
- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% ao ano, dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

18. Obrigações Estimadas

A composição do saldo de obrigações estimadas é como segue:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
CIRCULANTE			
Provisão - Férias	28.784	25.051	22.258
Provisão - Programa de incentivo a aposentadoria	5.903	-	-
Provisão - Programa de desligamento voluntário	-	91	563
Provisão - Participação nos lucros e resultados	35.045	39.064	39.847
Provisão - Encargos sociais sobre férias e gratificações	11.060	9.301	8.577
Provisão - Bônus	2.067	2.952	5.848
Total	82.859	76.459	77.093

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para Litígios e Contingências

A composição do saldo das provisões para litígios e contingências, e depósitos judiciais é como segue:

	Passivo			Ativo		
	Contingências			Cauções e depósitos vinculados		
	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Trabalhista (a)	367.190	421.966	418.490	293.408	294.392	390.453
Cofins	-	-	813.943	-	-	-
Cofins - Noventena (b)	-	19.595	18.461	-	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	23.789	24.385	39.987	22.858	22.167	30.921
Processos cíveis (d)	41.097	53.342	69.215	-	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	725	1.580	1.580	-	-	-
Processos fiscais (f)	76.697	85.064	46.736	158.303	124.286	118.071
Meio Ambiente	9.355	12.913	23.239	-	-	-
Outros	20.984	21.179	21.162	10	15	104
Total geral	539.837	640.024	1.452.813	474.579	440.860	539.549
Circulante	211.832	269.702	229.778	-	-	-
Não Circulante	328.005	370.322	1.223.035	474.579	440.860	539.549
Total geral	539.837	640.024	1.452.813	474.579	440.860	539.549

- a) Trabalhista: A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.500 processos pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 24.750, adicionados aos depósitos judiciais que montam em R\$ 268.658, nos quais são consignados para garantia do pleito.
- b) Cofins Noventena: A Companhia questionou judicialmente os valores relativos a noventena. O saldo foi formado por valores dos meses de maio a julho de 2004. Os assessores legais da Companhia, concluíram que além do prognóstico de perda da ação ser remoto, não há obrigação legal instituída pela Lei 10.865/2004 que impedisse a dedutibilidade de despesas financeiras da base de cálculo da COFINS durante os três primeiros meses posteriores de sua publicação, tendo em vista o princípio constitucional da anterioridade nonagesimal. Por essa razão, a provisão constituída para essa ação foi revertida no 3º trimestre de 2010.
- c) Plano Cruzado - Reajuste de tarifa: Refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguíram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 23.789.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Processos Cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que se encontram passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 41.097.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no pólo passivo envolve ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 34.415.

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 6.682.

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

(d.1) SEECLA - Serviços de Engenharia Emílio Baumgart

Em 16 de outubro de 2002, a SEECLA ajuizou ação de cobrança por meio da qual alegou ter elaborado 432 (quatrocentos e trinta e dois) desenhos além dos que haviam sido inicialmente previstos em contrato celebrado em 12 de novembro de 1992 para prestação de serviço de engenharia consultiva de projetos de edificações (antigo projeto executivo da sede da Companhia). De acordo com a SEECLA, referidos trabalhos adicionais deveriam ser remunerados de acordo com o número de horas gastas para sua elaboração, conforme tabela de honorários por atividade realizada que constava do contrato. A Ação foi julgada procedente, tendo a Companhia sido condenada ao pagamento dos aludidos desenhos, cujo recebimento restou comprovado nos autos. Com o trânsito em julgado dessa decisão, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença, tendo a SEECLA apresentado memória de cálculo no valor de R\$ 22.000 como representativo dos trabalhos adicionais realizados. Contudo, em vista do alto risco de pagamento no caso de eventual êxito da SEECLA, foi realizado um acordo para pagamento de um valor de R\$ 8.000 em dezembro de 2010. Conforme os termos do acordo, a Companhia realizou o pagamento e o processo foi encerrado.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d.2) Represa Guarapiranga

Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. As Rés terão 90 dias, a contar da notificação da fase de execução, para adimplir a referida obrigação de fazer, sob pena de multa diária de R\$ 1, sem prejuízo da possibilidade do MP providenciar o cumprimento da obrigação às expensas das Rés. As Rés também foram condenadas ao pagamento da quantia de R\$ 10.217 (atualizados até 31 de dezembro de 2010) pelos danos ambientais irreversíveis, sendo que alternativamente ao pagamento da condenação, as Rés poderão optar por uma das alternativas trazidas pelo perito no laudo técnico. Essas alternativas consistem (i) na implantação imediata de um projeto ambiental devidamente aprovado junto ao órgão ambiental competente, avaliado na ordem de R\$ 306 (atualizado equivale a aproximadamente R\$ 923), ou (ii) na cessão ao Estado de uma área verde desocupada, localizada em zona de mananciais e também avaliada em R\$ 306 (desde que devidamente aprovada pelo órgão ambiental competente). A sentença condenatória foi integralmente mantida em 2ª instância, tendo a Companhia interposto recursos especial e extraordinário em face de tal acórdão, os quais tiveram seguimento negado. Em junho de 2007, a Companhia apresentou agravos em face dos dois despachos denegatórios. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia, aguardava o julgamento do agravo interposto contra o despacho que denegou seguimento ao recurso extraordinário da Companhia. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda desta ação são prováveis, o que justifica a constituição de provisão do valor relativo à condenação alternativa e à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. Em 31 de dezembro de 2010 a melhor estimativa de perda, conforme provisão do contencioso, é de aproximadamente R\$ 923.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- e) Processos Administrativos - Prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- f) Processos Fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

A movimentação das contingências classificadas como prováveis foi como segue:

Passivo					
	31.12.2009	Ingressos	Atualizações	Baixas/ Pagamentos	31.12.2010
Trabalhista	421.966	110.735	24.769	(190.280) (*)	367.190
Cofins - Noventena	19.595	-	768	(20.363)	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	24.385	3.444	2.667	(6.707)	23.789
Processos civeis	53.342	17.415	8.611	(38.271)	41.097
Processos administrativos - prefeituras	1.580	-	-	(855)	725
Processos fiscais	85.064	4.003	5.945	(18.315)	76.697
Meio Ambiente	12.913	-	-	(3.558)	9.355
Outros	21.179	-	546	(741)	20.984
Total geral	640.024	135.597	43.306	(279.090)	539.837
Circulante	269.702				211.832
Não Circulante	370.322				328.005
Total geral	640.024				539.837

Passivo					
	01.01.2009	Ingressos	Atualizações	Baixas/ Pagamentos	31.12.2009
Trabalhista	418.490	134.805	24.867	(156.196)	421.966
Cofins	813.943	-	32.997	(846.940) (**)	-
Cofins - Noventena	18.461	-	1.134	-	19.595
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	39.987	10.051	2.439	(28.092)	24.385
Processos civeis	69.215	32.818	7.456	(56.147)	53.342
Processos administrativos - prefeituras	1.580	-	-	-	1.580
Processos fiscais	46.736	36.285	9.037	(6.994)	85.064
Meio Ambiente	23.239	173	-	(10.499)	12.913
Outros	21.162	3.223	400	(3.606)	21.179
Total geral	1.452.813	217.355	78.330	(1.108.474)	640.024
Circulante	229.778				269.702
Não Circulante	1.223.035				370.322
Total geral	1.452.813				640.024

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) A Companhia é patrocinadora do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Eletropaulo (“Plano”), administrado pela FUNDAÇÃO CESP (“Fundação”), entidade fechada de previdência complementar ofertado aos empregados da Companhia. Em 2010, a Companhia e a Fundação firmaram um termo pelo qual a Fundação reconheceu o dever legal e exclusivo de realizar o pagamento de benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão, oriundos de ações judiciais. Segundo o termo, tais pagamentos devem observar as atribuições previstas no regulamento do Plano e nos demais instrumentos jurídicos que norteiam o pagamento dos benefícios aos participantes e seus dependentes. Em função da assinatura do termo, a Companhia efetuou a reversão de R\$ 86.900 em provisões referentes a processos judiciais trabalhistas.
- (**) A Administração da Companhia, aprovou em 12 de novembro de 2009, a adesão ao Programa de Parcelamento Fiscal (“REFIS”) de tributos federais, referentes:
- (i) ao processo judicial que discutia a decadência dos débitos de COFINS, decorrente de aumento de alíquota (de 2% para 3%) instituídos pela Lei 9.718/1998 no valor de R\$ 842 milhões em 30 de setembro de 2009;
 - (ii) ao processo judicial que discutia a incidência de CPMF sobre as operações simbólicas de câmbio no valor de R\$ 3 milhões em 30 de setembro de 2009; e
 - (iii) ao reparcelamento dos débitos de PIS Faturamento no valor de R\$ 65 milhões em 30 de setembro de 2009.

Com a adesão ao REFIS, a Companhia efetuou a reversão das contingências relacionadas a esses processos judiciais, principalmente relacionadas a COFINS. Para outros detalhes, vide nota nº 31- a.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37), aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais cujas probabilidades de perda estão classificadas como possível, e portanto, descritas somente para fins de divulgação. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2010.

Notas	Valor estimado da Contingência
	2010
19.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.091.368
19.2 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
19.3 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
19.4 Revisão Tarifária - Benefício Fiscal	Não determinado
19.5 Autuações PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	38.528
19.6 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAB e ANDEC	Não determinado
19.7 Ação Popular - Maruzan Conrado	16.101
19.8 Ecovias - Remanejamento de Postes	Não determinado
19.9 Ecovias - Uso do solo	Não determinado
19.10 AIT	51.000
19.11 Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado
19.12 Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
19.13 Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	Não determinado
19.14 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado
19.15 Recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	81.451
19.16 PASEP - Suspensão de Exigibilidade	31.463
19.17 NFLDs - Execuções Fiscais	46.221
19.18 CSLL - Base Negativa	100.554
19.19 CSLL - Base Negativa - Auto de Infração	87.800
19.20 Execuções Fiscais Municipais - Diversas	21.820
19.21 PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	39.100
19.22 PIS - Estatuto da Decadência	225.610

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais R\$ 1.091.368 (atualizados até 31 de dezembro de 2010), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás, em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ.

Sem adentrar no mérito dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006 “Embargos de Declaração”, em abril de 2007 “Embargos de Divergência”, e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009 a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (Companhia e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação da Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Estima-se que a Liquidação de Sentença por Artigos seja reiniciada pela Eletrobrás durante o primeiro trimestre de 2011, na medida em que, até 31 de dezembro de 2010, as partes ainda não tinham apresentados suas considerações iniciais. Estima-se ainda, que os mencionados trabalhos periciais terão se estendam durante o anos de 2011 e que o rpoedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 (seis) meses a serem contados do início dos trabalhos periciais, ocasião em que caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Os assessores legais da Companhia afirmam que as decisões citadas acima em nada mudam o mérito, mantendo a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, não é requerida qualquer provisão até 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Como mencionado, de acordo com os advogados externos da Companhia, o prognóstico de perda dessa ação é possível. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 1.091.368 (atualizado até 31 de dezembro de 2010).

19.2) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 01 de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e, em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

19.3) Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em 16 de novembro de 2004 contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhe foi desfavorável, o Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso, eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.4) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

Em 25 de agosto de 2005 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da Companhia. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

19.5) Autuações PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 28 de janeiro de 2004 e em 30 de maio de 2005) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Contra tais autuações, a Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor monta R\$ 38.528 (atualizado até 31 de dezembro de 2010). Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.6) Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período. Em 31 de dezembro de 2010, o processo aguardava julgamento em primeira instância. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação. O valor deste processo não é possível de ser determinado em função de depender de ações individuais dos consumidores.

19.7) Ação Popular - Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. De acordo com o autor os Termos de Confissão de Dívida pactuados pela Municipalidade não estariam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois, culminariam na assunção de despesas que não poderiam ser cumpridas integralmente dentro do respectivo mandato do Sr. Fernando Fernandes de Oliveira. O processo encontra-se em fase de instrução. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 16.101 (atualizado até 31 de dezembro de 2010).

19.8) Ecovias - Remanejamento de Postes

Em 04 de junho de 2002, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.9) Ecovias - Uso do Solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

19.10) AIT

Em 25 junho de 2002, a AIT ajuizou ação indenizatória contra a Companhia, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. A autora pleiteia, ainda o ressarcimento: a) dos valores que teria pago nas rescisões trabalhistas de seus funcionários; b) dos juros e encargos de mora relativos aos tributos que não foram pagos nas datas de seus vencimentos; e, c) dos encargos decorrentes de empréstimos contraídos em virtude do inadimplemento do contrato pela Companhia. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. A Companhia discutirá a questão em sede recursal. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 51.000 (atualizado até 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.11) Ação Civil Pública - City Boacava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boacava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente determinando que a Companhia reduza o campo eletromagnético gerado pela linha a 1 (um) micro-tesla a uma altura de um metro e meio do solo, sob pena de multa diária de R\$ 500 e, ainda, ao custeio da medição diária do referido campo. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Caso a Companhia não consiga suspender os efeitos da decisão (o pedido de suspensão foi reiterado em ação cautelar distribuída em novembro de 2010 junto ao Supremo Tribunal Federal), o prazo para aplicação da multa, se iniciará a partir de 26 de setembro de 2011. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

19.12) Ação Civil Pública - ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida ETD produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 31 de dezembro de 2010, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.13 Ação Civil Pública - Suspensão no Fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a Companhia obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Decisão parcialmente procedente em 1ª instância, declarando nula as confissões de dívidas firmadas pela ameaça de corte, determinando ainda que o prazo para a cobrança por motivo de corte não exceda em um ano e que os cortes não mais ocorram, além de condenação por danos morais. Em 31 de dezembro de 2010, o processo aguardava discussão em 2ª instância. Os assessores legais da Companhia classificam como possíveis as chances de perda. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

19.14 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o Código de Defesa do Consumidor CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando que seja procedido o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros no prazo de 255 dias. Contra tal decisão a Companhia apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. Pelo Ministério Público Federal foi requerido o imediato cumprimento da decisão de 1ª instância, sendo que no momento é aguardada manifestação para que o prazo de cumprimento provisório possa ser definido. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. A Companhia ainda está apurando o valor a ser desembolsado, caso haja uma decisão final desfavorável.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.15) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Em 5 de novembro de 1998, foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular. A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, nulidade e afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos. Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 81.451 (atualizado até 31 de dezembro de 2010). Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final. Os assessores legais da Companhia classificam como possíveis as chances de perda. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.16) PASEP - Suspensão de Exigibilidade

Trata-se de Mandado de Segurança apresentado em 09 de novembro de 2006 com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial. A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a Companhia distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária. Os assessores legais da Companhia classificam as chances de perda do processo como possíveis. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 31.463 (atualizado até 31 de dezembro de 2010).

19.17) NFLDs - Execuções Fiscais

Referem-se a execuções fiscais promovidas pelo INSS visando o pagamento de suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias, que totalizam o valor de R\$ 46.221 (atualizado até 31 de dezembro de 2010). A Companhia apresentou embargos à execução para todos os processos, realizando, portanto, o depósito em garantia judicial. Não houve até o presente momento o julgamento das execuções. Os processos se referem aos seguintes aspectos, segregadamente: (i) O processo nº 2004.61.82.030088-9 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuição previdenciária relativa ao período de janeiro de 1998 até dezembro de 2001; (ii) O processo nº 2007.61.82.001769-0 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias relativas à folha de salário; (iii) Por fim, o processo nº 2004.61.82.050718-6 se refere à suposta falta de recolhimento da contribuição previdenciária relativa ao período de abril de 2001 a agosto de 2001, assim como o mês de julho de 2002. Os assessores legais da Companhia classificam como possíveis as chances de perda. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

19.18) CSLL - Base Negativa

A Companhia propôs Ação Declaratória em 07 de novembro de 2005 visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 100.554 (atualizado até 31 de dezembro de 2010), certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional. Os assessores legais da Companhia classificam as chances de perda do processo como possíveis. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em que pese a Ação Declaratória, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração em face da Companhia com vistas à exigência dos eventuais valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestre de 2005 e anos calendários de 2006 e 2007 com o saldo negativo da base de cálculo da CSLL remanescente após a cisão parcial da empresa ocorrida em 1997, o qual se encontra em discussão nos autos da ação ordinária nº 2005.61.00.025272-3. Segundo o entendimento da Receita Federal, a referida Ação Ordinária não suspende a possibilidade da lavratura do auto de infração. Os assessores legais da Companhia classificam as chances de perda como possíveis. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 87.800 (item relatado, separadamente, em tópico a seguir).

19.19) CSLL - Base Negativa Auto de Infração

Em 20 de setembro de 2010, a Companhia recebeu um Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil, cobrando os valores provenientes da eventual utilização indevida de saldo de base negativa da CSLL nos períodos compreendidos entre o terceiro trimestre de 2005 e anos calendários de 2006 e 2007, totalizando o montante de R\$ 87.800. O saldo de base negativa em questão se refere ao montante apropriado pela Companhia após a cisão da empresa em 1997. Antes da referida cisão, a Companhia possuía um saldo de base negativa da CSLL no valor de R\$ 1.518.134, sendo que as empresas cindidas deliberaram sobre a proporção que cada uma iria se apropriar desse montante. De acordo com o Protocolo de Cisão, a Companhia se apropriou de 67,56% do montante (R\$ 1.023.407). As alegações da Receita Federal do Brasil são no sentido de que a Companhia apenas poderia utilizar o saldo negativo de base de cálculo na proporção do montante do patrimônio líquido dividido entre as empresas cindidas, o que representaria 29,23% do total dos créditos (R\$ 443.751). O argumento da Receita Federal se baseia na limitação imposta pelo Decreto-Lei nº 2.341/1987 e Medidas Provisórias 1.858-6/1999 e 2.158-35/2001, que determinam a apropriação dos créditos à proporção do patrimônio líquido. Por outro lado, o principal argumento de defesa da Companhia é no sentido de que, à época da Cisão, essa limitação apenas era aplicável para fins de Imposto de Renda e não para a CSLL. Para evitar eventuais questionamentos do fisco, a Companhia, em 2005, ajuizou uma Ação Declaratória (item 20.24 acima) com o intuito de o Judiciário reconhecer a possibilidade de a Companhia apropriar o valor de base negativa de CSLL de acordo com o deliberado entre as empresas, sem a aplicação dos efeitos das referidas medidas provisórias. Atualmente, o processo possui sentença favorável à Companhia e aguarda julgamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. As chances de êxito da tese defendida neste Auto de Infração pelos assessores legais da Companhia foram classificadas como possíveis. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.20) Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, com chance de perda possível, promovidas por diversas Municípios que buscam o recolhimento de supostos débitos. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 21.820 (atualizado até 31 de dezembro de 2010).

19.21) PIS - Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

A Companhia é parte em um processo que visa assegurar o direito de compensar pagamentos de PIS feitos entre 1988 e 1995, período durante o qual os Decretos-Lei nº 2.445 e nº 2.449 aumentaram a base de cálculo do PIS. O montante total do crédito da Companhia é de R\$ 276.000, dos quais já compensou R\$ 247.000, com base numa decisão inicial favorável proferida em setembro de 2002. Em fevereiro de 2003, o Governo Federal ingressou com recurso, que foi julgado e teve o respectivo acórdão publicado em 1º de fevereiro de 2006, por meio do qual restou reconhecido o direito da Companhia aos aludidos créditos, porém com a observância de prazo prescricional de apenas cinco anos. Como a decisão de Segunda Instância continha vícios, a Companhia opôs embargos de declaração, recebidos no efeito suspensivo. Tal decisão reduz drasticamente o crédito da Companhia. Todavia, considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, no sentido de que o prazo prescricional, em casos como esse é de 10 anos, a Companhia interpôs recurso especial ao STJ, visando a resgatar a integralidade de seu crédito. O recurso foi julgado parcialmente favorável, reconhecendo que a Companhia poderá retroceder 10 anos em busca dos pagamentos indevidos para compensar créditos de PIS com débitos do próprio PIS. Com base em precedente do Supremo Tribunal Federal, os Decretos-Leis mencionados acima foram considerados inconstitucionais e os pagamentos a maior foram devolvidos como créditos aos contribuintes. As chances de perda envolvidas nesse processo são remotas, no que tange ao reconhecimento do crédito, e como possíveis quanto à compensação já ocorrida entre parte de tal crédito e outros tributos. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 39.100 (atualizado até 31 de dezembro de 2010) relativo à eventual aplicação de multa de mora de 20%. A estimativa do valor a desembolsar refere-se unicamente a eventual multa, uma vez que o valor de tributo e juros a pagar e a recuperar seriam equivalentes.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.22) PIS - Estatuto da Decadência

Discussão judicial relativa aos débitos de PIS decorrentes das modificações na base de cálculo deste tributo impostas pela Medida Provisória nº. 1.407/1996. Em abril de 1996, a Companhia propôs ação judicial visando à inaplicabilidade das normas instituídas por esta Medida Provisória, discussão que terminou somente em 2008 com decisão favorável à Fazenda Nacional. Valendo-se desta decisão, a Receita Federal, por meio de Execução Fiscal, exigiu o pagamento dos valores de PIS que deixaram de ser recolhidos em razão da não aplicação da mencionada legislação. Contudo, em oposição às pretensões da Receita Federal, a Companhia apresentou defesa sustentando que os valores pretendidos pela Fazenda Nacional encontram-se atingidos pela decadência, uma vez que durante os anos de 1996 e 2008, os débitos tributários não haviam sido formalmente constituídos, conforme prevê o artigo 142 do Código Tributário Nacional. Até o momento, aguarda-se decisão de 1ª Instância. Os assessores legais da Companhia consideram como possíveis as chances de perda desta discussão, razão pela qual não foi constituída provisão. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 225.610 (atualizado até 31 de dezembro de 2010). A administração, embasada na opinião legal do Escritório de Advocacia que patrocina a defesa da Companhia classifica esta demanda judicial como de probabilidade de perda possível, sendo que tal classificação é baseada no fato de que o Superior Tribunal de Justiça ainda não se posicionou sobre o prazo decadencial a ser aplicado a casos similares.

Cartas de fiança e caução

Em 2010, a Companhia possui cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	32	1.016.213	1,4% a 2,5%
Cível	13	15.588	1,0% a 2,5%
Trabalhista	30	51.353	1,4% a 2,5%
Diversos	28	19.287	1,4% a 2,5%

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	33.252	32.243	27.687
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	49.778	8.074	41.270
Quota para a Reserva Global de Reversão	5.911	7.214	7.811
Outras encargos	396	537	570
Total	89.337	48.068	77.338
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Quota para a Reserva Global de Reversão	26.927	-	-
Total	26.927	-	-

21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e Desenvolvimento	39.275	80.880	82.494
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	2.805	2.975	21.714
Ministério de Minas e Energia	1.402	1.488	10.857
Eficiência Energética	31.935	122.799	121.976
Total	75.417	208.142	237.041
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e Desenvolvimento	26.768	-	-
Eficiência Energética	61.026	-	-
Total	87.794	-	-

As despesas com pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética nos exercícios de 2010 e 2009 estão divulgadas na nota nº 26.

22. Outras Obrigações

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	39.270	43.061	32.999
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	3.013	3.420	4.529
Brasil Ferrovias S.A.	-	-	3.258
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	3.511	3.257	3.257
Programa Baixa Renda	3.528	3.528	3.528
IPTU - Outras Prefeituras	155	155	770
Consumidores - Acordo USP	-	-	279
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	6.869	2.539	44.970
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.783	1.426	1.365
MP 66 Tesouro Nacional	10.964	-	-
Pagamento em Duplicidade	8.886	7.733	6.261
Ajuste de Faturas - Penalidades	3.004	620	604
Ajuste de Faturas - Revisão de Faturamento	5.848	4.593	3.766
Outras	33.114	13.140	20.572
Total	119.945	83.472	126.158
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Obrigações Estimadas	18.228	2.040	2.313
Outras	31.884	21.466	30.584
Total	50.112	23.506	32.897

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio**a) Capital social**

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais da classe A ou B, sem guardar proporções entre as espécies ou classes existentes. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia. O Conselho de Administração deve deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações ou bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital, nos limites do capital autorizado e suas alterações.

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629. O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros em igualdade condições com as ações ordinárias.

b) Composição acionária**Acionistas**

AES Elpa S.A.
BNDESPar
União Federal
Outros
Total das ações

2010			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
51.825.798	78,00	-	-
1	-	734.576	1,00
13.342.384	20,00	-	-
1.436.634	2,00	100.004.494	99,00
66.604.817	100,00	100.739.070	100,00

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

d) Reserva de capital

É composta por outorga de ações e/ou opção de compra de ações preferenciais da AES Corp aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia e suas controladas (nota nº 42).

e) Outros resultados abrangentes – ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial era composto pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e pela atualização dos bens do ativo financeiro de concessão. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é no montante de R\$ 1.563.077 (R\$ 1.668.248 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.759.576 em 1º de janeiro de 2009). E em 31 de dezembro de 2010, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado à atualização dos bens do ativo financeiro de concessão é no montante de R\$ 45.879 (R\$ (7.021) em 31 de dezembro de 2009).

Registro de mais-valia dos ativos: Após o processo de privatização da Companhia, os novos acionistas controladores determinaram o levantamento de um balanço especial com data-base em 1º. de abril de 1998, quando os ativos e passivos da Companhia foram avaliados pelo denominado “método de aquisição”. Na época, em razão de o “método de aquisição” não estar contemplado na literatura contábil brasileira, não foram efetuadas reavaliações periódicas subsequentes à data de aquisição. A Administração formalizou consulta à CVM buscando ter confirmado seu procedimento e entendimento da não necessidade de reavaliação periódica de seus ativos.

A CVM - Comissão de Valores Mobiliários através de Ofício, informou que o procedimento requerido pela Companhia “não poderia ser aceito” e que a Companhia deveria proceder à reavaliação periódica, nos termos da Deliberação CVM nº. 183/95.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, a Companhia, por decisão de seu Conselho de Administração, elaborou o Laudo de Reavaliação do Ativo da Companhia, gerando o registro de um acréscimo do valor do ativo imobilizado da Companhia de R\$ 1.537.270, na época.

Conforme facultado pelo art. 4º da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela manutenção do saldo do ajuste de avaliação patrimonial constituída em período anterior à vigência da Lei nº 11.638/2007.

24. Destinação do Resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Lucro líquido do exercício utilizado na apuração dos dividendos	1.347.688	1.063.194	1.026.128
Realização da reserva de reavaliação - líquida	103.606	73.476	71.740
Constituição de reserva legal	(56.413)	(56.834)	(54.893)
Ajuste de mudanças de políticas contábeis	-	111.186	35.836
Subtotal	1.394.881	1.191.022	1.078.811
Dividendos intermediários distribuídos (i)	(625.525)	(322.721)	(359.472)
Juros sobre Capital Próprio propostos (ii)	(72.764)	(70.799)	(68.813)
Dividendos complementares propostos originalmente (iii)	(696.592)	(686.316)	(614.690)
Dividendos complementares propostos - mudança de políticas contábeis (iii)	-	(111.186)	(35.836)
Saldo de Lucros Acumulados	-	-	-

- i) Em 5 de agosto de 2010, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/1976, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 625.525, sendo R\$ 3,525718056 por ação ordinária, e R\$ 3,878289862 por ação preferencial, correspondente a 100% do lucro líquido ajustado obtido no primeiro semestre de 2010. O pagamento foi efetuado em duas parcelas, sendo: (i) a primeira no valor de R\$ 312.763 efetuada em 15 de setembro de 2010; e (ii) a segunda no valor de R\$ 312.763 efetuada em 7 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2010, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 72.764. Os valores relativos a juros sobre capital próprio foram registrados como despesas financeiras como determinado pela legislação fiscal, contudo, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, esses valores são lançados como distribuição de lucro do exercício, mesmo tratamento contábil dos dividendos.
- iii) A Administração da Companhia registrou proposta de dividendos adicionais no montante de R\$ 843.614 em atendimento às disposições da Lei 6.404/1976. De acordo com orientação da CVM, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no patrimônio líquido da Companhia.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. As ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ordinárias, na forma do Estatuto e da Lei.

Ação	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Tipo	R\$ p/ Ação	R\$ p/ Ação	R\$ p/ Ação
Dividendos intermediários distribuídos			
ON	3,53	1,82	2,03
PN	3,88	2,00	2,23
Juros sobre Capital Próprio propostos - (Bruto)			
ON	0,41	0,40	0,39
PN	0,45	0,44	0,43
Dividendos complementares propostos			
ON	4,75	3,87	3,46
PN	5,23	4,26	3,81

25. Resultado por Ação

	31.12.2010	31.12.2009
Numerador:		
Lucro líquido do período	1.347.689	1.156.526
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	66.605	66.605
Média ponderada do número de ações preferenciais	100.739	100.739
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	7,5961	6,5187
Lucro básico e diluído por ação preferencial	8,3557	7,1705

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. A reserva de capital referente ao pagamento baseado em ações não traz impactos relevantes se considerada no cálculo do lucro líquido.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita Operacional Líquida

	2010			2009		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Receita de Prestação de Serviço de Distribuição de Energia Elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	5.749.408	15.545.535	6.111.628	5.594.375	15.014.484	5.536.582
Industrial	29.020	6.136.716	2.046.940	29.983	6.031.985	1.922.232
Comercial	345.682	11.081.193	3.940.951	357.050	10.751.760	3.639.110
Rural	777	28.026	3.297	768	25.904	2.209
Poder Público:						
Federal	1.299	161.111	57.463	1.257	141.369	48.158
Estadual	4.130	605.133	176.014	4.408	588.967	163.972
Municipal	9.003	433.630	165.676	8.901	417.415	154.063
Iluminação pública	1.486	860.803	171.307	1.519	899.330	163.694
Serviço público	1.259	582.175	164.035	1.245	565.084	150.641
Encargo de capacidade emergencial	-	-	7	-	-	18
Remuneração do ativo financeiro	-	-	70.582	-	-	58.929
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(6.902.615)	-	-	(6.450.884)
Subtotal - Fornecimento	6.142.064	35.434.322	6.005.285	5.999.506	34.436.298	5.388.725
Outras						
Revisão Tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	-	-	-	-
Transmissoras	-	-	(336)	-	-	-
PIS/Cofins - CTEEP	-	-	-	-	-	-
Proinfa Diferimento	-	-	-	-	-	-
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	21.818	-	-	44.804
CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	-	-	-	-
Não faturado	-	-	50.043	-	-	29.655
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	277	7.910.807	771.976	229	6.832.324	733.425
Transferência para atividades de distribuição	-	-	6.902.615	-	-	6.450.884
Energia no curto prazo	-	-	119.048	-	-	30.019
Receita de construção	-	-	708.708	-	-	531.170
Outras receitas	-	-	134.535	-	-	122.416
Receita Operacional Bruta	6.142.341	43.345.129	14.713.692	5.999.735	41.268.622	13.331.098
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(73.161)	-	-	(63.580)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(7)	-	-	(18)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(72.436)	-	-	(82.877)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(399.021)	-	-	(386.920)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(487.761)	-	-	(333.167)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfa)	-	-	(41.709)	-	-	(25.248)
Lei nº 12.111 (**)	-	-	(26.031)	-	-	-
ICMS	-	-	(2.634.081)	-	-	(2.493.505)
Cofins - corrente	-	-	(1.053.022)	-	-	(950.617)
Pis - corrente	-	-	(228.616)	-	-	(208.839)
ISS	-	-	(690)	-	-	(690)
Deduções a Receita a Bruta	-	-	(5.016.535)	-	-	(4.545.461)
Receita Operacional Líquida	6.142.341	43.345.129	9.697.157	5.999.735	41.268.622	8.785.637

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

(**) A Lei 12.111/2009 dentre outras atribuições deu nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.991/2000, a qual estabelece que as distribuidoras de energia elétrica que operam nos Sistemas Interligado ficam obrigadas a recolher ao Tesouro Nacional, até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% sobre a receita operacional líquida. Estabelece ainda que os referidos recursos serão utilizados para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para a geração de energia elétrica, ocorrida nos 24 (vinte e quatro) meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

27. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Energia elétrica comprada para revenda:				
ITAIPU	10.155.587	10.445.062	938.244	1.090.349
Contrato bilateral - AES Tiête (**)	11.107.680	11.104.944	1.730.434	1.675.523
Contrato bilateral - AES Uruguaiana	-	27.765	-	3.514
Contrato bilateral - Outros	205.056	202.867	34.602	32.027
Compra - CCEE	973.444	895.986	83.245	27.664
Compra - CCEAR	18.998.712	18.475.441	1.831.386	1.562.214
Proinfa	985.570	873.893	167.608	154.612
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(431.720)	(397.917)
Total	42.426.049	42.025.958	4.353.799	4.147.986

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

(**) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. Em outubro de 2003, a Companhia e a coligada Tietê assinaram um aditamento a esse contrato, prorrogando a data de vencimento para junho de 2028. A Companhia submeteu tal aditivo para apreciação da ANEEL, mas este não foi aprovado (conforme Despacho nº 1.060/2005). Em 2005, a Companhia apresentou pedidos de reconsideração e recurso administrativo que não foram acolhidos pela ANEEL.

Exaurida a esfera administrativa, em 28 de outubro de 2005, a Companhia propôs medida judicial contra a ANEEL visando à revogação do Despacho nº 1.060/2005. Em 5 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a desistência da ação judicial contra a ANEEL, após exame por seus advogados externos e internos.

	2010	2009
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da Rede Básica	836.519	843.660
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	223.744	49.907
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu	78.478	75.505
ONS - Operador Nacional do Sistema	24.475	23.987
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	21.870	20.480
Conexão a Rede Básica - CTEEP	68.324	69.407
(-) Créditos PIS/Cofins	(117.556)	(106.208)
Total	1.135.854	976.738

28. Custo dos Serviços Prestados a Terceiros

	2010	2009
Pessoal	9.166	6.617
Material	(1.298)	(4.630)
Serviço de terceiros	33.520	6.323
Outras	(766)	116
Total	40.622	8.426

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Despesas Operacionais

<u>Despesas com vendas</u>	2010	2009
Serviços de Terceiros	24.888	31.240
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD - nota nº. 10	(49.207)	275.240
(Recuperação)/ Perdas no Contas a Receber	103.040	(229.648)
Total	78.721	76.832
<u>Despesas Gerais e Administrativas</u>	2010	2009
Pessoal	232.706	308.804
Material	3.663	4.101
Serviços de Terceiros	166.728	97.907
Depreciação e Amortização	27.671	26.809
Total	430.768	437.621
<u>Outras Despesas Operacionais</u>	2010	2009
Arrendamentos e Aluguéis	244	2.966
Seguros	2.455	2.749
Tributos	24.652	21.665
Recuperação de Despesas	(22.965)	(28.802)
Doações e Contribuições	4.020	3.808
Taxa de Fiscalização - ANEEL	19.252	17.906
Provisões para Contingências (*)	(77.298)	2.485
Tarifa bancária	46.071	43.428
Custas Judiciais	42.496	72.524
Outras	57.580	69.133
Total	96.507	207.862

- (*) Reversão de processos judiciais trabalhistas referentes a complemento de benefício previdenciário para transferência para a Fundação CESP. Para maiores detalhes, nota nº 19.

30. Custos e Despesas Operacionais (Agrupados por Natureza de Gastos)

Descrição	2010					
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais		
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras
Pessoal	-	237.458	9.166	-	232.706	-
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	167.914	-	-	-	-
Material	-	33.463	(1.298)	-	3.663	-
Serviço de Terceiros	-	181.803	33.520	24.888	166.728	-
Energia elétrica comprada para revenda	4.353.799	-	-	-	-	-
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	1.135.854	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	472.054	-	-	27.671	-
Provisão (Reversão) para PCLD	-	-	-	(49.207)	-	-
Perdas no Contas a Receber	-	-	-	103.040	-	-
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	(77.298)
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	42.496
Despesa de construção	-	708.708	-	-	-	-
Outras	-	(153.546)	(766)	-	-	131.309
Total	5.489.653	1.647.854	40.622	78.721	430.768	96.507
						7.784.125

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2009						Total Geral
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais			
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal	-	203.877	6.617	-	308.804	-	519.298
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	180.612	-	-	-	-	180.612
Material	-	30.893	(4.630)	-	4.101	-	30.364
Serviço de Terceiros	-	186.067	6.323	31.240	97.907	-	321.537
Energia elétrica comprada para revenda	4.147.986	-	-	-	-	-	4.147.986
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	976.738	-	-	-	-	-	976.738
Depreciação e amortização	-	470.784	-	-	26.809	-	497.593
Provisão para PCLD	-	-	-	275.240	-	-	275.240
Perdas no Contas a Receber	-	-	-	(229.648)	-	-	(229.648)
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	2.485	2.485
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	72.524	72.524
Despesa de construção	-	531.170	-	-	-	-	531.170
Outras	-	49.035	116	-	-	132.853	182.004
Total	5.124.724	1.652.438	8.426	76.832	437.621	207.862	7.507.903

31. Receitas e Despesas Financeiras

	2010	2009
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	139.864	106.781
Selic - Finsocial	-	7.039
Acréscimo moratório - consumidores	78.706	68.698
Multas	13.549	11.015
Renda dos títulos e valores mobiliários alienados - LFT	12.549	8.759
Benefícios da Lei nº 11.941/2009 (a)	-	275.306
Outras	29.801	20.516
Total	274.469	498.114
Despesas Financeiras		
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(328.029)	(272.768)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	228	(33)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	28.229	13.661
Operações de swap	-	(8.497)
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	19.195	(25.822)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	1.972	(2.046)
Outras (b)	19.815	(71.924)
Total	(258.590)	(367.429)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional	83.381	63.740
Moeda estrangeira	3.727	61.950
Transferido para o custo das imobilizações em curso	16	14.036
Total	87.124	139.726
Total Líquido	103.003	270.411

- a) Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento (REFIS) instituído pela Lei nº 11.941/2009 e efetuou o pagamento de tributos federais aproveitando-se dos benefícios de redução de multa e juros concedidos por essa legislação. Estes benefícios foram registrados como receita e totalizaram o montante de R\$ 275.306 e são distribuídos da seguinte forma: COFINS R\$ 251.226, PIS (reparcelamento) R\$ 23.701 e IRPJ e CSLL de períodos anteriores R\$ 378.
- b) A variação ocorrida em 2010 é decorrente substancialmente da reversão de despesa financeira em função do fim da disputa judicial da Companhia com o Banco Santos ocorrida em junho de 2010, quando foi efetuada a reversão do passivo remanescente de R\$ 106.265 com aquele banco. Para maiores detalhes, nota nº 43.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(407.259)	(152.530)	(157.072)	(130.938)
Diferidos	(77.780)	(132.051)	(26.236)	23.900
Total	(485.039)	(284.581)	(183.308)	(107.038)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	2.016.035	1.548.145	2.016.035	1.548.145
Adições (exclusões):				
Juros sobre capital próprio	(72.764)	(70.798)	(72.764)	(70.798)
Doações	19.616	7.140	19.616	7.140
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	1.818	(495)	1.818	(495)
Benefício fiscal P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - 2006	(19.312)	(7.619)	(19.312)	(7.619)
Benefício fiscal - REFIS Lei nº 11.941/2009	-	(275.306)	-	(275.306)
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	79.657	7.047	79.657	7.047
Multas indedutíveis	6.603	5.687	6.603	5.687
Baixa do Imobilizado	21.868	-	21.868	-
Outros	(711)	(22.080)	(733)	(23.358)
Total das adições (exclusões)	36.775	(356.424)	36.753	(357.702)
Base de cálculo	2.052.810	1.191.721	2.052.788	1.190.443
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	513.203	297.930	184.750	107.140
Incentivos	(19.498)	(9.741)	-	-
Compensação de base de cálculo	(24)	(24)	-	-
Baixa IR/CS sobre PSAP e Benefícios Indiretos	(6.859)	-	(802)	-
IRPJ/CSLL 2009 - Exclusão P&D	(1.783)	(3.584)	(640)	(102)
Total da despesa (receita) com tributos	485.039	284.581	183.308	107.038

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção dos novos práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei 11.941/09.

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição, e os efeitos tributários oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's) estão sendo registrados como imposto de renda e contribuição social diferidos, não gerando impactos de caixa.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Partes Relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da AES Elpa S.A., e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é uma controlada da AES Corp. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital fechada, e tem por objetivo exercer o controle das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A.(Tietê), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (Uruguaiana S.A.), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A.) e uma comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.).

a) As principais transações e saldos entre partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão demonstradas a seguir:

2010						
Ativo	Passivo		Resultado			
Outros créditos	Fornecedores	Juros sobre capital próprio	Energia elétrica comprada para revenda	Outras Receitas	Serviços de terceiros	Outras Receitas Operacionais
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 9 (resultado)	-	-	2.850	-	-	265.369
AES Elpa S.A.	-	18.067	-	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicações (ii)	367	256	-	4.716	3.376	-
AES Tietê - notas nºs 13 e 21 (i)	-	181.185	-	-	-	-
AES Sul	2.759	-	1.730.434	-	-	-
AES Infoenergy	111	-	-	-	-	-
AES Big Sky	-	-	-	-	10.356	-
Total	3.237	181.441	1.730.434	4.716	13.732	265.369

2009						
Ativo	Passivo		Resultado			
Outros créditos	Fornecedores	Juros sobre capital próprio	Energia elétrica comprada para revenda	Outras Receitas	Serviços de terceiros	Outras Receitas Operacionais
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 9 (ativo)	42.998	-	2.774	-	-	-
AES Elpa S.A.	-	17.579	-	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicações (ii)	77	-	-	3.404	1.746	-
AES Tietê - notas nºs 13 e 21 (i)	-	186.511	-	-	-	-
AES Sul	2.759	-	1.675.523	-	-	-
AES Infoenergy	4	-	3.514	-	-	-
AES Big Sky	-	-	-	-	10.969	-
Total	45.838	186.511	1.679.037	3.404	12.715	-

(i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. A quantidade de energia adquirida pela Companhia através do contrato com a coligada Tietê no exercício de 2010 foi de 11.107.680 MWh (informação não auditada pelos auditores independentes). Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$155,79 MWh (31 de dezembro de 2009 - R\$150,84 por MWh). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Ativo - Contrato de compartilhamento de infra-estrutura (postes, torres e dutos)
- O contrato anteriormente em vigor foi firmado em 1º de dezembro de 2002 e renovado em 1º de maio de 2005. Não obstante a possibilidade de prorrogar o contrato por igual período mediante aditamento, as partes resolveram firmar um novo contrato em 15 de setembro de 2009, com prazo em vigor de 5 anos, que pode ser renovado por igual período, mediante aditamento. O contrato assegura à Eletropaulo Telecomunicações Ltda. a implementação e operação da rede de transmissão de dados, utilizando como infra-estrutura de suporte dos cabos ópticos os postes de distribuição de energia de propriedade da Companhia. Além do uso dos postes, o contrato regula o uso da infra-estrutura de torres de transmissão e dutos subterrâneos. O novo contrato estipula o preço reajustado de R\$ 2,54 (líquido de impostos) pelo uso de cada poste, no caso da utilização de até um ponto de fixação em até 90% do total de postes, R\$ 646,61 por quilômetro de linhas de transmissão e R\$ 775,95 por quilômetro de dutos subterrâneos utilizados. A Empresa utiliza aproximadamente 73.858^(*) postes, 40 km^(*) de redes de transmissão e 41,547 km^(*) de dutos subterrâneos, o qual é contabilizado mediante fatura de serviços emitida pela Companhia, em relação aos postes efetivamente utilizados, uma vez que o contrato está aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conforme previsto em contrato, esse valor é reajustado anualmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE), e o valor estimado total do contrato é de R\$ 32.452^(*). Esse valor foi estimado tomando-se como base um ponto de fixação no poste, para a utilização de um ou mais cabos sustentados por uma cordoalha, cujo somatório de diâmetro do conjunto não ultrapasse o total de 65 mm, durante cinco anos.

Passivo - Contrato de prestação de serviços de telecomunicações e outras avenças. Este contrato regula a prestação de serviços de circuito especializado de telecomunicações e tem prazo de cinco anos, contados da data de sua assinatura em 1º de dezembro de 2002 e renovado em 1º de janeiro de 2006. O prazo do contrato poderá ser prorrogado por igual período mediante aditamento a ser negociado entre as partes. Conforme previsto em contrato, esse valor é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M e o valor estimado total do contrato é de R\$ 10.692^(*), podendo oscilar, para baixo ou para cima, de acordo com a utilização da infra-estrutura em até 25%, sem que haja necessidade de aditamento deste.

(*) Dados não auditados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) A remuneração da Alta Administração - de acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. No exercício de 2010 e de 2009, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	2010	2009
Benefícios de curto prazo (a)	8.311	6.879
Benefícios pós-emprego (b)	151	230
Outros benefícios de longo prazo (c)	530	408
Benefícios de rescisão contrato de trabalho (d)	-	170
Remuneração baseada em ações (e)	1.209	2.079
Total	10.201	9.766

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Composto por benefícios por desligamento.
- e) vide nota nº 42.

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

34. Seguros

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Data de Vigencia		Importância Segurada
	de	até	
Riscos Operacionais	1-abr-2010	1-abr-2011	1.750.500
Vida em grupo	1-nov-2010	1-nov-2011	25 X salário
Responsabilidade Civil Geral	1-jun-2010	1-jun-2011	30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2010	31-ago-2011	RCF Garantia Única 1.000

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

35. Instrumentos Financeiros

35.1 Considerações Gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 4);
- Investimentos de curto prazo (nota nº 4);
- Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 5);
- Serviços prestados;
- Contas a receber - Acordos (nota nº 8);
- Ativo financeiro de concessão (nota nº 11);
- Cauções e depósitos vinculados (nota nº 19);
- Fornecedores (nota nº 14);
- Empréstimos e financiamentos - incluem encargos (nota nº 16);
- Dividendos declarados e juros sobre capital próprio (nota nº 23 e 24);
- Outras obrigações - Swap Cambial; e
- Debêntures (nota nº 16).

35.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	2010		2009		Em 1º de janeiro de 2009	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
ATIVO						
Investimentos de curto prazo	1.365.271	1.365.271	963.087	963.087	1.369.287	1.369.287
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.450.945	1.450.945	1.426.554	1.426.554	1.258.126	1.258.126
Serviços prestados a terceiros - Faturados	11.679	11.679	20.263	20.263	22.595	22.595
Ativo financeiro de concessão	872.081	872.081	680.880	680.880	615.690	615.690
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	150.908	150.908	226.361	226.361	-	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	120.244	120.244	117.536	117.536	136.742	136.742
Consumidores - acordos	114.096	114.096	83.663	83.663	82.468	82.468
Cauções e depósitos vinculados	474.579	474.579	440.860	440.860	539.549	539.549
Total	4.559.803	4.559.803	3.959.204	3.959.204	4.024.457	4.024.457
PASSIVO						
Fornecedores	979.241	979.241	829.647	829.647	808.954	808.954
Empréstimos e financiamentos	828.674	828.674	1.352.919	1.352.919	864.597	864.597
Encargos	64.664	61.995	93.198	92.367	100.494	45.033
Debêntures	1.850.000	1.850.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	84.173	84.173	75.550	75.550	66.686	66.686
Outras obrigações - Swap Cambial	-	-	-	-	20.195	20.195
Total	3.806.752	3.804.083	3.401.314	3.400.483	2.910.926	2.855.465

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo, a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

ATIVO

Investimentos de curto prazo
Consumidores, concessionárias e permissionárias
Serviços prestados a terceiros - Faturados
Ativo financeiro de concessão
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos
Prefeituras municipais diversas - acordos
Consumidores - acordos
Cauções e depósitos vinculados

Total

Valor de Mercado			
2010	Nível I	Nível II	Nível III
1.365.271	-	1.365.271	-
1.450.945	-	1.450.945	-
11.679	-	11.679	-
872.081	-	872.081	-
150.908	-	150.908	-
120.244	-	120.244	-
114.096	-	114.096	-
474.579	-	474.579	-
4.559.803	-	4.559.803	-

PASSIVO

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos
Encargos
Debêntures
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio

Total

Valor de Mercado			
2009	Nível I	Nível II	Nível III
979.241	-	979.241	-
828.674	-	828.674	-
61.995	-	61.995	-
1.850.000	-	1.850.000	-
84.173	-	84.173	-
3.804.083	-	3.804.083	-

ATIVO

Investimentos de curto prazo
Consumidores, concessionárias e permissionárias
Serviços prestados a terceiros - Faturados
Ativo financeiro de concessão
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos
Prefeituras municipais diversas - acordos
Consumidores - acordos
Cauções e depósitos vinculados

Total

Valor de Mercado			
2009	Nível I	Nível II	Nível III
963.087	-	963.087	-
1.426.554	-	1.426.554	-
20.263	-	20.263	-
680.880	-	680.880	-
226.361	-	226.361	-
117.536	-	117.536	-
83.663	-	83.663	-
440.860	-	440.860	-
3.959.204	-	3.959.204	-

PASSIVO

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos
Encargos
Debêntures
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio

Total

829.647	-	829.647	-
1.352.919	-	1.352.919	-
92.367	-	92.367	-
1.050.000	-	1.050.000	-
75.550	-	75.550	-
3.400.483	-	3.400.483	-

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor de Mercado			
	Em 1º de janeiro de 2009	Nível I	Nível II	Nível III
ATIVO				
Investimentos de curto prazo	1.369.287	-	1.369.287	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.258.126	-	1.258.126	-
Serviços prestados a terceiros - Faturados	22.595	-	22.595	-
Ativo financeiro de concessão	615.690	-	615.690	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	136.742	-	136.742	-
Consumidores - acordos	82.468	-	82.468	-
Cauções e depósitos vinculados	539.549	-	539.549	-
Total	4.024.457	-	4.024.457	-
PASSIVO				
Fornecedores	808.954	-	808.954	-
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	864.597	-	864.597	-
Encargos	45.033	-	45.033	-
Debêntures	1.050.000	-	1.050.000	-
Outras obrigações - Swap Cambial	20.195	-	20.195	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	66.686	-	66.686	-
Total	2.855.465	-	2.855.465	-

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

35.3 Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	2010		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Investimentos de curto prazo	-	1.365.271	1.365.271
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.450.945	-	1.450.945
Serviços prestados a terceiros - Faturados	11.679	-	11.679
Ativo financeiro de concessão	-	872.081	872.081
Prefeitura Municipal de São Paulo - Acordos	150.908	-	150.908
Prefeituras municipais diversas - acordos	120.244	-	120.244
Consumidores - acordos	114.096	-	114.096
Cauções e depósitos vinculados	474.579	-	474.579
Total	2.322.451	2.237.352	4.559.803
PASSIVO			
Fornecedores	979.241	-	979.241
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	828.674	-	828.674
Encargos	64.664	-	64.664
Debêntures	1.850.000	-	1.850.000
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	84.173	-	84.173
Total	3.806.752	-	3.806.752

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2009		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Investimentos de curto prazo	-	963.087	963.087
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.426.554	-	1.426.554
Serviços prestados a terceiros - Faturados	20.263	-	20.263
Ativo financeiro de concessão	-	680.880	680.880
Prefeitura Municipal de São Paulo - Acordos	226.361	-	226.361
Prefeituras municipais diversas - acordos	117.536	-	117.536
Consumidores - acordos	83.663	-	83.663
Cauções e depósitos vinculados	440.860	-	440.860
Total	2.315.237	1.643.967	3.959.204
PASSIVO			
Fornecedores	829.647	-	829.647
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.352.919	-	1.352.919
Encargos	93.198	-	93.198
Debêntures	1.050.000	-	1.050.000
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	75.550	-	75.550
Total	3.401.314	-	3.401.314

	Em 1º de janeiro de 2009		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Investimentos de curto prazo	-	1.369.287	1.369.287
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.258.126	-	1.258.126
Serviços prestados a terceiros - Faturados	22.595	-	22.595
Ativo financeiro de concessão	-	615.690	615.690
Prefeituras municipais diversas - acordos	136.742	-	136.742
Consumidores - acordos	82.468	-	82.468
Cauções e depósitos vinculados	539.549	-	539.549
Total	2.039.480	1.984.977	4.024.457
PASSIVO			
Fornecedores	808.954	-	808.954
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	864.597	-	864.597
Encargos	100.494	-	100.494
Debêntures	1.050.000	-	1.050.000
Outras obrigações - Swap Cambial	20.195	-	20.195
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	66.686	-	66.686
Total	2.910.926	-	2.910.926

35.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2010 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2011 e este definido como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	6,03	9,05	12,06	15,08	18,09	
Posição em 2010						
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	255.062					
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos de Curto Prazo)	19.070					
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	1.346.201					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	CDI	15.380	23.070	30.760	38.451	46.141
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	1.150	1.725	2.300	2.875	3.450
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	81.176	121.764	162.352	202.940	243.528

Análise de sensibilidade das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2010, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de dezembro de 2010, foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2011 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de juros efetiva a.a.	Saldo de Principal em 2010	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2010				
			Queda		Base Case	Aumento	
			de 25%	de 50%		de 25%	de 50%
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
RELUZ - Eletrobrás - SBC	5,00% a.a.	3.393	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA			1,2900	0,8600	1,7200	2,1500	2,5800
STN - Resolução 96/93	6,00% a.a.	74	(20)	(39)	-	20	39
CDI			9,05%	6,03%	12,06%	15,08%	18,09%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+2,42	250.000	27.396	19.714	35.053	42.735	50.391
Debêntures - 10ª Emissão	CDI+2,07	600.000	60.189	41.906	78.411	96.694	114.917
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,86	200.000	21.917	15.771	28.042	34.188	40.313
Debêntures - 12ª Emissão	CDI+1,50	400.000	42.743	30.482	54.964	67.225	79.445
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,90	400.000	44.488	32.178	56.757	69.066	81.335
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	CDI+2,51	250.000	25.897	18.256	33.512	41.152	48.768
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+2,00	600.000	67.386	48.904	85.807	104.290	122.711
TOTAL			290.015	207.210	372.545	455.350	537.880
IGPDI			4,13%	2,75%	5,50%	6,88%	8,25%
Fundação Cesp	IGPDI+6,00% a.a.	2.542.907	263.898	226.700	300.826	338.024	374.952

35.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a capital do Estado, atendendo a aproximadamente 6,1^(*) milhões de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos.

^(*) Não auditado pelos auditores independentes.

35.6.1 Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

35.6.2 Riscos de taxa de juros e indexadores

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros entre 0,90% a 1,75% ao ano. Também possui contrato de dívida com a Fundação Cesp que é atualizado por TR acrescido de 8% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2010.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

35.6.3 Risco de preçoRevisão Tarifária Periódica

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos. A 3ª revisão tarifária da Companhia ocorrerá em julho de 2011.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias a serem definidas pela ANEEL. A metodologia para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias está em discussão no âmbito da Audiência Pública nº 040/2010. O período de contribuições dos agentes e da sociedade se encerrou em 10 de janeiro de 2011. No atual momento os agentes e sociedade aguardam as análises das contribuições por parte de ANEEL.

Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

Em novembro de 2009, a ANEEL instituiu processo de Audiência Pública nº 043/2009 (“AP 043”) para obter subsídios e informações para adequação da metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, mediante Aditivo ao Contrato de Concessão das Distribuidoras, visando à neutralidade dos itens da Parcela A (captura dos efeitos econômico-financeiros decorrentes das variações de mercado sobre Energia Comprada, Transmissão e Encargos Setoriais).

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O processo da AP 043 culminou na aprovação do Modelo Padrão do Aditivo ao Contrato de Concessão das Distribuidoras por parte da ANEEL, nos termos do Despacho nº 245/2010. No Modelo Padrão, a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual foi alterada de modo a capturar os efeitos econômico-financeiros das variações de mercado sobre os Encargos Setoriais a partir de fevereiro de 2010 (Neutralidade da Parcela A).

No dia 16 de abril de 2010, as administrações da Companhia e da AES Elpa S.A. ("AES Elpa") deliberaram pela assinatura do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, com a interveniência da AES Elpa. Em 30 de abril de 2010 a matéria foi deliberada na Assembléia Geral de Acionistas da Companhia e da AES Elpa.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu através da Resolução Homologatória nº 1025, de 29 de junho de 2010, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2010, cujo reajuste médio foi de 8,00%, correspondendo a um efeito médio de 1,62% percebido pelos consumidores.

Paralelamente, em maio de 2010, a ANEEL instituiu o processo de Audiência Pública nº 033/2010 ("AP 033") para obter subsídios e informações para a análise e decisão da ANEEL acerca do reconhecimento da legalidade da aplicação da fórmula de Reajuste Anual das Tarifas constante dos contratos de concessão de serviço público de distribuição.

Em 14 de dezembro de 2010 a diretoria da ANEEL resolveu arquivar a AP033 por (i) reconhecer a legalidade da aplicação da fórmula de Reajuste Anual das Tarifas constante dos contratos de concessão de serviço público de distribuição; (ii) negar tratamento regulatório retroativo da metodologia de tratamento das variações de mercado no repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela "A", referentes aos encargos setoriais dos ciclos tarifários já incorridos; e (iii) conhecer e negar provimento aos pedidos de invalidação da metodologia de reajuste tarifário de tarifas de distribuição de energia elétrica.

Em 22 de dezembro de 2010, o deputado federal Eduardo da Fonte apresentou à ANEEL o pedido de reconsideração da decisão da ANEEL sobre este tema.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.6.4 Risco de mercado

O *portfolio* de contratos de energia de 2010 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da empresa em investimentos na área, os modelos não conseguem capturá-los na sua totalidade. Os modelos norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da Companhia é mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes Residencial e Comercial.

35.6.5 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

35.6.6 Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possuía operações com instrumentos financeiros derivativos e que foram liquidadas em 30 de junho de 2010 mediante desistência da massa falida Banco Santos do recurso especial interposto no processo judicial em curso contra a Companhia (Vide nota 31.b e 43).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não contratou operações financeiras com derivativos.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas “covenants” normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

35.6.8 Risco de Volatilidade dos Custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da Companhia está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

36. Informação por Segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais na região na região metropolitana da Grande São Paulo. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a Demonstração de Resultado apresentada reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

37. Reajuste Tarifário 2010

Em 29 de junho de 2010, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,00% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2010.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O efeito percebido pelos consumidores das diversas classes de atendimento foi de:

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão Cativos	1,11%
Baixa Tensão Cativos	0,80%
Consumidores Livres	14,06%
Média Total	1,62%

O reajuste autorizado pela ANEEL em 29 de junho de 2010 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2010		
	Descrição	Efeito na Tarifa
Parcela A	Encargos Setoriais	3,31%
	Energia Comprada	2,08%
	Encargos de Transmissão	-0,28%
	Parcela A	5,11%
Parcela B		0,87%
	Reajuste Base	5,97%
	CVA	0,63%
	Custos financeiros de Parcela A	-0,13%
	Subsídios Tarifários	1,53%
	Reajuste Total	8,00%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 7,12%. A participação positiva de 5,11% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - R\$ 1.592.780. Com destaque para o aumento de 117% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizaram R\$ 597.333, devido as alterações na sistemática de reembolso dos custos de geração do Sistema Isolado, introduzidas pela Medida Provisória 466/2009, convertida na Lei nº 12.111/2009. Somente a variação deste encargo representou 3,37% do aumento tarifário deste ano.
- (ii) Energia Comprada - R\$ 4.713.796. A variação positiva de 4,40% decorre principalmente do aumento de 12% no preço médio ponderado dos leilões de energia para os próximos 12 meses, compensada pela redução da taxa de Dólar consideradas no Reajuste Tarifário de 2009 e 2010 que foram de R\$ 1,9301 e R\$ 1,8125, respectivamente.

Notas Explicativas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 1.042.339. A redução de 2,49% reflete principalmente o resultado da segunda revisão das transmissoras finalizada em junho de 2010 com efeitos retroativos a julho de 2009.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi 3,06%. A participação de 0,87% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 5,17%, dos 12 meses findos em 29 de junho de 2010, e
2. Fator X equivalente a 2,11%, composto por:
 - Xa de 0,003%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (5,17%) e o IPCA (5,16%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,00%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 205.479, entre os quais destacamos R\$ 64.142 de CVA, R\$ (16.329) de Neutralidade de Encargos Setoriais e R\$ 155.275 de subsídios tarifários.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas Demonstrações Contábeis os seguintes saldos:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	14.493	7.189	65.681
Outros créditos	-	20.688	165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.697)	(1.367)
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	189.085	369.381	349.550
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	203.578	395.561	414.029
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5.268	5.156	7.952
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	65.555	74.624	152.370
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	70.823	79.780	160.322
TOTAL DO ATIVO	274.401	475.341	574.351
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	237.776	146.845	96.141
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	237.776	146.845	96.141
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	163.084	97.495	4.110
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	163.084	97.495	4.110
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Lucros/Prejuízos acumulados	231.001	474.100	474.100
Resultado do Período	(357.460)	(243.099)	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(126.459)	231.001	474.100
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	274.401	475.341	574.351
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	203.142	204.568	-
<u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u>			
Custo com Energia Elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	95.585	(103.931)	-
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	41.939	89.239	-
Custo de Operação			
Serviços de Terceiros	(1.709)	1.675	-
Provisão (reversão) para PCLD	-	4.719	-
Outras	-	1.068	-
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	135.815	(7.230)	-
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA			
Receita	(13.618)	(49.827)	-
Despesa	-	95	-
Variações monetárias/cambiais - líquidas	32.121	95.493	-
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	18.503	45.761	-
RESULTADO	357.460	243.099	-

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Regras Regulatórias

Em 9 de setembro de 2010, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 414/2010 que introduziu uma série de inovações nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica acarretando, portanto, em significativas alterações na relação entre consumidor e distribuidora de energia elétrica. De acordo com esta resolução, publicada no DOU em 15 de setembro de 2010, as distribuidoras de energia elétrica passam a ter as seguintes obrigações:

- As distribuidoras terão que instalar pelo menos um posto de atendimento presencial em cada município de sua área de concessão;
- A ligação em áreas urbanas deve ser feita em até dois dias úteis para consumidores do Grupo B (residenciais, rurais e pequenos estabelecimentos comerciais e industriais), e em até sete dias úteis para consumidores do Grupo A (indústrias e estabelecimentos comerciais de médio ou grande porte). O prazo para religação é de até 24h após o encerramento do motivo que gerou a suspensão do fornecimento;
- O não cumprimento dos prazos para execução de serviços obriga a distribuidora a efetuar compensação ao consumidor na fatura de energia elétrica subsequente à apuração;
- Em caso de suspensão indevida do fornecimento a distribuidora está obrigada a efetuar compensação ao consumidor na fatura de energia elétrica subsequente à apuração. O valor da compensação está limitado a 10 (dez) vezes o valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD);
- A suspensão do fornecimento só poderá ser feita em horário comercial, 15 dias após a notificação formal ao consumidor, sendo que para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda deve ocorrer um intervalo de 30 (trinta) dias entre o vencimento da fatura e a data da suspensão. A apresentação da quitação do débito à equipe responsável pela suspensão do fornecimento, obsta a sua efetivação, podendo a distribuidora efetuar a cobrança do consumidor do serviço correspondente à visita técnica;

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- É vedada a suspensão do fornecimento após o prazo de 90 (noventa) dias, contado da fatura vencida e não paga, desde que as faturas posteriores estejam quitadas. A contagem do prazo ficará suspensa nos casos de impedimento à execução por determinação judicial ou outro motivo justificável;
- Estende a gratuidade para aumento da carga para o Grupo B, desde que a carga instalada após o aumento não ultrapasse 50 kW e não seja necessário realizar acréscimo de fases da rede em tensão igual ou superior a 2,3 kV;
- Nos casos de faturamento a menor ou ausência de faturamento, as distribuidoras devem providenciar a cobrança do consumidor das quantias não recebidas, limitando-se aos últimos 3 (três) ciclos, sendo que para os casos de faturamento a maior se deve providenciar a devolução das quantias recebidas indevidamente, observado o prazo de 36 (trinta e seis) meses;
- Ficam vedadas a cobrança de outros serviços na fatura de energia elétrica e a veiculação de propagandas comerciais;
- Todas as distribuidoras terão que adotar o modelo padronizado do Termo de Ocorrência e Inspeção TOI, o que garante isonomia e padroniza critérios de avaliação;
- Distribuidora não pode mais condicionar o encerramento da relação contratual à quitação de débitos;
- Ativos de iluminação pública deverão ser transferidos para os municípios em até 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da publicação da resolução; e
- Em até 36 (trinta e seis) meses, contados da publicação da resolução, todas as distribuidoras deverão certificar o processo de coleta e apuração dos padrões de atendimento comercial de acordo com as normas da ISO 9000.

As obrigações definidas nesta resolução possuem prazos diversos para entrada em vigor, podendo variar de acordo com a complexidade da obrigação, sendo o menor prazo a partir de 30 de novembro de 2010, e o maior prazo em até 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua publicação. A Companhia está avaliando os possíveis impactos desta resolução em suas atividades.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

38. Investimentos em Meio Ambiente (Não Auditado)

Gastos Meio Ambiente	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Custos Diretos - Gerência de Meio Ambiente	3.409	2.139	2.330
SGA - Sistema de Gestão Ambiental e outros	147	143	119
Licenciamentos e Compensações Ambientais	1.217	553	379
Recuperação da Qualidade do Solo e Águas Subterrâneas	3.558	10.269	5.350
Prevenção à Poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	2.175	925	844
Adequação a Sistemas de Incêndio (Cambuci)	147	1.710	960
Treinamentos Operacionais (Brigada - Emergência Química)	82	6	192
Comunicação (Semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	84	13	67
Créditos de Carbono	2	127	-
Subtotal	10.821	15.885	10.241
Projetos de P&D (arborização, biomassa, campos eletromagnéticos, etc) (*)	2.916	2.088	1.295
Projetos de Eficiência Energética (116 projetos) (*)	62.871	50.440	53.731
Total	76.608	68.413	65.267

(*) Em conformidade com a Lei nº. 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 2010, R\$ 73.370 (R\$ 56.524 em 2009) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 3.237 (R\$ 11.889 em 2009) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSPEE).

A Companhia continuará trabalhando em busca de seu objetivo estratégico de ser reconhecida por sua excelência ambiental, ampliando seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades até 2012 e em atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para tal estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2015. Ainda estão previstos investimentos em projetos relativos à regularização de toda a sua infraestrutura de subtransmissão - linhas e subestações, melhoria da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

Ainda haverá o desenvolvimento de projetos de eficiência energética de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Mudanças do Clima e de P&D, como continuação das pesquisas sobre campos eletromagnéticos e avaliação do potencial de reciclagem de materiais descartados da rede.

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

39. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (iv) compras através de Leilão (vide nota nº 27).

As obrigações de compra da Companhia com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a Companhia está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real (vide nota nº 27).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cuja as tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota nº 27).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão – RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujo as tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota nº 26).

Notas Explicativas**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

40. Efeitos no Patrimônio Líquido e no Resultado Decorrentes da Plena Adoção das Normas Contábeis de 2010 (Não auditado)

A Companhia optou por não reapresentar as suas Informações Trimestrais até a data de apresentação de suas Demonstrações Contábeis do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010. Em decorrência da não reapresentação de suas Informações Trimestrais, a Companhia conforme a determina Deliberação CVM nº 656/2011 evidenciou abaixo os efeitos no seu Patrimônio Líquido e no Resultado os efeitos da plena adoção das normas contábeis de 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1º Trimestre 2010	2º Trimestre 2010	3º Trimestre 2010	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	3º Trimestre 2009
Originalmente emitido	3.437.906	3.902.529	3.565.640	3.445.624	3.600.894	3.512.898
Imobilizado - IGP 96/97	1.113	1.084	1.056	1.285	1.255	1.225
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	520.482	519.478	518.473	521.430	521.448	521.465
Ajuste de avaliação patrimonial - ICPC 01/IFRIC 12	(123.843)	(167.188)	(163.541)	(16.925)	(57.135)	(86.137)
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	15.444	14.487	13.518	21.032	19.887	18.654
Ativos e passivos regulatórios	(124.374)	(53.026)	28.618	(508.935)	(548.443)	(407.357)
Contrato de concessão - ICPC 01	(362.621)	(358.428)	(352.954)	(379.809)	(375.526)	(370.990)
Tributos sobre reavaliação de terrenos - ICPC 10	5.430	18.893	29.320	(3.727)	(5.033)	(6.525)
Receitas - CPC 30/IAS 18	(3.515)	(3.515)	(30.865)	(4.114)	(3.515)	(3.515)
Contab. proposta pago dividendos - ICPC 08	686.316	-	-	614.690	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(94.829)	(103.544)	(125.181)	220	26.208	(11.930)
Ajustado ao CPC	3.957.509	3.770.770	3.484.084	3.690.771	3.180.040	3.167.788

RESULTADO	1º Trimestre 2010 - 3 meses	2º Trimestre 2010 - 6 meses	3º Trimestre 2010 - 9 meses	1º Trimestre 2009 - 3 meses	2º Trimestre 2009 - 6 meses	3º Trimestre 2009 - 9 meses
Originalmente emitido	156.632	622.402	911.038	147.453	302.393	537.701
Imobilizado - IGP 96/97	(82)	(111)	(139)	(30)	(60)	(90)
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	(1.005)	(2.010)	(3.014)	18	36	53
Contrato de concessão - ICPC 01	(6.021)	(49.465)	(37.849)	(18.041)	(54.127)	(81.353)
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	(1.972)	(2.929)	(3.898)	(1.096)	(2.241)	(3.474)
Ativos e passivos regulatórios	106.627	177.975	259.619	(34.835)	(74.343)	66.743
Receitas - CPC 30/IAS 18	-	-	(27.350)	-	599	599
Pagamento baseado em ações - CPC 10	(414)	(696)	(964)	(958)	(1.242)	(1.686)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.849)	(36.420)	(60.550)	22.673	48.822	13.188
Ajustado ao CPC	222.916	708.746	1.036.893	115.184	219.837	531.681

Estas Informações Trimestrais, não auditadas, foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

41. Demonstração do Resultado por Atividade (Não Auditado)

De acordo com o requerido pela ANEEL, a seguir é apresentada uma demonstração do resultado por atividade:

2010					
Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total antes dos ajustes do CPC	Ajustes do CPC	Total após ajustes do CPC
4.480.670	4.295.332	9.305	8.785.307	911.850	9.697.157
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com Energia Elétrica					
Custo com energia elétrica comprada de terceiros	-	(4.449.384)	-	(4.449.384)	(4.353.799)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.177.793)	-	-	(1.177.793)	(1.135.854)
Custo de Operação					
Pessoal e administradores	(177.692)	(60.573)	(291)	(238.556)	(239.765)
Entidade de previdência privada	(165.139)	(486)	(2)	(165.627)	(165.607)
Material	(29.841)	(3.300)	(322)	(33.463)	(33.463)
Serviços de terceiros	(116.993)	(63.148)	(96)	(180.237)	(181.803)
Depreciação e amortização	(330.221)	(36.428)	(2.687)	(369.336)	(472.054)
Custo de construção	-	-	-	(708.708)	(708.708)
Outras	(89.276)	(758)	-	19.514	153.546
(2.086.955)	(4.614.072)	224.066	(6.480.364)	(657.143)	(7.137.507)
(32.164)	(4.071)	(4.387)	(40.622)	-	(40.622)
(2.119.119)	(4.618.148)	216.281	(6.520.986)	(657.143)	(7.178.129)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS					
CUSTO OPERACIONAL BRUTO					
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(14.328)	(66.536)	2.143	(78.721)	(78.721)
Despesas gerais e administrativas	(430.768)	-	-	(430.768)	(430.768)
Outras despesas operacionais	(96.269)	(238)	-	(96.507)	(96.507)
(541.365)	(66.774)	2.143	(605.996)	-	(605.996)
(2.660.484)	(4.684.922)	218.424	(7.126.982)	(657.143)	(7.784.125)
1.820.186	(389.590)	227.729	1.658.325	254.707	1.913.032
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Receitas financeiras	192.908	94.651	528	288.087	(13.618)
Despesas financeiras	(210.418)	(43.163)	-	(253.581)	(5.009)
Variações monetárias e cambiais líquidas	47.815	36.327	-	84.142	2.982
30.305	87.815	528	118.648	(15.645)	103.003
1.850.491	(301.775)	228.257	1.776.973	239.062	2.016.035
1.850.491	(301.775)	228.257	1.776.973	239.062	2.016.035
RESULTADO OPERACIONAL					
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS					
Contribuição social	(163.848)	27.814	(21.038)	(157.072)	(157.072)
Imposto de renda	(424.828)	72.116	(54.547)	(407.259)	(407.259)
Contribuição social diferido	(5.953)	1.010	(764)	(5.707)	(26.236)
Imposto de renda diferido	(21.645)	3.674	(2.779)	(57.030)	(77.780)
(616.274)	104.614	(79.128)	(590.788)	(77.559)	(668.347)
1.234.217	(197.161)	149.129	1.186.185	161.503	1.347.688

2009					
Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Reapresentado
4.235.145	3.806.025	8.729	8.049.899	735.738	8.785.637
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com Energia Elétrica					
Custo com energia elétrica comprada de terceiros	-	(4.044.055)	-	(4.044.055)	(4.147.986)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.065.977)	-	-	(1.065.977)	(976.738)
Custo de Operação					
Pessoal e administradores	(165.696)	(35.688)	(414)	(201.798)	(203.877)
Entidade de previdência privada	(180.236)	(446)	(5)	(180.687)	(180.612)
Material	(29.266)	(1.414)	(213)	(30.893)	(30.893)
Serviços de terceiros	(135.379)	(52.344)	(162)	(187.885)	(186.067)
Depreciação e amortização	(315.452)	(36.413)	(2.942)	(354.807)	(470.784)
Custo de construção	-	-	-	(531.170)	-
Outras	(59.982)	(1.806)	491	(61.297)	(49.035)
(1.951.988)	(4.172.166)	(3.245)	(6.127.399)	(649.763)	(6.777.162)
(3.045)	(957)	(4.424)	(8.426)	-	(8.426)
(1.955.033)	(4.173.123)	(7.669)	(6.135.825)	(649.763)	(6.785.588)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS					
CUSTO OPERACIONAL BRUTO					
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(17.569)	(57.120)	(2.143)	(76.832)	(76.832)
Despesas gerais e administrativas	(437.621)	-	-	(437.621)	(437.621)
Outras despesas operacionais	(207.862)	-	-	(207.862)	(207.862)
(663.052)	(57.120)	(2.143)	(722.315)	-	(722.315)
(2.618.085)	(4.230.243)	(9.812)	(6.858.140)	(649.763)	(7.507.903)
1.617.060	(424.218)	(1.083)	1.191.759	85.975	1.277.734
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Receitas financeiras	153.281	394.079	581	547.941	(49.827)
Despesas financeiras	(216.568)	(10.002)	-	(226.570)	(4.760)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(122.433)	29.968	-	(92.465)	96.092
(185.720)	414.045	581	228.906	41.505	270.411
1.431.340	(10.173)	(502)	1.420.665	127.480	1.548.145
1.431.340	(10.173)	(502)	1.420.665	127.480	1.548.145
RESULTADO OPERACIONAL					
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS					
Contribuição social	(131.974)	987	49	(130.938)	(130.938)
Imposto de renda	(153.736)	1.149	57	(152.530)	(152.530)
Contribuição social diferido	33.199	(248)	(12)	32.939	23.900
Imposto de renda diferido	(107.788)	806	40	(106.942)	(132.051)
(360.299)	2.694	134	(357.471)	(34.148)	(391.619)
1.071.041	(7.479)	(368)	1.063.194	93.332	1.156.526

Notas Explicativas ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

42. Plano de Remuneração Baseado em Ações

AES Corp concedeu opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais. Nos termos dos planos, a AES Corp pode emitir opções de compra de ações da própria AES Corp a seus colaboradores, a um preço igual a 10% do preço de mercado na data da outorga da opção. Estas opções de ações são geralmente concedidas com base em um percentual da remuneração base do colaborador. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos. Em todas as circunstâncias, as opções de ações concedidas pela AES Corp não dão direito ao seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou através de outros ativos da AES Corp.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "*Black-Scholes*", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	2010	2009
Volatilidade esperada (%)	38	66
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	-	-
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	2,86	2,01

- A Companhia utiliza um modelo de valorização que é baseado na premissa de constante volatilidade para valorizar suas opções de compra de ações;
- A volatilidade implícita deriva da opção de compra de ações ordinárias da AES Corporation, as quais são negociadas no mercado ativo;
- Os preços de mercado das opções negociadas e o valor da ação são mensurados em momentos similares e em datas próximas às datas de outorga das opções de compra de ação do beneficiário;
- As opções negociadas têm preço de exercício que são próximas do preço de mercado e do preço de exercício das opções de compra ação do beneficiário;
- As datas remanescentes de maturação das opções negociadas para as quais a estimativa é baseada são de pelo menos 1 ano.

Utilizou-se um método simplificado para definir o período esperado, o qual foi baseado na média do período original contratual e do período pro-rata de concessão (vesting period) para ações outorgadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. O método foi considerado adequado em virtude da falta de informações relevantes sobre o exercício da opção. Esse método considera as seguintes características:

- As opções de ações são outorgadas ao preço de mercado na data de concessão da opção de compra de ações;
- O exercício é condicionado à execução de serviço até a data de concessão da opção de compra de ações;

Notas Explicativas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **31 de dezembro de 2010 e 2009** **(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- Se um colaborador encerra os serviços antes da data de concessão, extingui-se a opção de compra de ações;
- Se um colaborador encerra o serviço após a data de concessão, o colaborador possui tempo limitado para exercer a opção de compra de ação;
- A opção de compra de ações não é livre de riscos nem transferível.

Considerando as premissas acima, os valores de mercado destas opções emitidas eram em 31 de dezembro de 2010 e 2009 US\$ 5,08 e US\$ 4,08, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta o número e média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício, relacionados com os instrumentos descritos acima:

	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Em aberto em 1º de janeiro de 2009	249.993	16,58
Concedidas durante o exercício	20.764	6,71
Canceladas e expiradas durante o exercício	(21.146)	18,97
Exercidas durante o exercício	-	-
Em aberto em 31 de dezembro de 2009	249.611	15,56
Exercíveis em 31 de dezembro de 2009 e expectativa de ações exercíveis	240.095	15,51
Elegíveis para exercício em 31 de dezembro de 2009	194.490	15,70

	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Em aberto em 31 de dezembro de 2009	249.611	15,56
Concedidas durante o exercício	5.523	12,18
Vencidas durante o exercício	(23.782)	19,23
Exercidas durante o exercício	(429)	8,97
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	230.923	15,11
Exercíveis em 31 de dezembro de 2010 e expectativa de ações exercíveis	224.239	15,10
Elegíveis para exercício em 31 de dezembro de 2010	192.942	15,43

AES Corp concede também aos colaboradores um plano de remuneração de ações restritas. Estas ações restritas são geralmente concedidas com base em um percentual do salário do colaborador. Estas opções de ações restritas devem ser mantidas pelo colaborador por dois anos, após este prazo esta opção pode ser trocada por ações da AES Corp. O valor justo das ações é estimado na data de concessão, sendo o valor justo igual ao preço de fechamento das ações da AES Corp.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. **Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o número e média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício, relacionados com os instrumentos descritos acima:

	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Em aberto em 1º de janeiro de 2009	60.631	19,21
Exercidas durante o exercício	(27.946)	19,15
Canceladas e expiradas durante o exercício	(15.784)	12,01
Concedidas durante o exercício	84.747	6,71
Em aberto em 31 de dezembro de 2009	101.648	9,92
Exercíveis em 31 de dezembro de 2009	101.660	18,21
Exercíveis em 31 de dezembro de 2009 e expectativa de ações exercíveis	184.690	14,46

	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Em aberto em 31 de dezembro de 2009	101.648	9,91
Exercidas durante o exercício	(39.806)	11,64
Canceladas e expiradas durante o exercício	(20.152)	9,99
Concedidas durante o exercício	34.181	12,13
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	75.871	10,00
Exercíveis em 31 de dezembro de 2010	103.001	16,24
Exercíveis em 31 de dezembro de 2010 e expectativa de ações exercíveis	165.063	13,90

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários recebidos durante o exercício está demonstrada na tabela abaixo:

	2010	2009
Despesas proveniente de transações de pagamento com base em ações	1.209	2.079

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

43. Reversão do Passivo Remanescente Banco Santos

Entre os meses de dezembro de 2003 e julho de 2004, a Companhia e o Banco Santos S.A., celebraram 23 Instrumentos Particulares de Assunção de Obrigações (Contratos de swap).

Em 20 de setembro de 2005, o Banco Santos S.A. teve a sua falência decretada. Em 11 de dezembro de 2008 a Companhia firmou acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009.

Em decorrência desse acordo a Companhia realizou em janeiro de 2009 o pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. Em razão de ter havido recurso contra a homologação, a Companhia aguardou novos fatos para registrar a reversão do passivo remanescente, e que estava classificado como outras obrigações.

Em junho de 2010, o Banco Santos S.A. desistiu do recurso especial interposto no processo judicial em curso contra a Companhia, pondo fim à referida disputa judicial, conseqüentemente, a Companhia reverteu o passivo no montante de R\$ 106.265 em contrapartida de despesas financeiras (nota nº 31b).

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Julio Braga Pinto
Contador CRC 1SP209957/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE
DE SÃO PAULO S.A.

NIRE 35300050274
CNPJ/MF n.o 61.695.227/0001-93

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, examinou a proposta da Administração da Companhia para distribuição de resultados no limite legal da base de distribuição proporcionada pela aplicação do IFRS e em valor superior ao lucro do exercício, obtendo da Administração esclarecimentos de que tal distribuição não afeta o risco de liquidez da Companhia, considerados cada um individualmente e o conjunto de: capital de giro para as operações, investimentos para manter a qualidade da prestação de serviços e expansão da rede, revisão tarifária de 2011 e os riscos e contingências relevantes da companhia. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. datado de 25 de fevereiro de 2011, opina que as Demonstrações Contábeis, o Relatório Anual da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia, quando da Assembléia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 29 de abril de 2011.

São Paulo, 23 de março de 2011.

Ricardo Berer

Sebastião Bergamini Junior

Marcus Pereira Aucélio

Marcio Luciano Mancini

Roberto Lamb

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Vice-Presidente e de
Relações com Investidores

Jorge Luiz Busato
Diretor Vice-Presidente

Sheilly Caden Contente
Diretora Vice-Presidente

Cibele Castro
Diretora Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Vice-Presidente e de
Relações com Investidores

Jorge Luiz Busato
Diretor Vice-Presidente

Sheilly Caden Contente
Diretora Vice-Presidente

Cibele Castro
Diretora Vice-Presidente